

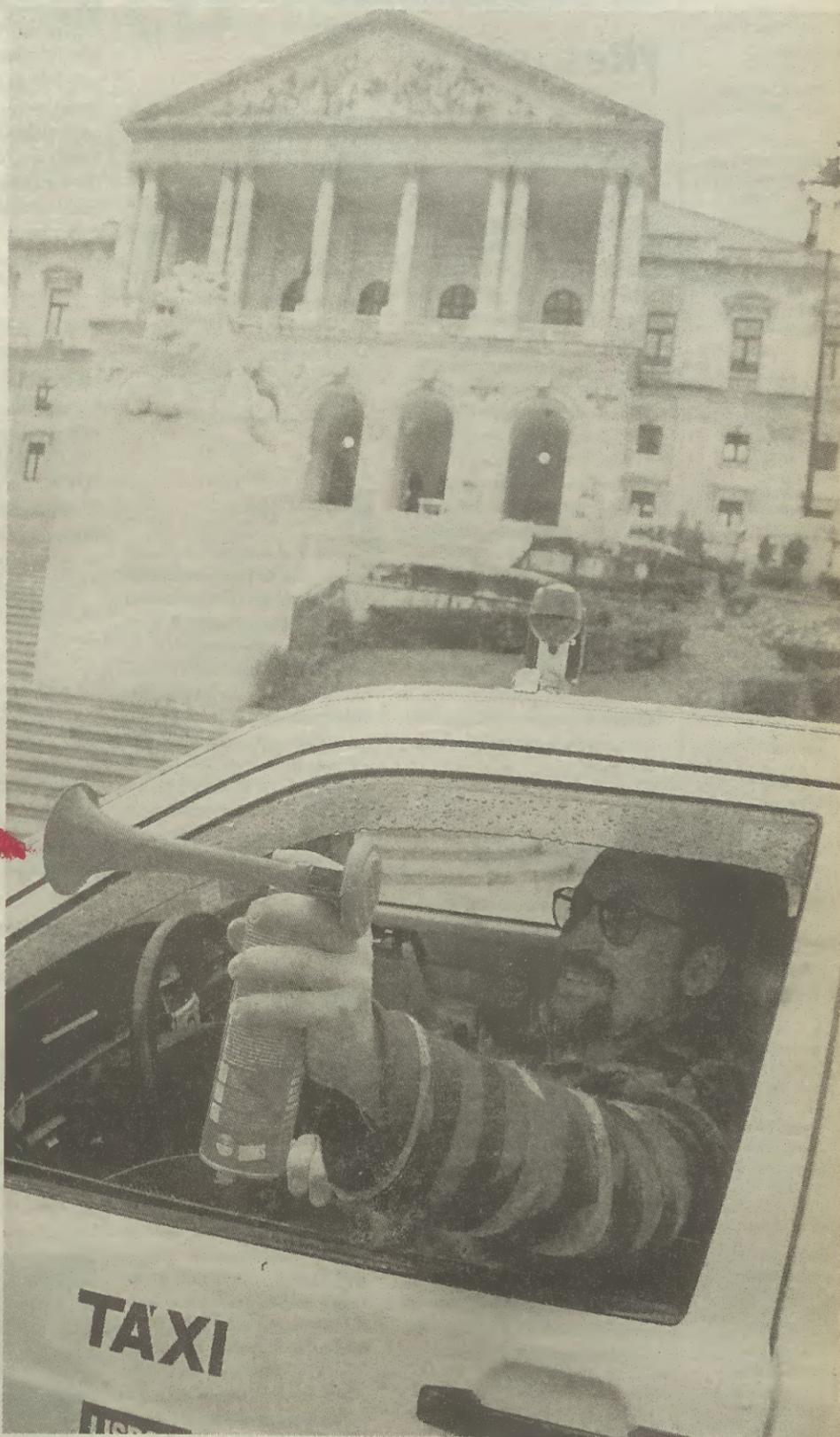
Adiante!

Buzinão de protesto fez-se ouvir em todo o País

**É
de mais!**

Ao apelo do PCP, a que se juntaram numerosas organizações, milhares de automobilistas, com o apoio da população, fizeram ouvir, por todo o País, o seu protesto contra o aumento dos combustíveis. Face a este aumento, o PCP exige a actualização dos salários e reformas, o controlo dos preços e a contenção de aumentos nos transportes públicos.

Pág. 5



Da agressão ao Kosovo à estratégia de destruição da Rússia

Centrais

• Miguel Urbano Rodrigues

Carvalhas em Santarém

«Injustiça aumenta»

Carlos Carvalhas referiu-se à subida dos preços dos combustíveis. Uma «enorme injustiça» que se verifica «depois das negociações salariais» e «quando o preço do petróleo está a diminuir».

Pág. 11

Greve no lixo de Sintra

Uma luta exemplar

A consciência e unidade de centena e meia de trabalhadores em torno da luta por um serviço público de qualidade e pela salvaguarda dos seus direitos, mostra como vale a pena lutar. Qualquer que venha a ser o desfecho.

• José Manuel Marques

Pág. 7

Segurança Social

Por um sistema solidário

Cinco projectos sobre a Lei de Bases da Segurança Social foram aprovados na Assembleia da República. No debate na especialidade, ou o PS continua a aliar-se à direita ou converge com o PCP no sentido de um projecto moderno e solidário.

Pág. 6

Avante!
 Periódico de todos os países
 UNI-VOS!

PROPRIEDADE
 Partido Comunista Português
 R. Soeiro Pereira Gomes, 3
 1600 - 196 Lisboa
 Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
 Editorial «Avante!», SA
 Av. Almirante Reis, 90,
 7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
 Capital social:
 15 000 000\$00.
 CRC matrícula: 47058.
 NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
 R. Soeiro Pereira Gomes, 3
 1600 - 196 Lisboa
 Tel. 21 781 71 90/91
 Fax: 21 781 71 93
 E-mail:
 avante.pcp@mail.telepac.pt
 Web:
 http://www.pcp.pt

Director
 José Casanova

Chefe de Redacção
 Leandro Martins

Chefe Adjunto
 Anabela Fino

Redactores
 Carlos Nabais
 Domingos Mealha
 Henrique Custódio
 Isabel Araújo Branco
 João Chasqueira
 Lígia Calapez
 Manuel Jorge Veloso
 Margarida Folque

Grafismo
 José Araújo

Fotografia
 Jorge Caria
 Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
 Ivone Dias Lourenço
 Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
 DISTRIBUIÇÃO ADE's
 Editorial Avante!
 Av. Almirante Reis, 90,
 7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
 Tel. 21 815 34 87
 21 815 35 11
 Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
 Até às 17 horas
 de cada sexta-feira:
 Tel. 21 815 34 87
 21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
 DELTAPRESS
 Delegação Lisboa:
 Tapada Nova - Capa Rota
 Linhão - 2710 Sintra
 Tel. 21 924 04 47
 Delegação Norte:
 Zona Industrial da Maia
 Sector IX
 Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
 Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
 Av. Almirante Reis, 90,
 7.ª-A 1169-161 Lisboa
 Tel. 21 815 34 87
 21 815 35 11
 Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
 (IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
 (Continente e Regiões
 Autónomas)

50 números: 8 100\$00
 25 números: 4 200\$00

EUROPA
 50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
 50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
 S. TOMÉ E PRÍNCIPE
 e MACAU
 50 números: 23 000\$00

*Enviar para
 Editorial «Avante!»
 nome, morada
 com código Postal
 e telefone
 a acompanhar cheque
 ou vale de correio.

Composição e impressão
 Heska Portuguesa, SA
 Campo Raso
 2710 - 139 Sintra
 Depósito legal n.º 205/85



O Secundário em forte protesto

Resumo

29 Quarta-feira

Os deputados comunistas do PE, integrados no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, pedem a constituição de uma Comissão de Investigação para estudar a verdadeira dimensão do sistema de espionagem norte-americano Echelon ● Pina Moura anuncia um aumento de 17\$00 na gasolina e de 15\$00 no gasóleo ● Os sindicatos da Função Pública admitem convocar novos protestos contra o aumento dos preços dos combustíveis ● Domingos Soares, líder do movimento integracionista timorense FPKD, anuncia a formação de um movimento único de integracionistas, com carácter político e designado UNTAS, pedindo um encontro com Sérgio Vieira de Mello ● Israel defende a criação de uma força internacional para assistir à sua retirada do Sul do Líbano.

30 Quinta-feira

Vão a debate na Assembleia da República os projectos de lei do BE e do PS sobre a revisão da Concordata ● O Governo anuncia um aumento de seis por cento no preço do gás natural ● Laborinho Lúcio, ex-ministro da Justiça do Governo PSD, não é eleito provedor de Justiça, tendo conseguido apenas 106 votos dos 230 deputados da AR ● Silvio Berlusconi, líder do partido italiano de direita Forza Itália, apresenta um projecto de lei que visa «ajudar os imigrantes a ficar nos seus países» ● É descoberta uma nova vala comum no Uganda com cerca de 800 corpos, na propriedade de um adepto da seita «Restauração dos Dez Mandamentos de Deus».

31 Sexta-feira

Ferreira do Amaral apresenta oficialmente a sua candidatura à Presidência da República ● Termina no Funchal o VII Fórum do Mediterrâneo ● O governo indonésio anuncia que continuará a fornecer ajuda humanitária aos refugiados timorenses durante os próximos três meses, estipulando assim o prazo para acabar com os campos de refugiados em Timor Ocidental ● Os jornalistas angolanos Rafael Marques e Aguiar dos Santos apresentam um recurso ao Tribunal Supremo de Angola para a revogação da sua condenação ● A Direcção do Sindicato dos Jornalistas Portugueses divulga um comunicado de solidariedade com os jornalistas angolanos condenados.

1 Sábado

Um plenário de docentes, promovido pela Fenprof, decide uma greve geral de professores, apontada para dia 29 do mês de Maio ● A Associação Nacional de Transportes Públicos de Mer-

cadorias anuncia um protesto contra o aumento dos preços dos combustíveis ● Yasser Arafat lança um apelo a Washington e ao Cairo para utilizarem «todos os seus esforços» para impedir que as negociações israelo-palestinas «entrem num círculo vicioso» ● Um relatório pedido pelo Ministério do Interior alemão divulga que o número de militantes de extrema-direita no país sofreu um aumento de 11 por cento só no ano de 1999.

2 Domingo

Paulo Portas defende a criação do concelho de Tocha, anunciando a apresentação de um projecto de lei «ainda este mês» ● Mary Robinson, alta-comissária da ONU para os direitos humanos, visita a Tchecquia para avaliar as alegadas violações cometidas pelas tropas russas ● Trabalhadores costa-riquenhos encontram-se em greve desde há duas semanas em protesto contra as reformas do governo e as privatizações que estas implicam ● No Daguestão um atentado bombista que provoca várias vítimas.

3 Segunda-feira

Milhares de portugueses buzinam por todo o país protestando contra os aumentos dos combustíveis ● Alunos do ensino secundário da cidade de Lisboa realizam uma marcha de protesto desde o Marquês de Pombal até ao Ministério da Educação contra as reformas do Governo ● Tem início no Cairo a Cimeira Euro-Africana, na qual França e Alemanha anunciam o perdão da dívida externa dos países africanos mais pobres ● Momcilo Krajisnik, antigo presidente do parlamento da Bósnia-Herzegovina, é detido pelas forças da Nato, acusado por Haia de vários crimes de guerra ● Washington exorta Israel a não vender tecnologia militar à China, sob pena de rever os empréstimos realizados àquele país.

4 Terça-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de resolução que prevê «a actualização das actualizações salariais» no sector da administração pública, do salário mínimo nacional e das pensões de reforma ● Os camionistas da Antram cancelam a marcha lenta de protesto marcada para hoje, após um acordo com os ministros Pina Moura e Jorge Coelho ● Tem lugar no Cairo a sessão de encarceramento da primeira Cimeira Euro-Africana ● O estado de saúde do primeiro-ministro nipónico, que se encontra em coma, obriga à demissão formal do seu executivo, tendo sido marcadas eleições para o mês de Maio ● Kofi Annan anuncia que Israel retirará do Sul do Líbano até Julho próximo com a cooperação da ONU.

Aconteceu

Microsoft em risco de ser desmembrada

Falhou a tentativa de mediação no processo movido pelo Governo dos EUA contra a Microsoft de Bill Gates, a maior empresa de informática do mundo, acusada pelas autoridades do seu país de violar as leis antitrust, ao fun-

cionar como um monopólio que trava os mecanismos da livre concorrência, impondo os seus produtos no mercado e prejudicando as empresas congéneres. Este falhanço de mediação faz desembocar o processo na iminência

de uma sentença judicial a proferir pelo magistrado responsável pelo processo, o juiz Thomas Jackson, colocando a Microsoft sob a real possibilidade de ser coercivamente desmembrada, ao abrigo da lei anti-trust.



Mais holdings e «parcerias»

Com o objectivo de atingir uma posição líder no mercado multimedia de expressão portuguesa, a PT Multimédia (do grupo Portugal Telecom) e o grupo Lusomundo vão criar uma nova holding, concretizada através de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) lançada pela PT Multimédia à Lusomundo, ficando a nova holding proprietária desta última a 100%, com um pormenor: os detentores do antigo grupo Lusomundo ficam

maioritários na nova holding, com 58% do capital, enquanto a PT Multimédia passará a deter os restantes 42%.

Entretanto, na banca também houve mais concentrações: o grupo da Caixa Geral de Depósitos (CGD) vendeu o Banco Pinto e Sotto Mayor (BPSM) ao Banco Comercial Português (BCP), de Jardim Gonçalves, numa parceria de negócios que transforma o BCP no maior grupo financeiro do país.



Faleceu José Gomes

O actor e militante comunista José Gomes faleceu, na terça-feira, no Hospital Ortopédico José de Almeida, na Parede, onde se encontrava internado.

José Gomes trabalhava ultimamente em televisão, integrando o elenco da telenovela «A Lenda da Garça», em exibição na RTP1.

Nascido em Cantanhede, em 1938, o actor iniciou a sua carreira em 1960, no CITAC de Coimbra, onde se estreou com a peça «Dulcinea ou a última aventura de D. Quixote». Em 1971, foi um dos co-fundadores de «Os Bonecreiros», onde se manteve até 1974, ano em que passou a integrar o elenco do «Grupo 4».

No teatro, o seu trabalho mais recente foi «O caminho para Meca», no D. Maria II, ao lado de Eunice Muñoz e sob a direcção de João Lourenço. Pisou também os palcos das companhias Malaposta, A Barraca e, ainda, do «Novo Grupo», onde interpretou peças de José Saramago («A Segunda Vida de Francisco de Assis») e Tchecov («Jardim das Cerejas»).

Realizou igualmente inúmeros trabalhos de cinema, com destaque para «Sem Sombra de Pecado» e «Kilas o Mau da Fita», realizados por Fonseca e Costa.



Ilegalidade campeia nas clínicas privadas

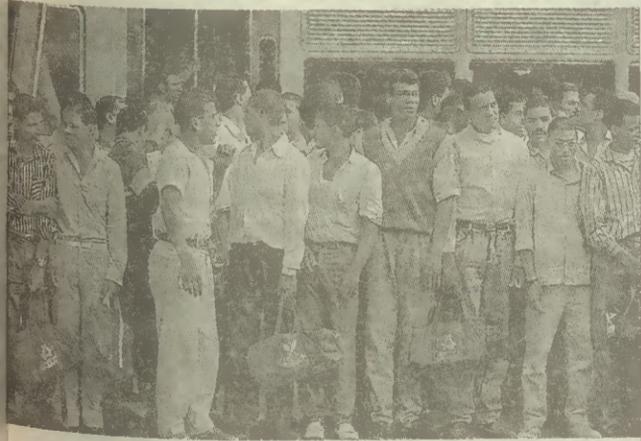
Segundo uma investigação do «Jornal de Notícias», a maioria esmagadora das clínicas privadas funciona ilegalmente em Portugal. Os números são esmagadores: das mais de 80 unidades de saúde privadas a funcionar no país, apenas seis estão licenciadas pela Direcção Geral de Saúde (DGS), apesar de a lei sobre esta matéria (aprova-

pelo Governo de Cavaco Silva em 1994) determinar, claramente, que «o funcionamento de qualquer unidade privada de saúde depende da obtenção de uma licença a conceder por despacho do ministro da Saúde», isto para «garantir que a prestação de cuidados de saúde pelo sector privado se realize com respeito pelos parâmetros mínimos de qualidade». Sete

anos depois desta legislação, das 43 unidades de saúde privadas com fins lucrativos apenas seis estão licenciadas, enquanto as cerca de 40 instituições de solidariedade social (IPSS) - que não estão sujeitas a licenciamento mas estão obrigadas aos mesmos padrões mínimos de qualidade - não tiveram qualquer vistoria por parte da DGS.

Sentença de prisão a jornalista angolano

Rafael Marques, o jornalista angolano acusado de difamação e ofensa ao Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, num artigo publicado o ano passado num semanário de Luanda, foi condenado a seis meses de prisão e a uma multa de três mil contos, uma pena muito menor do que a pedida pela acusação. O jornalista interpôs recurso para o Supremo, ficando em liberdade sob uma caução de 200 dólares. Segundo determinação constitucional angolana, quaisquer ofensas ao Chefe de Estado são passíveis de julgamento e punição independentemente da apresentação de provas, legislação directamente inspirada no velho ordenamento jurídico português, que determina a mesma coisa para situações equivalentes como, aliás, ocorreu em Maio de 1989, quando um acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, sem admissão de apresentação de provas, condenou o ex-suzileiro Sousa Cymbron por ter difamado o então Presidente da República, Mário Soares, ao chamá-lo «um traidor à pátria» no processo da descolonização.



Crónica Internacional

• Albano Nunes

Cooperação solidária precisa-se!

Hoje, dia 3 de Abril, inicia-se no Cairo a Cimeira Europa-África realizada sob o patrocínio da OUA e da UE. É uma boa notícia. O PCP sempre apoiou a sua realização.

Claro que não há que esperar muito desta "Cimeira". Os problemas e contradições de interesses em jogo são muito sérios, têm profundas raízes, não se resolvem nem superam com boas palavras que passem ao lado do essencial. Há questões de tal modo graves, que se não forem abordadas com frontalidade, compreensão e sentido de responsabilidade, podem degenerar em explosões de enorme proporções.

Penso desde logo e em primeiro lugar no garrote da Dívida Externa que está a drenar do desenvolvimento os já fracos recursos da grande maioria dos países africanos. Mas penso também no iníquo sistema de trocas desiguais; nos planos de "ajustamento estrutural" impostos pelo FMI/BM; nas imposições leoninas das multinacionais; nas ruinosas orientações neoliberais da OMC..., ou seja, em todo um sistema de exploração e dominação imperialista neocolonial que está não só a impedir os povos africanos de tirar proveito dos imensos recursos materiais do continente como a impor terríveis regressões sociais e a levar o sofrimento e a morte a centenas de milhões de seres humanos.

Na Cimeira do Cairo estarão os governos, não os povos

É aqui que bate o ponto. Para o desenvolvimento das relações entre os países da União Europeia e os países africanos - que de modo algum devem ser, como se pretende em Bruxelas, transferidas para instâncias federalistas supranacionais - é indispensável reconhecer que uma autêntica política de

cooperação, vantajosa para os países africanos e da União Europeia, tem necessariamente que eliminar a escandalosa situação em que os países mais pobres e atrasados se tornaram contribuintes líquidos do centro capitalista desenvolvido.

É também necessário pôr definitivamente de lado paternalismos de pendor racista, indistigáveis neocolonialismos, propósitos imperialistas proclamados com crescente insistência. A retórica dos «Direitos Humanos», do «pluripartidarismo», da «democracia», tem fundamentalmente servido de cortina para a brutal ingerência nos assuntos internos dos países africanos, para desestabilizar regimes que desagradam ao imperialismo, para comprar, corromper e impor governos subservientes, criar elites cosmopolitas e fomentar uma classe burguesa parasitária amarrada aos interesses das transnacionais e das grandes potências.

É preciso rejeitar firmemente a ideia, cinicamente difundida, de que os africanos não estão em condições por si próprios de resolver os seus problemas, viver em paz, assegurar o seu próprio caminho de desenvolvimento. A raiz dos dramáticos conflitos e consequentes desastres humanitários que atravessam o continente são basicamente herança do passado colonial, da contra-ofensiva imperialista (após o desaparecimento da URSS e do campo dos países socialistas) para a recolonização da África, e da disputa entre as grandes potências por esferas de influência.

Na Cimeira do Cairo estarão os governos, não os povos. Ou melhor, estarão muito poucos governantes efectivamente sintonizados com os interesses e as aspirações dos trabalhadores e das massas populares dos seus países. O que não retira real importância ao que ali se passar e decidir. Na certeza de que só com um outro rumo da construção europeia e uma segunda vaga do movimento de libertação nacional africano será possível a cooperação desinteressada, mutuamente vantajosa, solidária, capaz de refundar pela esquerda os laços entre os dois continentes.

Editorial

O CAMINHO CERTO

Confirmado o alerta insistente do PCP no decorrer da última campanha eleitoral - altura em que, tendo subido os preços do petróleo, o Governo do PS, «surpreendentemente», não aumentou os combustíveis - estamos agora perante um aumento que é, talvez, o mais brutal da história insólita dos aumentos de combustíveis em Portugal. Como se sabe, regra geral os preços dos combustíveis no nosso País sobem sempre, quer o preço do petróleo desça, suba ou se mantenha estacionário. Assinala-se apenas uma excepção em que, face a uma baixa do petróleo um governo diminuiu o preço dos combustíveis em 1\$00... O alerta do PCP, em Outubro do ano passado, altura em que os preços do petróleo haviam subido, incidia no desmascaramento do carácter eleitoralista do «não aumento» então decidido pelo Governo: a obsessão do PS pela maioria absoluta, a ânsia doentia de encerrar Portugal nas «boas mãos» de António Guterres, geraram um clima de «vale tudo» que assumiu, aliás, expressões concretas em toda a prática do

tuou os medos de que estava possuído, lá foi gaguejando a promessa de que se o preço do barril de petróleo baixar dos 20 dólares «o Governo está em condições de garantir que voltará a baixar os preços dos combustíveis». (Importa dizer que, segundo previsões anunciadas, até ao final do ano os preços andarão entre os 20 e os 25 dólares por barril...). Por seu lado, o Ministro da Administração Interna, em pose de «Ministro do Interior», severo e ameaçador, avisou que «as forças de segurança estão preparadas para intervir». Contra quem e contra quem? E a que pretexto?

A imagem de um governo desgovernado generaliza-se e os próprios membros do elenco governamental têm consciência disso. Vários comentadores assinalam o fim do «estado de graça» do Governo do PS e o início de um fatal «estado de desgraça». Ministros até agora considerados como portadores de qualidades e capacidades excepcionais, passam, de um dia para o outro, a ser vistos como «medíocres» e qualquer garoto está em condições de lhes apontar a nudez evidente. António Guterres, cada vez mais autoconvencido de que é Presidente do Conselho da Europa, passeia-se por tudo quanto é sítio, repetindo o seu discurso-tipo, exibindo uma dimensão poliglota que, ao que parece, já abarca o árabe - e correndo sérios riscos de esquecer o português. Diz-se que a capacidade do Ministro Pina Moura está muito longe de chegar para acumular as pastas da Economia e das Finanças e há, até, quem ponha em causa que chegue mesmo para uma só dessas pastas - e as fotografias e imagens que dele nos têm chegado nos últimos dias parecem confirmar que o próprio partilha essas opiniões... E por aí fora.

Entretanto, e essa é a questão essencial, a política de direita - causa de todos os problemas e dificuldades que afligem o povo português - prossegue e com ela acentua-se o agravamento das condições de vida e de trabalho da maioria dos portugueses. Daí o prosseguimento e a intensificação da luta dos trabalhadores, envolvendo sectores vários de actividade e assumindo expressão e dimensão assinaláveis. Daí o imenso «buzinão» que, na segunda-feira, ecoou por todo o País. Daí, igualmente, a pertinência das três grandes reclamações avançadas pela Comissão Política do PCP visando: a actualização dos aumentos de salários de forma a evitar a degradação dos salários reais dos trabalhadores; o controlo das repercussões do aumento dos combustíveis nos preços de outros produtos, bens e serviços; a contenção de novos aumentos de preços dos transportes públicos e em especial dos passes sociais.

Como sublinhou o Secretário-Geral do PCP na sua intervenção na Assembleia da Organização de Santarém, «não podem ser os trabalhadores e as populações de mais fracos rendimentos a pagarem os custos de uma política irresponsável». A actualidade dos objectivos da campanha nacional do PCP - «melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho» - é flagrante. Pelo que, continuar, intensificar e ampliar a luta de massas é o caminho certo para uma eficaz resposta à política de direita e às suas consequências.

“O Governo estremeceu, enervou-se e deu sinais de preocupante pendor autoritário”

Governo do PS no decorrer dessa campanha eleitoral. Os aumentos agora decididos - hipocritamente executados depois da aprovação do OE e depois de fixadas as tabelas salariais designadamente da Administração Pública - dando razão à denúncia atempadamente feita pelo PCP, evidenciam a irresponsabilidade do Governo e confirmam a lógica eleitoralista que preside à sua prática de todos os dias.

A reacção dos portugueses à brutal decisão foi, naturalmente, muito forte e demonstrativa do crescente mal estar face ao prosseguimento de uma política que faz incidir todas as suas consequências negativas sobre quem trabalha e vive do seu trabalho. De tal forma que o Governo estremeceu, enervou-se e deu sinais de preocupante pendor autoritário. E quando o «buzinão» foi anunciado, a situação atingiu foros de pânico. O Primeiro-Ministro, como vem sendo seu hábito, ausentou-se para o estrangeiro, não sem antes, para se «poupar ao ruído quotidiano», designar um «porta-voz» do Governo - para o caso o Ministro Jorge Coelho que passa a acumular esta função a muitas outras, nomeadamente a de coordenador da Comissão Permanente do PS... O Ministro da Economia e das Finanças, cabisbaixo, sentiu necessidade de vir confessar-se publicamente: «Identifico-me com o desconforto dos portugueses», disse ele. E, num titubear que só acen-

Actual Ponto final, parágrafo

• Vítor Dias

Justiça seja feita, deve reconhecer-se que boa parte dos órgãos de informação avaliou o buzirão da passada segunda-feira pelo único critério justo e rigoroso que se impunha, ou seja o da correspondência entre o que realmente foi proposto e o que realmente aconteceu.

Mas, a pensar no futuro e em outras situações, ainda assim vale a pena reter que não faltaram, aqui e ali, algumas expressões do velhíssimo truque que consiste em, por conta própria, elevar antecipadamente a fasquia dos objectivos, para depois atribuir a outros um fracasso relativo.

Já antes de segunda-feira, tínhamos desconfiado que era isso mesmo que estava em preparação quando vimos, em estaladelas do verniz, membros do Governo a clamar contra a «insubordinação» e a aludir à prontidão das forças de segurança; quando, no domingo e na TSE, ouvimos o sempre muito serviçal José Magalhães a fustigar os «apelos à Patuleia», e quando, no «Público» de domingo, vimos Salgado Matos a falar de «buzi-

nões a impedir a entrada e a saída (!?) de Lisboa».

E foi na sequência desta linha que, na segunda-feira e no «Jornal 2» da RTP, até um comentador de sensatez, espírito crítico e seriedade acima da média como José Carlos de Vasconcelos veio afirmar que «eu creio que ficou aquém das expectativas» pois «criou-se uma ideia de que poderia acontecer alguma coisa semelhante ao que aconteceu na ponte no tempo de Cavaco Silva» e que, no «Público» de terça-feira, lá vinha a alusão a que, para o Governo, «as coisas correram melhor do que se poderia esperar».

Sem perder tempo a explicar a alguns que o que pára os carros são os travões e não as buzinas e que um buzirão não é um corte de circulação, registemos antes esta excelente técnica que permite passar a avaliar uma acção de protesto, não em função dos objectivos e características com que responsabilmente foram apresentados, mas em função dos temores, expectativas e ideias criadas em que alguns, pouco razoavelmente ou pouco inocentemente, mergulharam.

Mas, por favor, deixem de esgrimir contra fantasmas e fantasias. Porque nós, de coração aberto e com as veias inundadas de isenção, aqui confessamos tranquilamente que, de facto, com o buzirão nem o país parou, nem os rios começaram a correr para as nascentes, nem os ponteiros do relógio passaram a andar da direita para a esquerda, nem os gatos passaram a ladrar e os cães a miar.

E talvez esta nossa histórica confissão nos dê autoridade para pedir aos que procuraram menorizar ou retirar significado ao importante protesto popular de segunda-feira que se deixem de truques e habilidades e antes confessem tranquilamente que, à hora e nos locais propostos e anunciados (e até noutros), houve um forte, intenso e generalizado buzirão contra a política e as medidas do Governo, ponto final, parágrafo.



Pecados

• Jorge Cordeiro

Guterres está inconsolável. Os combustíveis incendiaram aquele ambiente de acalmia e distração geral que ele tenta a todo o custo cultivar para que tudo pareça estar bem. Antes de nova viagem Guterres reuniu as hostes. Ao que consta para se lamentar desta enorme ingratidão popular que faz com que as pessoas não andem satisfeitas, presas a razões insignificantes como as dos aumentos de preços e reduções do poder de compra, logo agora quando ainda deveriam estar a saborear o sucesso da presidência da União Europeia. E também para recomendar aos seus, seguramente por sugestão do capelão do reino, para que não sejam tentados pelo «pecado da arrogância». Fiel ao ditado que não é com vinagre que se apanham moscas, Guterres em matéria pecaminosa prefere a mentira. Não por ter menos mácula mas por ser mais eficaz. Daí aquela densa cortina de declarações, suas e dos seus, para explicar com recurso a exemplos de outros a imensa bondade da orientação seguida pelo Governo em matéria de preço dos combustíveis e aquele incansável esforço para iludir o peso das consequências que sobre os trabalhadores e os seus rendimentos se repercutirá com aquela decisão.

Por razão de economia de espaço, deixemos de lado aquela pouca séria comparação com a nossa vizinha Espanha construída sobre a deliberada omissão de factos como os das sucessivas reduções de preços aí verificadas aquando dos períodos do preço em

baixa do barril de crude ou o do valor dos salários mínimos e médio nos dois países. Ou ainda as razões de estrito cálculo eleitoral que presidiram, por parte do Governo, à gestão deste problema. Fixemo-nos apenas em duas observações.

A primeira para respondendo à desvalorização que Guterres faz às consequências sobre os trabalhadores da actual decisão só para lembrar que em matéria de poder de compra se o salário mínimo nacional acompanhasse o preço do gasóleo, comparado a 1975 (4\$00/litro para 4000\$00 de SMN), ele deveria hoje ser de 125 contos. A segunda para recordar que sendo certo que em 1999 o preço do barril disparou não é menos verdade que, ainda que com variações, entre 1990 e 1998 o seu preço baixou de 36 para 9 dólares tendo o preço da gasolina subido em igual período de 150 para 168\$00.



Está à vista que o saldo final desta questão se pretende debitado uma vez mais aos trabalhadores e ao seu poder de compra. Afirmar que este aumento, e os que ele originará, não tem qualquer efeito sobre a inflação e os rendimentos do trabalho no preciso momento em que o Governo adopta medidas de compensação ao patronato e já se anunciam novos aumentos para os transportes públicos, é não só uma condenável mentira como um gesto de indifereção arrogância. A merecer castigo pelo protesto e pela luta.



Um ar que lhe deu

• Leandro Martins

Foi preciso muito tempo para que os distintos «observadores» da cena política nacional - «cena» talvez seja a melhor palavra a atribuir àquilo que a maioria deles vêem no que se passa dentro do País e fora dele - concluíssem que o «estado de graça» do Governo de Guterres tinha chegado ao fim. Alguns deles esqueceram já que lhe fizeram durar a «graça» não só porque acreditaram, supomos, na bondade do líder e nas

lhes de bandeja as «deixas» que lhes não sobravam.

Durante muito tempo - que preciso foi para que esticasse tanto - foram assegurando ao Governo a graça que lhe ia faltando. Elogiaram o «diálogo», enalteciam as privatizações, louvaram as habilidades na política externa. Nem mesmo lhes faltou aquele arrepiado que souberam fingir à beira das eleições. Nem disfarçaram depois as alegrias de uma maioria quase absoluta e para a qual terão eventualmente contribuído fazendo crer a muitos que a rosa não tinha espinhos por aí além.

Diminuíram protestos, disfarçaram manifestações, desprezaram greves, calaram iniciativas incomodativas. Mostraram abundantemente as peripécias e as farsas das divisões à direita. Anunciaram, espremendo a doutrina liberal, e pela milésima vez, o fim do comunismo, o desapareci-

mento da luta de classes e, por decreto ou omissão, decidiram da invalidade de uma alternativa de esquerda. Para eles, a «esquerda» estava no PS - bem escondida, é certo - e nas ladainhas folclóricas do «Bloco». Nada a temer, portanto. A «graça» podia continuar.

Foi preciso que - anunciado o fim do budo europeu, com os juros a subirem e a recessão a bater à porta - sentissem a mão negra e rapinante do aumento do crédito e dos preços a entrar nos bolsos de alguns deles para ouvirem o coro de protestos brandindo a desgraça. O protesto, porém, era já ensurdecedor.

Ainda assim, um «observador», Eduardo Prado Coelho, admitindo embora que a «graça» já lá vai, escrevia ontem no «Público» que o Governo tem ainda «um enorme trunfo: por pior que esteja a ser, nunca consegue ser pior do que as alternativas que para ele existem».

Olhe que não, doutor.



Frases

“Sinto-me apanhado numa coisa com a qual não tenho nada a ver. É tudo muito esquisito. E isso incomoda-me muito! (...) Nunca me passou pela cabeça que se pudesse pôr em causa a legitimidade do financiamento da fundação.”

(Pinto Machado, curador da Fundação Jorge Álvares - «Público», 04.04.00)

“Os líderes europeus decidiram o que não têm nenhuma forma de cumprir. As metas até podem ser possíveis e credíveis (não são) mas não têm nada a ver com a actividade de qualquer dos homens que estiveram na Cimeira de Lisboa.”

(João César das Neves - «Diário de Notícias», 03.04.00)

“Este Governo estava a precisar de um buzirão para ver se a maioria dos seus ministros acorda. Este Governo precisava de um buzirão, porque nunca esteve tão obeso, tão refastelado com o poder como agora.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 04.04.00)

“Explicações para o aumento há muitas. Reata o mistério: porquê a inabilidade de escolher o dia em que o mundo anunciava a descida?”

(Ferreira Fernandes - «Focus», 03.04.00)

“Esta coincidência paradoxal emprestou um efeito de humor negro e ironia sádica à decisão do Governo.”

(Vicente Jorge Silva - «Diário de Notícias», 31.03.00)

“O Governo de António Guterres começa a ser demasiado igual a outros de má memória. E nesta altura já foge da sua própria sombra.”

(António José Teixeira - «Diário de Notícias», 01.04.00)

“Só que o Governo tem pelo seu lado um enorme trunfo: por pior que esteja a ser, nunca consegue ser pior do que as alternativas que para ele existem. E a partir daqui é tudo a ganhar.”

(Eduardo Prado Coelho - «Público», 05.04.00)

“É grande o número de portugueses que se revê no PSD e não o suporta com este ar desfigurado, impotente, sem capacidade de pensar Portugal.”

(Emídio Rangel - «Diário de Notícias», 01.04.00)

“Guterres promete “ir à luta” cá dentro”

(Manchete de «Público», 02.04.00)

“O doutor Basílio Horta é o caso mais notável de “ressurreição”, quase tão sensacional como a de Lázaro. O doutor Paulo Portas disse-lhe “Basílio, levante-te e caminha!””

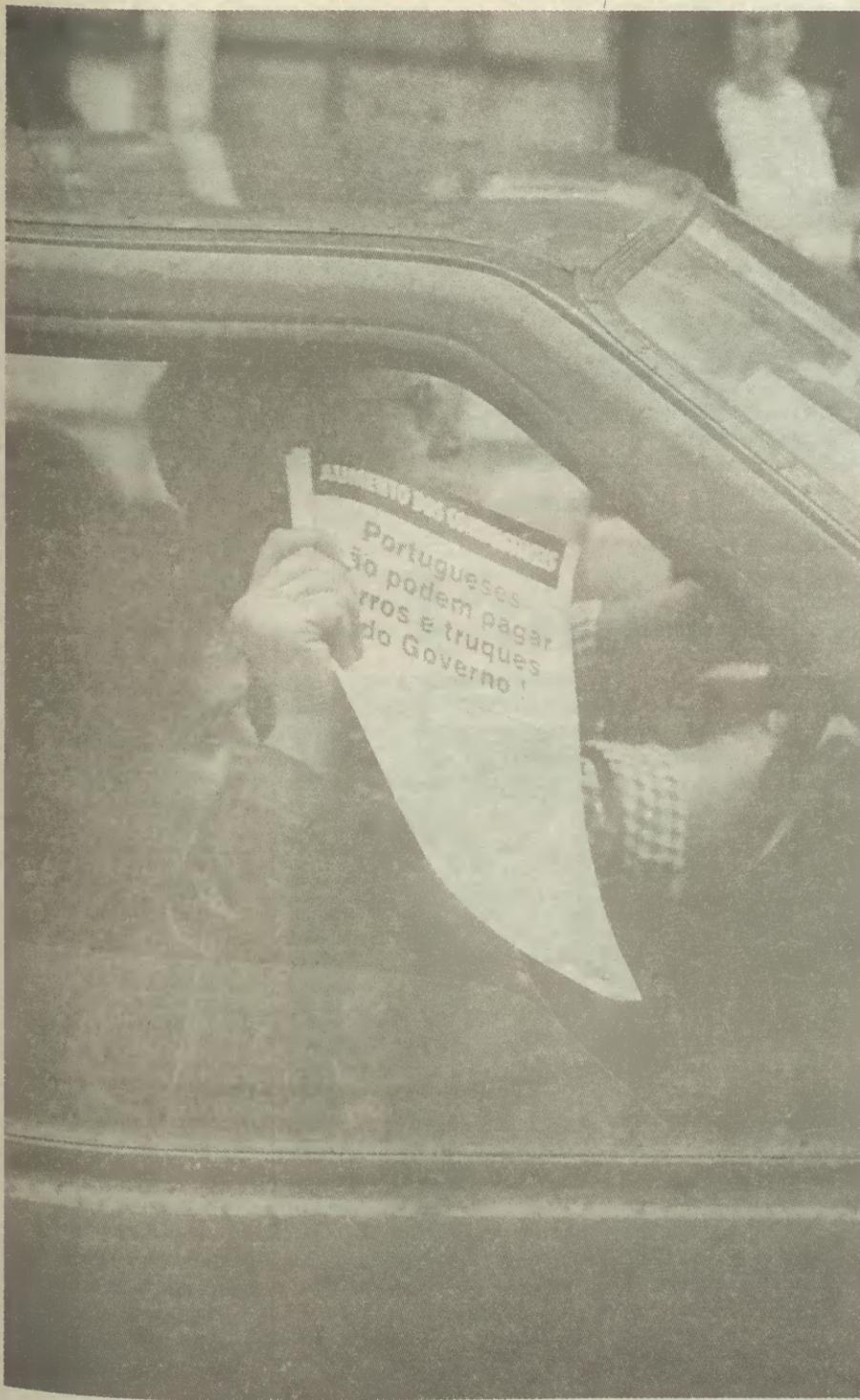
(Alfredo Barroso - «Expresso», 01.04.00)

“Podemos dizer que o Papa é socialista, porque, por onde quer que passa, fala sempre dos pobres e da solidariedade.”

(Mikhail Gorbatchov, em encontro com estudantes em Roma, citado em «Público», 04.04.00)

“O meu tempo como primeiro-ministro teria sido, no plano externo, menos excitante, se não fosse o senhor Gorbatchov.”

(Cavaco Silva, citado em «Público», 05.04.00)



O PCP participa activamente no protesto contra o aumento dos preços dos combustíveis

Contra aumento de combustíveis

Buzinão faz-se ouvir por todo o país

Um coro de protestos fez-se ouvir por todo o país contra o considerável aumento do preço dos combustíveis, decretado, na quinta-feira passada, pelo Governo.

Ao fim da tarde de segunda-feira um forte buzinião, entremeado de outras formas de protesto, fez-se ouvir em vários pontos do país, em especial nas zonas mais centrais das cidades ou de maior trânsito, como foi o caso da Praça Marquês de Pombal, em Lisboa, no «garrafão» da Ponte 25 de Abril, bem como na Avenida dos Aliados, no Porto. Ainda em Lisboa, a Calçada da Estrela e a residência oficial do

Primeiro-Ministro, em S.Bento, foram outros dos locais escolhidos para o protesto, com um significativo número de apoiantes.

O protesto sonoro acompanhado por uma marcha lenta de veículos, foram formas de mostrar o descontentamento em inúmeras cidades e povoações de todo o país, nomeadamente em Aveiro e Viseu, onde centenas de automobilistas se manifestaram na Praça da República, alguns dos quais saíram propositalmente dos empregos e puseram os carros a trabalhar apenas para participar no buzinião.

Em Évora a jornada de protesto foi marcada pelos discursos de dirigentes sindicais e pela distribuição de comunicados. No Funchal, foram dezenas os carros que participaram no buzinião enquanto circulavam em marcha lenta pelo centro da cidade. Na Marina Grande, apesar do mau tempo, cerca de uma centena de veículos acorreram à rotunda vidreira, para protestar.

As razões do protesto

Uma forte contestação social acolheu assim os aumentos decididos pelo Governo para a gasolina (17\$00) e para o gasóleo (15\$00), que passaram a ser vendidos respectivamente a 178\$00 e 125\$00.

É que estas subidas - da ordem dos 10,5 e 13,6% - vão ter repercussões sensíveis ao nível dos transportes de mercadorias e outros e uma vez que a energia faz parte de toda a produção,

vão traduzir-se, inevitavelmente, pelo aumento em cadeia do preços de praticamente todos os bens, prevendo-se que a inflação sofra um aumento de cerca de 0,4 pontos no mínimo.

Para Maio, conta-se já com o aumento do preço dos passes sociais, dos bilhetes dos transportes públicos e da bandeirada dos táxis.

O mais caricato é que aumento agora decidido para o preço dos combustíveis verifica-se precisamente na altura

em que, face ao aumento de produção acordado pelos nove países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o preço do petróleo desce.

O Governo pede compreensão e fala de partilha de custos entre o

Estado, as empresas e os consumidores, «que se vão sacrificar ao enfrentar os produtos mais caros», prometendo o congelamento das despesas públicas em cem milhões de contos e anunciando medidas complementares, como o direito a dedução integral do IVA aos transportadores de pesados com mais de 3500 quilos.

Os portugueses sabem, porém, que mais cedo ou mais tarde é sobre eles que recaem as «poupanças» do Governo e as «benesses» dirigidas às empresas de camionagem, pelo que a resposta não se fez esperar.

O PCP reagiu desde a primeira hora, quer pela voz do seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, que acusou o Governo de colocar o «eleitoralismo à frente das pessoas» e se mostrou preocupado com as repercussões da medida nos pequenos e médios empresários, quer através da sua Comissão Política que, em tomada de posição pública, igualmente condenou a medida.

A dança dos números

Portugal tem uma das gasolinas mais baratas da Europa. Este um dado insistentemente referido nos debates surgidos em torno do sensível aumento dos preços dos combustíveis agora decidido pelo Governo.

Mas também aqui, nem sempre o que parece é.

Concretamente, esta afirmação só será válida se ignorarmos a realidade no seu conjunto e não tivermos em conta um dado essencial - o nível de vida das populações.

A verdade é que as famílias portuguesas, com um dos mais baixos rendimentos da União Europeia e das mais elevadas taxas de pobreza, gastam já em transportes, em média, uma quota do seu orçamento superior a 1/6, o que é (a seguir à Áustria), a mais elevada entre os países da UE.

Comparando os preços da gasolina (super sem PB) dos países cujos níveis de vida se aproximam mais do nosso, o

panorama altera-se significativamente.

Assim, e considerando o preço em escudos por litro, na Grécia o preço actual da gasolina é de 156, em Espanha, de 160, na Irlanda de 166, e em Portugal de 178 escudos.

Os novos preços da gasolina e do gasóleo (de que uma parte significativa resulta das taxas que incidem sobre o preço base) irão entretanto dar ao Governo mais de dois milhões de contos por mês, o

que lhe permitirá pagar às petrolíferas as dívidas entretanto contraídas.

Por outro lado, e enquanto este aumento de combustíveis é utilizado para «justificar» um novo e inadmissível aumento das tarifas dos transportes públicos, parte da receita do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos) deverá ser destinado a apoiar o transporte público.

Ao cidadão comum pede-se que pague. E, de preferência, que se cale.

Basta de aumentos!

A Comissão Política do PCP, reagindo ao «brutal aumento do preço dos combustíveis» decidido pelo Governo, diz que ele «veio pôr em evidência uma condenável política governamental marcada pelo eleitoralismo e pela completa falta de respeito pelos cidadãos», indo «projectar graves consequências para as condições de vida dos portugueses e para a economia nacional».

É já hoje «indisfarçável», prossegue o PCP, que o Governo decidiu manter durante cerca de dois anos os preços dos combustíveis, «quando o preço do crude descia sucessivamente» e, no ano passado, «fugiu a qualquer moderada actualização antes das eleições de Outubro», não só por reecer o seu impacto eleitoral mas, sobretudo, «porque estava interessado em condicionar a discussão do Orçamento e das actualizações salariais através da ilusão de uma taxa de inflação de 2% no corrente ano».

Assim, face à situação criada e agravada pelas erradas opções do Governo, o PCP reclama desde já três grandes medidas «que merecem ser desde já sustentadas por um vasto movimento de opinião, de protesto e de luta:

- a firme exigência da actualização dos aumentos salariais, designadamente em relação à Administração Pública, bem como das pensões e reformas, como única forma de evitar uma

injusta e inaceitável degradação do poder de compra e a diminuição dos salários reais dos trabalhadores neste ano;

- um estreito acompanhamento e controlo das repercussões do aumento dos combustíveis nos preços de outros produtos, bens e serviços, como única forma de evitar aproveitamentos oportunistas que encham os bolsos de alguns à custa do agravamento das condições de vida da generalidade da população, designadamente dos que têm mais fracos recursos;

- uma política de contenção de novos aumentos dos preços dos transportes públicos e em especial dos passes sociais, como única forma de evitar uma acentuada erosão nos orçamentos familiares onde essas despesas têm reconhecidamente um peso considerável.»

Por outro lado, o PCP, reafirmando o seu activo empenhamento na luta pela defesa dos interesses populares, salienta a necessidade de «uma firme e combativa intervenção e protesto dos trabalhadores e da população em geral», a par de uma «profunda confiança na eficácia da sua própria luta e iniciativa contra os efeitos sociais dos aumentos agora decididos, e «por uma nova política que tenha como preocupação primeira a justiça social e a melhoria das condições de vida dos portugueses».

Unidade mais forte

Na TAP a lista unitária (B) viu reforçada a sua votação nas recentes eleições para a Comissão de Trabalhadores, alcançando 1395 votos (mais 167 do que no mandato anterior). De acordo com os resultados de 16 de Março, a lista A, identificada com o PS e que defendeu as orientações do Governo para a empresa, alcançou 992 votos, perdendo 109, relativamente às eleições de 1998. Obtendo agora 411 votos, a lista B (conotada com o PSD) subiu 112 votos. A distribuição dos mandatos na CT não se alterou: 6 lugares para a lista unitária, 4 para a lista do PS e 1 para o PSD. No dia 17 de Fevereiro realizaram-se eleições para as comissões de trabalhadores da Lisnave e da Gestnave, onde as posições unitárias também foram significativamente reforçadas. Na Lisnave, apesar de terem votado menos 45 trabalhadores do que em 1998, a lista A (unitária) alcançou maior número de votos do que naquela altura (passou de 630 para 646), enquanto a lista B desceu de 211 para 159 votos. No total de 11 mandatos, a lista unitária aumentou de 8 para 9 o número de eleitos. Na Gestnave o número de votantes desceu, de 987 há dois anos, para 717 nestas eleições (menos 270). Com 586 votos (menos 188 que no anterior mandato), a lista unitária subiu de 9 para 10 lugares a sua representação na CT. A lista B obteve 117 votos (perdendo 65) e apenas elegeu um candidato.

83 por cento

Com vínculos precários, designadamente, contratados a prazo ou a tempo parcial, estão 83 por cento dos trabalhadores dos restaurantes, cafés, pastelarias e similares dos centros comerciais, denunciou o Sindicato da Hotelaria do Norte. Segundo um levantamento feito pelo SHN, com particular incidência em 13 centros comerciais, 71 por cento dos trabalhadores não recebe a tabela salarial em vigor, 31 por cento trabalha mais do que as 40 horas semanais e não recebe trabalho extraordinário, e 41 por cento não goza as folgas legais. O sindicato, citado pela Agência Lusa, refere ainda que 44 por cento destes trabalhadores não tem certificado de saúde e 99,4 por cento não possui carteira profissional. A tabela do sector não é respeitada e uma parte significativa das empresas paga apenas o salário mínimo nacional. Na maioria das empresas a alimentação em espécie, um direito centenário no sector, não é respeitado e estabelecimentos, como o McDonald's, fazem os trabalhadores pagar o pequeno-almoço. Para o SHN, a Inspeção-Geral do Trabalho, que conhece bem a situação, nada faz e o Governo, que muito fala na Europa Social, não utiliza os instrumentos de que dispõe para obrigar os patrões a

Governo e administrações prejudicam mais que as greves

Luta justa nos transportes

Trabalhadores e passageiros sofrem há anos os efeitos das privatizações, da diminuição do emprego, do aumento da precariedade, das reduções na quantidade e qualidade do serviço, da insistência em manter salários baixos.

Dirigentes sindicais dos caminhos-de-ferro, da Carris, do Metro e da TAP, ao exporem para o «Avante!» os motivos da luta e do descontentamento nos transportes colectivos de passageiros, fizeram uma crítica severa às políticas levadas a cabo pelos governos do PS e do PSD e pelos homens que estes colocaram à frente das administrações.

Único caminho

Fazer greve é «uma decisão que tem de ser muito ponderada», mas «não nos resta outro caminho, face ao comportamento dos conselhos de administração na negociação salarial, onde claramente não estão de boa fé», diz António Morais, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos e controlador de tráfego na Carris, onde trabalha há 34 anos.

Refere que as negociações deveriam ter-se iniciado em Novembro, mas em Abril ainda é preciso convocar greve para desbloquear o processo. Acusa o presidente da Carris de «tentar pôr a população contra nós e pressionar os trabalhadores, dizendo que a greve ameaça a viabilidade da empresa e que devem aceitar baixos salários». Mas remata, com satisfação: «Os trabalhadores têm dado a devida resposta, aderindo quase na totalidade às greves.»

A diminuição do número de trabalhadores e o aumento da produtividade é uma constante nas transportadoras públicas.

«O Metro admitiu mais trabalhadores, mas a oferta de serviço aumentou muito», diz Diamantino Lopes, também dirigente da Festru/CGTP, apontando o período antes e depois da Expo '98, e acrescentando que a empresa quer pôr como norma os comboios



Melhorar o serviço depende da política e não dos salários

com agente único e as estações apenas com um agente.

«Não há razão para recusar a nossa proposta de aumentos salariais», diz o dirigente da Festru e maquinista do Metro há 18 anos. Diamantino Lopes afirma mesmo que, «em termos relativos, se tivermos em conta o alargamento da rede, o Metro tem hoje menos pessoal do que tinha há dez anos». A posição da administração «tem fundamentos políticos», pois «o Governo quer servir-se das empresas públicas para tentar nivelar os aumentos salariais no País».

Défices

O sector ferroviário e a TAP são frequentemente referidos a propósito da situação deficitária das empresas. Mas, detectado o mal, têm sofrido muito com as «curas».

José Manuel Oliveira, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, começa por reafirmar que

mas, pelo que foi tornado público, no ano de 1999 o défice foi de 50 milhões de contos, só na CP, depois de terem saído desta empresa cerca de 6 mil trabalhadores».

Os aumentos dos combustíveis dão mais razão para exigir salários justos

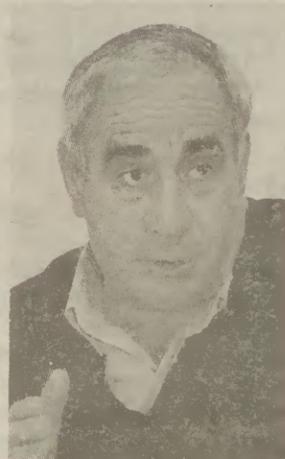
A segmentação da TAP não é solução, diz Luísa Ramos, dirigente do Sitava e uma entre os 6 mil trabalhadores de terra a quem a administração propôs que, este ano, as

os saldos negativos não têm as suas raízes nos salários, que continuam muito baixos, em termos absolutos, e escandalosamente inferiores aos praticados na UE. Depois de recordar que o Estado não cumpre as suas obrigações quanto ao pagamento das indemnizações compensatórias pela prestação de um serviço público essencial e estratégico, aquele operário electricista que trabalha há 19 anos na CP, nota que, «quando desta última reestruturação, em que foram separadas a Refer, a Emef e a CP, o défice era de 50 milhões de contos anuais,

tabelas salariais ficassem congeladas, a troco de um adicional que teria um valor médio de 1,47 por cento, significando no total mais 400 mil contos – enquanto para 473 pilotos foi assumido, no mesmo cenário de défice, um encargo de 1,8 milhões de contos. Os trabalhadores não podem ser penalizados por garantirem uma produtividade superior à média nacional, quando até os resultados mais recentes já provam que as dificuldades da TAP nascem numa má gestão e em opções estratégicas erradas, tardias ou inexistentes.



José Manuel Oliveira recorda que já dez mil ferroviários saíram das empresas do sector e estão, em parte, substituídos por contratados a prazo ou empreiteiros, em condições de trabalho de absoluta selvajaria. Mas a reestruturação falhou e agora querem que os trabalhadores penalizados.



António Morais salienta o esforço dos sindicatos para evitar maiores prejuízos aos utentes e explicar os motivos das lutas. Mas esse esforço, com grandes custos de produção de cartazes, tarjetas e comunicados, não é compensado pela grande comunicação social, que só surge quando começam as greves.



Luísa Ramos prevê que, se a administração da TAP não atender ao sentimento de injustiça e de descontentamento dos trabalhadores, o sindicato terá que colocar na ordem do dia a discussão de formas de luta e protesto por melhores salários e contra uma reestruturação que traria ainda mais dificuldades.



Diamantino Lopes diz que o Metro recebeu em 1999 menos um terço do valor das indemnizações compensatórias de 1998. As transportadoras privadas têm outras formas de se «indemnizarem»: não cumprem os horários a que estão obrigadas na concessão das carreiras, ou praticam preços mais elevados.

CGTP reclama ganhos reais

O Plenário Nacional de Sindicatos, que reúne hoje, em Lisboa, na União das Associações de Comerciantes, vai debater a intensificação dos protestos contra a política salarial do Governo, agravada com o aumento dos preços dos combustíveis.

A CGTP exige aumentos reais dos salários e defende a reabertura dos processos negociais onde tal não se verifique, adiantou Carvalho da Silva, na sexta-feira, falando aos jornalistas após uma reunião de emergência do Conselho Nacional da Intersindical Nacional. A central vai apelar aos trabalhadores para que reforcem os protestos e multipliquem, entre 10 e 20 de Abril, as acções de mobilização e luta em todo o País, «de modo a que o próximo 1.º de Maio seja um grande dia de luta», disse o secretário-geral da CGTP, citado pela Lusa.

No calendário sindical, destacou a Cimeira dos Sindicatos da Administração Pública, convocada para amanhã, as greves dos transportes marcadas para dia 11 e a greve na construção civil, dia 12. Carvalho da Silva criticou o facto de António Guterres continuar a afirmar que a inflação se vai manter. «É injusto e não se admite que o Primeiro-Ministro continue a dizer aos trabalhadores que a inflação se vai manter nos dois por cento e que devem ficar calmos com os aumentos salariais obtidos, enquanto o Governo dá subsídios aos patrões para fazerem face ao aumento dos combustíveis», protestou.

Firmeza natural

«É natural que os sindicatos e os trabalhadores reajam com firmeza às tentativas de impor a moderação salarial, tanto no sector público, como no privado», afirma-se na nota da CGTP que anuncia o plenário de hoje. O Departamento de Informação da central revelou que os sindicatos «tomarão importantes decisões para a sua acção, em matéria de contratação colectiva e de acção reivindicativa», e também sobre a concertação social. O plenário «assumirá ainda posição sobre os projectos de revisão da Lei de Bases da Segurança Social». Os trabalhos iniciam-se às 11 horas, com uma intervenção de Carvalho da Silva, e deverão terminar cerca das 16 horas.



A luta tem tido apoio popular



Repressão, é o «diálogo» preferido

Greve no lixo de Sintra

Uma luta exemplar

• José Manuel Marques

Qualquer que seja o desfecho da luta que os trabalhadores do departamento de resíduos sólidos da Câmara Municipal de Sintra vêm travando contra a tentativa de entrega daqueles serviços ao sector privado, são já inquestionáveis algumas ilações que dela poderemos retirar.

A consciência e unidade de centena e meia de trabalhadores em torno da luta por um serviço público de qualidade e pela salvaguarda dos seus direitos, é, no fundamental, o relato que aqui se faz, com a certeza de que vale sempre a pena lutar.

Quando, no início do mês de Fevereiro, os cerca de 150 trabalhadores daquele sector decidiram, em plenário, a marcação da greve que decorreu entre 4 e 10 de Março, as dúvidas sobre a sua realização foram muitas e de muitos.

Eu próprio, confesso, as cheguei a ter.

A consciência dos trabalhadores, aquilo que desejavam efectivamente, foi no entanto um marco muito forte ao longo de todo o processo. Eles sabiam, e sabem, que só a manutenção destes serviços sob a responsabilidade da autarquia lhes dá garantias de segurança dos seus direitos, regalias e segurança no emprego.

A unidade, essa veio a revelar-se forte e inabalável, penso que crescendo mesmo ao longo do processo, permitindo

do-lhes enfrentar exemplarmente as tentativas de coacção, ameaças e violação da lei da greve perpetradas pela presidente da autarquia, assim como a violenta carga policial de que foram alvo no dia 8 de Março.

Também a solidariedade de que foram alvo é relevante, quer a manifestada pelos restantes trabalhadores da autarquia com uma greve que no dia 8 de Março registou cerca de 70% de adesão, quer a manifestada pela população que se revoltou contra as cargas policiais e entendeu que também estava em causa a defesa da sua qualidade de vida, quer a manifestada por diversas organizações sindicais nacionais e

Os trabalhadores sabem que estes serviços só sob a responsabilidade da autarquia lhes garantem os direitos

estrangeiras e partidos políticos, entre os quais o PCP.

Só isso justifica o êxito de 7 dias de greve, durante os quais se mantiveram em piquete no seu posto de trabalho, e a decisão da sua continuação já no próximo dia 2 de Maio.

A repressão e a violência

Escusando-se ao diálogo, a presidente da autarquia, em conjunto com outros responsáveis políticos e técnicos, desde cedo tentou evitar a realização da greve, quer através da coacção e da ameaça, quer tentando ludibriar a opinião pública.

Tentativas goradas, porque os trabalhadores não se deixaram intimidar e a população do

concelho foi sempre informada dos objectivos da greve, através da distribuição de 70 mil comunicados, do contacto directo e realização de diversos carros de som.

Depois, já durante a realização da greve, assistimos por parte da edil a um autêntico espectáculo com a preocupação súbita pela saúde pública, quando nada tinha feito para evitar, dialogando com os trabalhadores, ou mesmo para minorar os seus efeitos, tomando algumas medidas óbvias

ofício da autarquia solicitando a limpeza em praticamente todo o concelho. Isto, quando os trabalhadores em piquete de greve sempre efectuaram intervenções diversas, nomeadamente em locais onde foram detectados sacos de lixo rasgados, centros de saúde, lares de terceira idade e outros, numa atitude de enorme sentido de responsabilidade e preocupação pelo bem estar da população.

Na manhã do dia 8 de Março, aconteceu então o insólito.

Recurso a privados

Vantagens para quem?

Na Câmara Municipal de Sintra, não é nova a tendência privatizadora deste sector. Já há cerca de quatro anos que a empresa privada SUMA opera em quatro importantes freguesias do concelho - Queluz, Caçém, Massamá e Monte Abraão -, prestando um serviço que tem sido alvo de inúmeras queixas das populações locais.

Este tipo de gestão, na altura assumido como pontual e defendido como a tentativa de resolver a situação de ruptura em que se encontrava a recolha do lixo no concelho, pretende agora transformar-se em definitivo, com a entrega de mais duas importantes freguesias ao sector privado - Algueirão Mem-Martins e Rio de Mouro -, enquanto que os trabalhadores vão sendo empurrados para as freguesias rurais, onde a margem de lucro ainda não move interesses privados e, a médio prazo, para outros sectores como a varredura de ruas.

Para esta medida, os responsáveis políticos da autarquia, nomeadamente a sua presidente e o vereador responsável pelo pelouro, apenas dão como justificação a necessidade de melhorar a prestação do serviço e alargar o seu âmbito, dado o crescimento populacional.

No entanto, não é apresentado sequer um estudo que justifique esta medida como economicamente vantajosa, enquanto o STAL apresenta dados exactamente em sentido contrário.

Por outro lado, a verdade é que o último concurso aberto para admissão de cantoneiros ocorreu há quatro anos e não foram sequer chamados todos os candidatos. Não menos relevante é o facto da autarquia apenas dispor actualmente de uma viatura de recolha, preferindo gas-

tar milhares de contos no aluguer das restantes.

Façamos, então, um pequeno cálculo dos custos para uma e outra solução:

- A proposta de entrega das duas freguesias ao privado, custaria aos cofres da

- Com os 194 mil contos que a Câmara não gastaria, poderiam ser compradas cerca de 9 ou 10 novas viaturas (a um custo que ronda os 20 mil contos cada), evitando, assim, nos anos seguintes, o seu aluguer a custos exorbitantes.



Uma voz privatizadora

autarquia, por ano, a quantia de 360 mil contos;

- Com a admissão de mais vinte trabalhadores, necessidade justificada pela autarquia, seriam gastos cerca de 40 mil contos ano (inclui salários, subsídios que recebem e descontos da Câmara para a segurança social);

- Com o aluguer de mais cinco viaturas, destinadas aos trabalhadores admitidos, seriam gastos cerca de 126 mil contos por ano;

- No total, seriam então gastos cerca de 166 mil contos por ano, sobrando, então, cerca de 194 mil contos.

Mas, as vantagens poderiam ainda ser maiores:

Pretende-se assim defender uma lógica de gestão que seguramente irá custar mais aos cofres da autarquia, que não está provado ser mais vantajosa e garante de qualidade na prestação do serviço à população (bem pelo contrário) e com a qual os trabalhadores serão seriamente prejudicados.

É mesmo que a possibilidade de criação de uma empresa municipal avance, mesmo que sejam contempladas as propostas dos trabalhadores para a salvaguarda dos seus direitos e regalias, pessoalmente mantenho a dúvida: será a solução mais vantajosa para os cofres da autarquia e para a qualidade do serviço prestado à população?

Confiança e determinação

No espaço que separa a continuação do processo de luta, os trabalhadores têm a esperança de que o poder político da autarquia se disponibilize finalmente para a busca de soluções conjuntas.

Das reuniões que se já realizaram, está no momento em discussão a possibilidade da criação de uma empresa municipal para o sector.

Solução milagrosa para muitos...

Não o é, efectivamente, para o STAL e para os trabalhadores, que mantêm a convicção de que é possível melhorar a prestação destes serviços com vantagens inegáveis para todos (ver caixa).

Existe, no entanto, a consciência de que é necessária alguma abertura na discussão das soluções. É exactamente por isso que foi já enviado à autarquia um conjunto de propostas que os trabalhadores exigem que sejam contempladas no processo de criação da referida empresa, como único garante dos seus direitos e regalias.

E porque a melhor altura para se defenderem os direitos é agora, enquanto eles ainda existem, os trabalhadores estão determinados a prosseguirem a luta.

como a informação prévia, o reforço de contentores, a distribuição de sacos próprios para o acondicionamento seguro do lixo, entre outros.

Veio então, na sequência de diversas acusações de que não estariam a ser cumpridos os serviços mínimos (a que a lei não obriga), o primeiro ensaio de violação da lei da greve, na madrugada de 6 de Março, com a contratação de uma empresa privada, o que acabou por ser impedido pelos trabalhadores em greve, sem violência.

Depois, numa caricata tentativa de levar os trabalhadores a desistirem do seu legítimo direito à greve, foi enviado ao sindicato um «parecer» da delegada de saúde de Sintra considerando que a acumulação de sacos de lixo fora dos contentores poderiam colocar em causa a saúde pública mas que não especificava qualquer situação, secundado por um

Escoltados por fortes contingentes policiais da GNR e da PSP, novamente três carros de uma empresa privada tentaram recolher o lixo no concelho.

A repressão e a violência usada contra os trabalhadores que tentaram, pacificamente, impedir mais esta grave atitude de violação do seu legítimo direito à greve, foi bem documentada por diversos órgãos de comunicação social, realçando-se que a PSP chegou a fazer a detenção de um trabalhador, agrediu diversos e ameaçou com a utilização de armas de fogo.

E embora a presidente da Câmara o não assuma, a verdade é que os responsáveis pelas forças policiais afirmaram categoricamente que estavam ali por sua solicitação, afirmações essas depois corroboradas pelo comandante da PSP de Sintra durante o julgamento do trabalhador detido.

Listas unitárias condenam Negócio do BPSM é «um escândalo»

A decisão de vender o Banco Pinto e Sotto Mayor ao BCP de Jardim Gonçalves «aprofunda a entrega do poder político ao poder económico, com a consequente subversão da própria democracia», afirmam as listas unitárias candidatas às eleições de 12 de Abril, para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Numa nota distribuída sexta-feira, aquela decisão do Governo – à qual, «por certo, não serão estranhos os apoios anteriormente dados às campanhas eleitorais do PS» – é considerada «um escândalo», pois vem contemplar mais uma vez o grupo BCP, «que pratica uma política de violação brutal e sistemática das leis laborais nas suas empresas» e que assim é colocado no lugar de «primeiro beneficiário da agiotagem financeira e especulativa da economia nacional».

As listas unitárias recordam que, ainda no dia 29 de Março, um membro da administração de Jardim Gonçalves «considerava, com sobrançeria, que a actuação da Inspeção Geral do Trabalho para tentar impor o respeito pela lei era uma forma de “promover o trabalho clandestino na banca”».

Na nota alerta-se para o facto de que «os trabalhadores do BPSM que, por diversas vezes, demonstraram ser o maior garante do banco, não podem continuar a ser cobaias de mais experiências “laboratoriais”, internas e externas, dos insaciáveis interesses do capital», uma vez que «com elas já sofreram e continuam a sofrer prejuízos como nenhuns outros».

Feito o negócio entre o Governo e Jardim Gonçalves, «é imperioso salvaguardar a estabilidade, a dignidade e a imagem de todos os trabalhadores do BPSM e, simultaneamente, promover a imprescindível e justa melhoria das suas condições sociais e salariais», defendem os unitários.

Eleições dia 12 e liberalização

A posição tomada pela Lista B (coligação PS, PSD e MRPP) quanto à liberalização dos horários de trabalho no sector comprova que, «estando em sintonia com os objectivos dos banqueiros e do Governo e não podendo ter uma actuação independente destes, não está em condições de defender os bancários».

Este comentário das listas unitárias – **Lista A**, para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, nas eleições que vão ter lugar no dia 12, quarta-feira – surgiu como reacção a declarações da Tendência Socialista, no «Correio da Manhã» de 29 de Março, afirmando que os *sindicatos verticais do sector bancário não colocam nenhuns obstáculos ao alargamento do horário de trabalho*, que os trabalhadores estariam *dispostos a negociar horários que permitissem a abertura das agências até às 18 horas, ou mesmo horários diferenciados entre as 8 e as 21 horas* e até dizendo que, *no limite, os sindicatos aceitam um cenário de trabalho de 24 horas por dia*.

Os candidatos unitários apelam ao fortalecimento da unidade dos bancários, para resistir à ofensiva do grande capital e do Governo, para combater a insegurança e a violação da lei e dos direitos dos trabalhadores e para suprir «a subordinação partidária da Lista B». Assim, as listas unitárias apresentam-se aos bancários como «a única alternativa de voto para defender os seus direitos e a dignidade da sua profissão».



Sexta-feira a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública

Debate no Porto com Jerónimo de Sousa

Ampliar a acção garantir os créditos

Os patrões de 91 empresas devem mais de 7 milhões de contos a 5600 trabalhadores, denuncia a Direcção Regional do Porto do PCP.

A reunião pública que a DORP promoveu na sexta-feira, integrada na campanha nacional «Por melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho», não expressou apenas claro apoio à iniciativa parlamentar comunista, no sentido de responsabilizar o Estado pelo pagamento, a tempo e horas, dos créditos aos trabalhadores de empresas encerradas ou falidas. Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do Partido, ouviu vários relatos, apelou a que fizessem chegar informação sobre esses casos à Assembleia da República, e trouxe uma proposta: a acção no Parlamento pode ser o ponto de partida para que surja um forte movimento de luta dos trabalhadores, contra o arrastamento de várias situações que ofendem os direitos de quem perdeu involuntariamente o posto de trabalho e que não dignificam as instituições e a justiça do País.

Na nota que divulgou após a reunião, a DORP aponta como questões mais graves a graduação dos créditos e a morosidade dos processos judiciais: muitos «levam dez e mais anos a serem concluídos e, em regra, os créditos pagos são muito inferiores ao que os trabalhadores tinham

direito», enquanto outros «são arquivados porque se arrastam anos e as investigações são inconclusivas, como nas empresas Fogões Leão e Mário Navega».

A DORP completa as críticas à justiça – que «se perde no tempo, na burocracia e na impunidade» – notando que «não se conhecem casos de condenações por falências fraudulentas, embora existam justificadas dúvidas».

Acidentes

Uma delegação da DORP reuniu quinta-feira com dirigentes sindicais dos sectores onde se verificam mais acidentes de trabalho. Ilda Figueiredo, José Timóteo e Silvestrina Silva abordaram, com os sindicalistas da construção civil, madeiras, metalurgia e material eléctrico, e representantes do Sindicato dos Seguros e da Associação Nacional de Deficientes Sinistrados do Trabalho, as principais causas que colocam Por-

tugal entre os países da UE com maiores índices de sinistralidade: o trabalho precário e clandestino (sobretudo na construção civil), a proliferação do regime de subempregadas, a falta de formação profissional, o funcionamento irregular das Comissões de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, os maus equipamentos e a falta de fiscalização.

Foram salientadas as lacunas e deficiências que se mantêm no apoio aos sinistrados do trabalho.

A morosidade da justiça custa mais aos trabalhadores



Octávio Teixeira no Terreiro do Paço (foto da Agência Lusa)

«Avante!» alarga difusão

Dirigentes, deputados e outros militantes comunistas entrecruzaram na passada quinta-feira a campanha de difusão do «Avante!» e a campanha de contacto com os trabalhadores, numa acção especial que levou o órgão central do PCP para acessos a empresas e terminais de transportes. Em vários pontos a venda decorreu mais rapidamente do que o previsto, esgotando as centenas de jornais acrescentados às encomendas normais das organizações.

PCP recebe estruturas

Para aprofundar o conhecimento da situação social e laboral e para preparar a interpelação parlamentar sobre emprego e condições de trabalho, o PCP convidou várias organizações de trabalhadores para uma série de encontros com dirigentes comunistas. Esta iniciativa, inserida na campanha nacional em curso, decorre até dia 14 e envolve três membros da Comissão Política (Domingos Abrantes, Francisco Lopes e Jerónimo de Sousa).



Anteontem o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços



Segunda-feira as CTs da Lisnave e da Gestnave



Contra as pensões de miséria - uma das reivindicações constantes do MURPI

MURPI em Congresso Pela dignidade a que temos direito

O MURPI realizou o seu 3.º Congresso. Em debate estiveram os muitos problemas dos idosos no nosso país.

«Pela dignidade a que temos direito» e «Próximo século que futuro para os idosos» foram os temas centrais em debate no 3.º Congresso Nacional do MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, realizado no passado dia 25 de Março no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures.

Com cerca de 350 delegados inscritos e quase três mil participantes, o Congresso contou, nomeadamente, com a presença de representantes da CGTP-IN, da CGT francesa, das Comissões Obreras, de Espanha, e ainda do Grupo Parlamentar do PCP (único presente,

apesar de todos terem sido convidados). Presente nos trabalhos esteve igualmente o presidente da Câmara de Loures. De entre as saudações recebidas conta-se a do Partido Ecologista «Os Verdes».

Ao longo do dia foram vários os temas abordados, com destaque para a situação socio-económica dos reformados, o Relatório de Actividades e a situação financeira do MURPI, o Caderno Reivindicativo e o Programa de Acção.

O programa de acção para o próximo triénio desdobra-se em diferentes áreas.

O MURPI irá comemorar algumas datas de grande sig-

nificado, como o 25 de Abril e 1.º de Maio, o Dia do Reformado, em Outubro, e o dia 7 de Abril como data internacional dos idosos.

No quadro das reivindicações e lutas a desenvolver, destaca-se, entre outras iniciativas, uma concentração em Belém a assinalar o encerramento da presidência portuguesa da Comunidade Europeia, em Junho, e a exigência de uma sede para a Confederação.

Os reformados irão ainda desenvolver diferentes iniciativas de convívio, encontros e debates, em particular em torno de temas como «Centros de Dia e Convívio e Lares», «Segurança Social», pensões e outros.

Uma grande iniciativa prevista para o ano 2001 - o 2.º Parlamento do Idoso.



2.º Encontro Regional de Coimbra JCP debate problemas

O 2.º Encontro Regional de Coimbra da JCP, que teve lugar no passado dia 25, foi palco de aprofundados debates sobre as questões que mais afectam os jovens, em particular os do distrito, como a educação, a interioridade da região e o acesso à cultura, ao desporto e ao lazer.

Com a presença de Luísa Araújo, da Comissão Política do PCP, e de mais de 50 militantes, os participantes apontaram os problemas com que a população de Coimbra se debate, como é o caso da habitação: as rendas elevadíssimas, as condições precárias das casas e o reduzido número de residências universitárias.

A falta de qualidade dos

transportes públicos e o recente aumento dos preços dos bilhetes em 13 por cento foi também abordado, bem como a falta de ligação entre os pólos universitários e as várias freguesias e concelhos.

Naturalmente, as lutas desencadeadas pelo movimento associativo foram valorizadas, pois, como foi referido, só através delas se consegue melhorar as condições do ensino e alcançar as mudanças reivindicadas pelos estudantes do secundário e do superior.

A JCP aponta para uma forte intervenção dos comunistas em listas unitárias, de forma a lutar contra a política educativa e a mobilizar todos

os estudantes para a luta.

Num momento em que a organização atravessa uma fase de renovação e crescimento, foi destacado o trabalho desenvolvido nos concelhos de Cantanhede, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho e sublinhada a necessidade de encontrar formas de chegar aos *media*, com o objectivo de informar a opinião pública das actividades e propostas da JCP de forma mais eficiente. Este trabalho será completado com a publicação de um jornal e de boletins informativos, de distribuição gratuita.

Na iniciativa foi eleita a nova comissão regional e aprovada uma moção sobre o Dia do Estudante.

Justas exigências do Interior

• Carlos Brito

Em período de definição dos projectos que serão contemplados no III Quadro Comunitário de Apoio, o Interior mexe-se para tentar atenuar os seus gravíssimos atrasos resultantes de séculos de abandono. Em regiões fortemente marcadas pela desertificação e o despovoamento, esta reacção é uma respeitável manifestação de vitalidade na luta contra as assimetrias regionais. Asseguram-na, principalmente, as autarquias e associações de vários tipos, com destaque para as de desenvolvimento e de defesa do património que procuram, por um lado, mobilizar as populações, e, por outro, sensibilizar os poderes públicos e os responsáveis políticos do país para as justas exigências do Interior.

Na passada sexta-feira, dia 30, Mértola foi o palco de uma realização exemplar no âmbito desta luta por uma justa política de desenvolvimento regional. Tratou-se do *Forum Guadiana 2000*, organizado pela Associação de Defesa do Ambiente daquela vila alentejana. No centro do debate esteve não apenas o concelho de Mértola, mas todo o Baixo Guadiana, compreendido como a região que vai do Pulo do Lobo a Vila Real de Sto. António, pelas duas margens do rio, abrangendo os municípios algarvios da margem direita e os municípios espanhóis da margem esquerda.

Por isso, juntaram-se ali representantes autárquicos e dirigentes do movimento associativo de todos eles, que em português e castelhano dialogaram intensamente com docentes das Universidades de Évora, do Algarve e de Sevilha e técnicos dos Ministérios e estruturas de Coordenação Regional.

Em busca de respostas

Por esta forma se procurou, mais uma vez, encontrar respostas para suster a desertificação e despovoamento e definir estratégias capazes de melhorar as condições de vida das populações e assegurar um efectivo desenvolvimento.

A grande novidade foi, a de que, desta vez, a reflexão incidiu não apenas no município anfitrião, mas em toda a região que tem por eixo o rio Guadiana.

Isto mesmo, foi sublinhado, à partida pelo Presidente da Câmara de Mértola, camarada Paulo Neto, salientando que esta nova perspectiva talvez ajude a

encontrar melhores soluções para valorizar as potencialidades da região, dar mais eficácia aos esforços que dentro dela se estão fazendo e colocar ao Governo e aos poderes públicos, em geral, as grandes exigências em relação às questões estruturantes, como a navegabilidade do Guadiana, a via rápida entre Beja e Vila Real de Sto. António (IC -27) e outras acessibilidades, como a ponte Alcoutim-Sanlúcar. Terminou lançando um aviso de que é preciso andar depressa pois «corremos o risco de virmos a ter ideias e já não haver pessoas».

O mesmo alarme foi lançado pelo Presidente da Câmara de Alcoutim, Dr. Francisco Amaral, ao enfatizar: «Queremos o IC-27 enquanto há vida por aqui!».

Entre a desertificação e a esperança

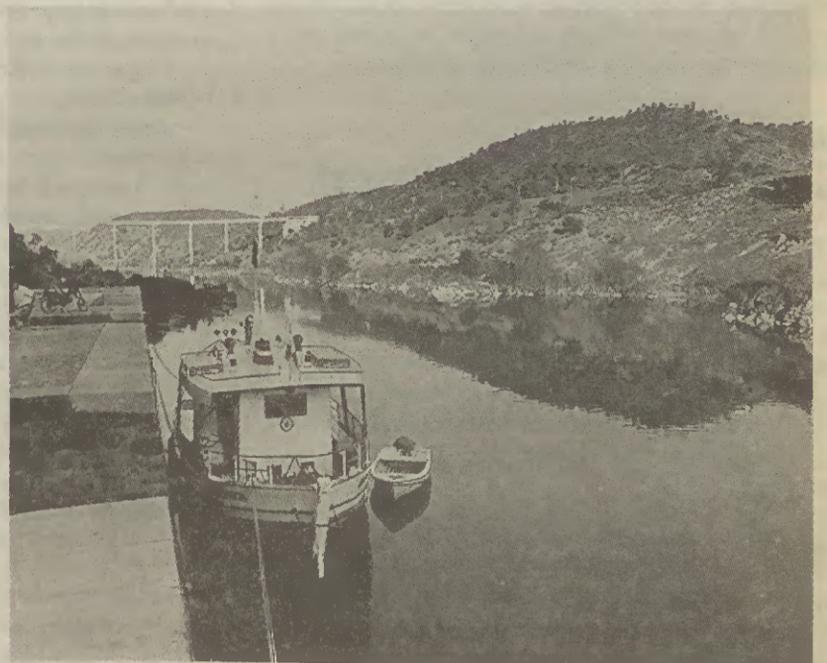
Não se julgue que estas expressões dos dois autarcas são meras figuras de retórica. Não são: em 30 anos, o concelho de Mértola perdeu cerca de dois terços da sua população e o concelho de Alcoutim perdeu, em quarenta anos, mais de metade da população, o mesmo acontecendo às freguesias serranas dos concelhos de Castro Marim, Tavira e Loulé.

Foi este o pano de fundo de muitas horas de reflexão em torno das cerca de vinte comunicações, que se distribuíram por quatro painéis temáticos: O Baixo Guadiana como unidade geográfica; Qualidade ambiental; O Turismo no Baixo Guadiana; Estratégia para o desenvolvimento.

Seguiu-se um animado debate em que as preocupações em relação à situação da região e a decepção com as políticas governamentais, foram temperadas por algumas notas de esperança sobre os esforços conjuntos a fazer no futuro.

O Prof. Cláudio Torres tinha sabidamente, na comunicação que apresentou ao Forum, que «o rio foi historicamente o elemento unificador de toda região».

Pois no presente, a unidade à volta do rio e os esforços comuns das comunidades ribeirinhas, do Alentejo, do Algarve e da margem espanhola, foi talvez a maior esperança, que o encontro entre elas produziu, para uma nova época de cooperação e para dar mais força às justas exigências do Interior.



ALCOCHETE Trabalho versus calúnias

A Comissão Concelhia de Alcochete do PCP repudia energicamente a actuação dos deputados do PS na Assembleia da República, de inviabilizarem todas as propostas do PCP para a inclusão no PIDDAC 2000 de mais projectos e verbas para o concelho, assim como as calúnias e ofensas dirigidas aos eleitos da CDU por quem «não merece crédito».

Relativamente à actuação dos eleitos CDU, o PCP esclarece que todos os projectos de loteamento ou Planos de Pormenor aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal de Alcochete cumprem as normas e limites urbanísticos do PDM, pelo que condena as ingerências da Presidente da Câmara do Montijo no concelho.

CARREGAL Há descarga de esgotos

Activistas da CDU confirmaram, no dia 21 de Fevereiro, as suspeitas que há muito circulavam sobre a descarga de esgotos junto à marina do Carregal: de facto, nesse dia, «um líquido, cujo cheiro e cor não deixavam margem para dúvidas», jorrava com grande intensidade através de uma abertura, visível na extremidade do cais do Carregal, junto à Igreja.

Na sequência da denúncia então feita, Manuela Mourão, eleita da CDU na Assembleia Municipal de Ovar, deslocou-se ao local e dirigiu, de imediato, ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Ovar um requerimento no sentido de serem apuradas responsabilidades sobre o sucedido, aguardando agora a resposta que, ao abrigo do Estatuto de Oposição, lhe deveria ser dada num prazo máximo de 30 dias.

COIMBRA Ensino carece de debate

A proposta de reorganização curricular para o ensino secundário do Governo carece de um debate público alargado, envolvendo professores, pais e estudantes e respectivas organizações representativas, e suscita profunda preocupação aos professores de Coimbra do PCP.

Apesar do reconhecimento pelo Governo da necessidade de duas vias para os alunos do secundário – uma com carácter de formação geral e outra de formação tecnológica -, esta medida padece de «um exagerado alargamento das opções» que levará a uma maior especialização das formações, nomeadamente nos cursos tecnológicos.

Para além de repudiarem a forma como o debate foi lançado, os comunistas consideram ainda que existe falta de informação sobre o modelo de avaliação que vai acompanhar esta reforma, o modo como será feito o acesso ao ensino superior e a política de financiamento adoptada.

AÇORES Uma medida prepotente

A ruptura de negociações com os representantes sindicais dos trabalhadores do grupo SATA e a requisição civil decretada pelo Conselho do Governo Regional antes de ter esgotado as possibilidades de diálogo merecem a condenação do coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, para quem os pilotos da SATA, como quaisquer outros trabalhadores do Grupo, devem lutar quer pelos seus contratos quer pelo futuro das empresas que, em sua opinião, ainda está por clarificar. Ao mesmo tempo, sendo a SATA Air e a SATA Internacional, duas empresas do mesmo grupo, juridicamente distintas mas em que a segunda é propriedade da primeira, o PCP diz que é natural que os respectivos trabalhadores procurem relações de trabalho com a mesma matriz de base. E, compreendendo, embora, a necessidade de evitar o isolamento da Região e de cada ilha, considera a decisão do Governo de avançar com a figura da requisição civil «precipitada e prepotente».

BRAGANÇA Governo deve participar

A Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro do PCP (DORT) está solidária com as numerosas lutas e reivindicações do Movimento Unitário Camponês e, tendo em conta as dificuldades financeiras de milhares de produtores agrícolas - que levam muitas vezes à falta de pagamento das suas contribuições para a Segurança Social -, exige do Governo que, entre outras medidas, assuma a comparticipação de 50% do actual valor da taxa contributiva para a Segurança Social. Para a DORT é ainda urgente a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional que, aproveitando os recursos e potencialidades da Região, permita perspectivar um futuro de progresso e desenvolvimento. Nesse sentido, o Fórum da Iniciativa Económica de Trás-os-Montes e Alto Douro poderá, na opinião dos comunistas, constituir uma excelente oportunidade.

1.ª Assembleia de Bragança defende Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Região

Valorizar o trabalho e a produção

Sob o lema «Reforçar o PCP, Desenvolver o Nordeste Transmontano», realizou-se, no passado dia 26 de Março, na Pousada da Juventude, em Bragança, a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Bragança do PCP.

Os comunistas reuniram para fazer um balanço e análise ao trabalho realizado e aprovar as principais tarefas futuras, ao mesmo tempo que aproveitaram para comemorar o 79.º aniversário do PCP. Participou nestas iniciativas Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central.

Ao encerrar os trabalhos da Assembleia, Henrique de Sousa fez uma intervenção onde, referindo-se à recente cimeira da União Europeia em Lisboa sobre o Emprego, disse «enquanto os

trabalhadores estavam na rua em luta pela defesa do emprego e por melhores salários, o Primeiro-Ministro António Guterres estava ao lado dos poderosos». Acrescentando, depois, que «é necessário alterar este situacionismo pantanoso, este bloco central de interesses», o dirigente comunista concluiu, afirmando

que «o PCP bate-se por uma alternativa, tanto para o País como, naturalmente, para a região transmontana».

Na base do documento de balanço da actividade e resolu-

ção política, apresentado por José Brinquete, membro do Comité Central e coordenador da distrital de Bragança, foi possível discutir e debater a forma de o PCP reforçar a sua direcção, organização e funcionamento e, intervindo no plano distrital, defender melhor e mais eficazmente os interesses e aspirações de progresso e desenvolvimento das populações do Nordeste Transmontano.

Um papel imprescindível

Na 1.ª Assembleia de Organização Distrital participaram 70 delegados vindos de todos os pontos do distrito que elegeram uma nova Comissão Distrital, constituída por 24 membros.

Os delegados à Assembleia aprovaram por unanimidade duas moções - uma, exigindo

medidas governamentais face à seca que se faz sentir, com graves prejuízos ao nível da agricultura; outra de repúdio pela ausência das televisões na cobertura do acontecimento - e uma proclamação, onde reafirmam o seu empenhamento no reforço do Partido e no cumprimento das tarefas políticas que se lhe colocam.

Os comunistas consideram que o distrito tem riquezas e potencialidades mas o seu desenvolvimento depende de uma outra política alternativa, de «um outro modelo de desenvolvimento que valorize o trabalho e a produção» e onde uma maior justiça na distribuição dos fundos comunitários dê «credibilidade ao princípio de solidariedade nacional».

Nesse sentido, avançam um vasto conjunto de acções e iniciativas a tomar e de propostas com vista ao desenvolvimento do distrito. Dentre elas, destaca-se a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Região; a criação de um organismo regional e representativo para estabelecer as prioridades de desenvolvimento e gerir a aplicação dos fundos destinados à região; medidas de discriminação positiva, com a aplicação, designadamente, da lei de «Combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior».

Tanto na Assembleia como no lanche-convívio que se seguiu, e que foi animado pelos actores Glória de Sousa e Fábio Júnior, do Grupo «Teatro em Movimento», participaram ainda cerca de três dezenas de convidados, entre os quais socialistas e personalidades independentes que quiseram afirmar o seu reconhecimento pelo papel imprescindível do PCP na sociedade portuguesa e na defesa de um Portugal livre, independente e desenvolvido.

Durante o convívio, uma bandeira circulou entre a assistência para recolha de donativos destinados à campanha nacional de fundos em curso. Feitas as contas, apurou-se um total de 76 contos, ou seja, 15 por cento da meta (500 contos) definida pela organização.



Comunistas de Bragança querem combater desertificação do interior

Odivelas Assembleia debate concelho

«Como construir mais Partido, como fazer crescer o Partido», tornando-o «mais forte e influente»: eis o tema essencial em debate, enunciado pelo camarada Paulo Loya na intervenção de abertura da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Odivelas. Que o objectivo é realista mostra-o a evolução verificada desde a 1.ª Assembleia realizada há um ano, traduzida numa positiva actividade do Partido, na «criação da Célula dos Trabalhadores Comunistas na Comissão Instaladora e do Sector de Empresas do Concelho, bem como na realização das assembleias das Freguesias da Ramada, Famões e Póvoa».

O debate - participado, vivo, rico e criativo - para além da análise à situação do novo Concelho procurou respostas para questões fulcrais, nomeadamente: o envolvimento de mais militantes na actividade regular do partido; o alargamento do núcleo activo; aumentando o número da camaradas com tarefas de responsabilidade; a procura de caminhos para chegar a mais locais de trabalho, ultrapassando as vinte empresas onde hoje já existem contactos; o reforço da acção junto da Juventude; o recrutamento de novos militantes, em particular jovens; um mais regular e intenso contacto com as pessoas, dis-

tribuindo documentos, vendendo o «Avante!», dialogando; enfim, medidas e caminhos que visam o aumento da influência do Partido no Concelho e a obtenção, em 2001, da presidência da Câmara de Odivelas. A Assembleia elegeu, por unanimidade, a nova Comissão Concelhia, composta por 54 camaradas e que, como salientou a camarada Margarida Aboim Inglez, é composta por 53,7% de operários e empregados, 28% de quadros e intelectuais, 11% de estudantes, 7% de pme's, sendo as mulheres 28% do total.

Ainda o Aniversário

Ainda não terminaram as comemorações do 79.º aniversário do PCP.

Assim, em Sobral de Monte Agraço, mais de duzentos camaradas e amigos participaram no almoço comemorativo do evento.

O camarada António Bogalho, Presidente da Câmara, o primeiro orador, sublinhou, na sua intervenção, a importância da iniciativa e o papel do PCP na luta pela democracia, pela liberdade e pela defesa dos interesses do povo e do país, «prestou contas» do trabalho - altamente positivo - que tem vindo a ser desenvolvido pela CDU naquele Concelho.

A seguir, interveio o camarada José Casanova, da Comissão Política, que referiu algumas datas marcantes dos 79 anos de vida do PCP; a importância do XVI Congresso para o reforço da organização, da intervenção e da influência do

Partido e a necessidade da continuação da luta contra a política de direita do Governo do PS.

Em Penacova, o aniversário do PCP foi pretexto para um animado almoço-convívio, no qual participaram dezenas de camaradas e amigos, realizado em Oliveira do Mondego - cuja respectiva Junta é de presidência CDU. Intervieram, em primeiro lugar, o Presidente da Junta, Gilberto Duarte, independente na CDU, e o camarada José Casanova.

Também na Figueira da Foz, mais de uma centena de pessoas participaram num jantar comemorativo do aniversário do PCP, no decorrer do qual, através de uma intervenção do camarada Idalécio, foi sublinhado o significado e a importância da luta, em curso, dos pescadores da arte da meijeira. A encerrar a comemoração interveio o camarada José Casanova.

MADEIRA Atlantis demolido

A CDU/Madeira lamenta que a demolição do Hotel Atlantis se tenha dado sem que, até esse momento, o Governo Regional tivesse esclarecido a população sobre as questões ambientais dela resultantes.

O protesto da CDU é tanto mais justificável quanto, em 25 de Janeiro, o seu Grupo Parlamentar solicitou ao Governo Regional alguns esclarecimentos relacionados com a questão, nomeadamente sobre se havia sido feito algum levantamento caracterizador dos materiais e produtos existentes no Hotel Atlantis e qual o destino final dos resíduos da implosão. Preocupações, aliás, em relação às quais também a Associação Portuguesa de Engenharia e Arquitectura de Alto Risco (EAAR) se manifestou.

PAREDES Saúde prejudicada

O facto de o Centro de Saúde de Paredes não ter sido contemplado no concurso aberto para o preenchimento de 50 vagas em centros do distrito do Porto, foi motivo de protesto por parte da Comissão Concelhia do PCP, que promete intervir junto da Assembleia Municipal de Paredes e da Assembleia da República no sentido de esclarecer a situação. Para já, o PCP pergunta à Administração Regional de Saúde do Norte e à Direcção do Centro de Saúde, nomeadamente, se a saída há poucos meses de dois médicos não colocou em défice o quadro de pessoal e se existem ou não pedidos expressos de saída por parte de outros, indiciando o agravamento da situação.

UISEU Populações contra aterro

As populações de Lalim, Lazarim e Bigorne manifestaram-se, na passada sexta-feira, em Uiseu, contra a instalação, em Bigorne, de um aterro sanitário. A acção, promovida pela BALFLORA e saudada pela Direcção da Organização Regional de Uiseu do PCP, evidenciou a determinação da população em não pactuar com aquele atentado ambiental. Em nota à comunicação Social, a DORV diz aguardar ainda resposta a dois requerimentos apresentados da Assembleia da República sobre a matéria e, solidária com a «justa luta das populações», considera que a insistência do Governo em impor pela força a construção do aterro naquele local «é contrária às regras da legalidade democrática» e «à necessidade de proteger a água», pelo que, «mais tarde ou mais cedo» ele terá de assumir «a responsabilidade das acções que agora leva a cabo».

SEIA Vodragest não cumpre

Também a Comissão Concelhia de Seia do PCP está solidária com os 400 trabalhadores da ex-Vodratex, em luta pelo pagamento das indemnizações que lhe são devidas pela perda do posto de trabalho na nova empresa criada, a Vodragest. Aliás, o Grupo Parlamentar do PCP já apresentou na Assembleia da República um requerimento ao Governo questionando-o sobre os compromissos assumidos com a Vodragest. O PCP classifica ainda de «grave injustiça» para com os trabalhadores mais antigos e os que auferiam mais elevados salários, o facto de a indemnização máxima ter sido fixada em 1800 contos. Pois, se a nova empresa já recebeu do Governo a totalidade da quantia para pagamento das indemnizações, a fixação deste «tecto» só pode significar que ela «se prepara para ficar «com a parte melhor», desrespeitando todos os anos de esforço» de centenas de trabalhadores.

CORUCHE Concelho prejudicado

A população de Coruche está preocupada com a hipótese de o Governo vir a autorizar a abertura da fábrica ITS Marques, sem haver a garantia de que os problemas de poluição já verificados não se irão repetir. É que, segundo a Concelhia do PCP, em resposta a um requerimento da deputada comunistas Luísa Mesquita sobre o assunto, o Governo respondeu que a ITS Marques «irá dispor de um sistema de monitorização dos efluentes líquidos e gasosos» que garanta o «cabal cumprimento da legislação ambiental», quando, não tendo sido feito qualquer estudo de impacto ambiental, ninguém pode garantir que os problemas ficarão resolvidos. Quanto ao Orçamento de Estado, o PCP considera que o concelho foi de novo prejudicado, já que não prevê o reforço de verbas para o Centro de Saúde do Couço, nem contempla verbas para a continuação do IC10 e do IC13 ou para a construção de uma ponte sobre a Ribeira do Divor, propostas pelo seu Grupo Parlamentar.

Direcção de Santarém renovada Mais opinião para melhor intervenção

«Lutar, Construir, Crescer, por um PCP mais forte e organizado» foi o lema da 6.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém, que juntou, no passado sábado, cerca de três centenas de militantes e simpatizantes do Partido.

De entre os participantes que encheram o Cine-Teatro da Chamusca, duzentos eram delegados eleitos directamente pelas Assembleias Plenárias das organizações do distrito. Com dois pontos na Ordem de Trabalhos - Análise e discussão da actividade da ORSA e da Resolução Política e eleição da nova Direcção Regional - os trabalhos foram bastante participados, com intervenções que reflectiram a acção desenvolvida pelo Partido nos últimos três anos.

A força das mulheres do Couço foi lembrada e aplaudida, assim como a da juventude, patente em termos de organização e de recrutamento. De resto, a Juventude Comunista, pela qualidade da sua intervenção e pelo espírito de participação que demonstrou, teve um importante papel na Assembleia.

Como tornar melhor a vida aos trabalhadores e às populações foi a tónica da intervenção de Jorge Cordeiro, da Comissão Política, que referiu a força das cerca de 30 intervenções que marcaram a Assembleia, reafirmando a sua determinação de luta, e apelou a mais opinião e mais acção como reforço da intervenção do Partido.

Sobre a organização do Partido, Jorge Cordeiro referiu «que é o instrumento fundamental» da ligação às massas, aos trabalhadores e às popula-

ções, acrescentando que «reforçar a organização e a participação dos militantes, alargar e fortalecer a estrutura de direcção do Partido aos vários níveis, definir as linhas prioritárias de acção política é não só importante como decisivo».

Piores condições de vida

Amândio de Freitas, dirigente da Federação dos Agricultores do Distrito e da CNA, referiu o agravamento das condições de vida das populações, designadamente em Santarém, e manifestou a sua preocupação pelo provável encerramento de cerca de 400

lagares de azeite e pela perda da quota do tomate, do milho e do melão, aquando do III Quadro Comunitário de Apoio.

A precariedade no emprego foi tónica da intervenção de Valdemar Henriques, coordenador da União dos Sindicatos de Santarém e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, que apelou à luta dos trabalhadores e à participação no 1.º de Maio.

Coube a Armando Rodrigues, do Comité Central e da DORSA, fazer a apresentação da nova Direcção (eleita com uma abstenção), onde salientou o seu alargamento a mais quadros jovens, mulheres e quadros com intervenção em áreas sociais e institucionais. Assim, a Direcção Regional conta agora com nove camaradas com idades inferiores a 30 anos (sendo a média de idades de 41 anos), oito mulheres, sete dirigentes sindicais, dois agricultores,

dois Presidentes de Câmara, um Presidente de Junta, quatro vereadores e vários eleitos em Assembleias Municipais, dirigentes de colectividades e associações e uma deputada à Assembleia da República.

A terminar, Carlos Carvalhas, antes de abordar a situação política (ver extractos em separado), salientou a qualidade das intervenções e reflexões efectuadas, referindo em particular o papel dos jovens trabalhadores, a relação organização/direcção, o Partido e o exercício do poder, a educação e a preparação das próximas autárquicas. Para Carlos Carvalhas, foram intervenções que ilustraram o nível de preocupações do Partido, nomeadamente no desenvolvimento da luta dos trabalhadores e da melhoria da vida das populações, numa altura em que a política do governo PS se baseia «na lógica do eleitoralismo», com interesses «que se sobrepõem aos interesses das pessoas e da economia».

A organização é um «instrumento fundamental» de ligação às massas



Os problemas da região estiveram no centro do debate

Injustiça aumenta

Em Santarém, Carlos Carvalhas, começando por referir-se à recente subida do preço dos combustíveis - «depois das negociações salariais» e «quando o preço do barril do petróleo está a diminuir» -, alertou para a «tremenda injustiça» que essa medida significa, quando comparada com os enormes lucros especulativos de muitas empresas, os privilégios do governo à banca e os benefícios fiscais dados às operações financeiras.

Todavia, em véspera de eleições, quando os preços do petróleo subiram, o governo manteve os preços dos combustíveis, lembrou Carlos Carvalhas. E fê-lo porque pretendia, então, «ganhar as eleições criando uma situação de consumo e de facilidade artificial; controlar de forma artificial a inflação para atingir os critérios de Maastricht; aproveitar a travagem artificial da taxa de inflação para impor na prática o congelamento dos salários».

Hoje, face aos aumentos verificados, Carlos Carvalhas defende como «exigência mínima de justiça social» e para evitar a degradação do poder de compra dos mais desfavorecidos, a revisão da tabela salarial da Administração Pública, assim como das pensões e reformas mais degradadas.

Por outro lado, é preciso que o Governo acabe com as indicações de «inflexibilidade» em relação às tabelas salariais dos trabalhadores do Metro, da Carris e da CP, que estão na origem da conflitualidade social e das greves nos transportes, assumindo uma «política clara de contenção de novos aumentos dos preços dos transportes públicos, nomeadamente dos passes sociais», e controle a repercussão do aumento dos combustíveis nos preços dos outros produtos e serviços.

Aliás, os aumentos decretados poderão levar ao desaparecimento de cerca de 2000 empresas em risco de falência e as suas repercussões negativas vão fazer-se sentir por arrastamento em praticamente todos os sectores.

A Cimeira do neoliberalismo

Carlos Carvalhas abordou, depois a recente Cimeira de Lisboa que, tendo como tema central o emprego e a coesão económica e social, «tratou foi de procurar novos impulsos» para a aceleração da liberalização das telecomunicações, da flexibilização e desregulamentação total.

Assim, na Cimeira de Lisboa, «a prioridade não foi o emprego e muito menos o emprego com direitos» mas sim a aceleração da liberalização. E as decisões tomadas por uma União Europeia «governada maioritariamente por governos socialistas e sociais democratas...» foram, afinal, como a própria imprensa reconheceu, «uma vitória de Blair e Aznar», para quem os rendimentos da «nova economia» e as medidas de política económica são determinados «pela Bolsa e pela economia de casino» e não pelas necessidades do desenvolvimento humano e das actividades produtivas.

Quanto à situação no Kosovo, sobre a qual a Cimeira de Lisboa manifestou a sua «preocupação», Carlos Carvalhas lembrou a existência hoje de «uma Jugoslávia com a economia destruída» e de «um Kosovo onde a UÇK impõe as regras perseguindo, destruindo e matando kosovares de origem Sérvia, ciganos e até kosovares albaneses moderados ou que defendem a convivência pacífica entre as diversas etnias». Ou seja, o imperialismo americano atingiu os seus objectivos: transformar o Kosovo, pela presença das tropas da NATO, num protectorado dos EUA; modificar o conceito de estratégia da NATO; desacreditar a UE e o euro e reafirmar o dólar como moeda de reserva universal; afirmar a supremacia americana aos olhos do mundo.

Mas a enorme, a «ignóbil hipocrisia» está no acto de, hoje, a limpeza étnica parecer triunfar no Kosovo «com as bênçãos da NATO...»

Não à Guerra!

Seguíamos na madrugada fria à boleia do Zé «algarvio», falador inveterado que fazia as honras do Mini à borla e colorava a atenção dos companheiros de recruta no velho Convento de Mafra. A apreensão pelo êxito da iniciativa em marcha mantinha-nos naturalmente calados, ainda bem que o Zé era algarvio.

Há-de correr bem! — foi a mensagem que trocámos antes do último obstáculo à porta de armas. Tiritava de frio desde que saíra do aconchego da companheira, mas os molhos de vinhetas nas algibeiras do dólman escaldavam o peito. A acção unitária ultrapassou as expectativas, centenas de vinhetas apareceram coladas nas paredes, portas, janelas, vitrines, etc., do vetusto mosteiro que pela primeira vez em três meses ganhava animação: «7500 mortos; 25 000 feridos; Bastam! Não à guerra!»

Os «xicos» militaristas estavam em pânico, na formatura das 7.30h não distribuíram a correspondência habitual:

- Luís, apreenderam as cartas com o prospecto!
- Não faz mal! A agitação está porreira!
- Que fazemos ao resto das vinhetas?...

A meio da manhã gelada de Dezembro de 1971, foram arrombar os cacifos da 6.ª Companhia, na caserna grande onde estava a malta da luta de 69 em Coimbra, compulsivamente incorporados. Eram todos politicamente suspeitos no processo individual, mas não estavam politicamente activos, por isso não encontraram os pedaços de papel gomado que continuaram a aparecer diabólicamente colados por todo o lado, para desespero do aparelho militarista: «Não jures camarada!»

Foi a palavra de ordem unanimemente seguida na cerimónia pomposa que meteu polícias a vigiarem as filas formadas na praça grande.

- «Filhos da p...! - todos os palavrões do léxico serviam para mexer os lábios na hora em que os pides vigiavam e o general militarão gritava o discurso patrioteiro.

Estávamos bem dispostos na festa de despedida. O Manuel Arons de Carvalho, o Fausto, o Costa, o Basílio, o Teives (que depois denunciaria a extraordinária acção) e nós, a «malta do Barreiro», comunistas, socialistas, democratas, personificando o sentimento comum contra a guerra colonial e o regime fascista que a mantinha e a alimentava com carne fresca.

Eram muitos os familiares presentes no repasto que metia do bom e do melhor para impressionar:

- Filhos da p...! Um rancho miserável e agora este luxo!...

Sorrias com o feitio bonacheirão que sempre mantiveste ao longo da vida, um semblante sorridente e fraterno que raramente se alterava. Tinhas os teus pais satisfeitos com o filho cadete e a Rolo Duarte, companheira de sempre.

- Isto está a correr bem!

Mesmo quando te contei a terrível experiência da passagem pela Pide em Caxias e a dificuldade em poupar camaradas e amigos, puseste um sorriso calmo: - Não foi ninguém preso, pois não!?

Contra ventos e marés, no mar encapelado em que muitos companheiros da luta antifascista se foram rendendo aos bem-bons do sistema capitalista, continuaste coerente, no pensamento e na acção. Quando vemos na bancada do poder antigos camaradas a defenderem a vergonhosa e imperialista agressão à Jugoslávia, a blasfemarem contra a heróica Cuba, a soprarem o fantoche Savimbi, criado pela Pide, apetece gritar com a força dos vinte anos que o tempo amadureceu mas não degradou: «Não à guerra!»

Se for preciso voltaremos a pintar a manta. Contaremos sempre contigo ao nosso lado!

P.S.: Luís Manuel Carvalho faleceu em 26/3/2000, com 52 anos de vida dedicada à causa do futuro de paz e felicidade que já não veremos, mas que haverá um dia, lá isso haverá!

● Armando Sousa Teixeira

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Ester de Jesus Cardoso Afonso

Faleceu recentemente, em Lisboa, com 84 anos de idade, a camarada Ester de Jesus Cardoso Afonso. Militante do Partido desde 1974, estava organizada na freguesia da Ajuda. Viúva do combatente antifascista Jorge Paiva Santos, deixou todos os seus bens ao Partido e, antes de morrer, manifestou o desejo de que a sua urna fosse, como foi, coberta com a bandeira do PCP.

Aos familiares e amigos da comunista falecida, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



O património natural da Península de Setúbal é de grande riqueza

PCP debate em Setúbal
qualidade do ensino e defesa do meio ambiente

Península de Setúbal é «parente pobre»

«Com o PCP, por uma educação pública de qualidade e gratuita» foi o mote do debate travado no Encontro Regional de Educação e Ensino, que se realizou no auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita.

O Encontro, promovido pela Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, reuniu cerca de 80 participantes - professores, estudantes, pais, funcionários, eleitos e técnicos autárquicos - e procurou perspectivar e potenciar uma maior intervenção articulada dos comunistas em defesa de políticas que preconizem uma escola e uma educação pública de qualidade e gratuita.

A partir da caracterização e confronto das realidades que envolvem o meio escolar na península de Setúbal e das políticas educativas dos governos PS, foram colocados em cima da mesa análises e propostas de acção em torno de questões como as condições básicas para uma educação de qualidade; as responsabilidades e competências das autar-

quias locais na esfera educativa; o papel e dimensão de responsabilidades dos diferentes parceiros, bem como a relação entre os mesmos.

A demagogia do Governo e as alterações que, na maioria das vezes, introduz sem qualquer debate ou auscultação, foram aspectos que o Encontro denunciou, salientando a necessidade de qualquer modificação no sistema ser precedida de rigorosa avaliação, envolvendo obrigatoriamente os diferentes parceiros no seu debate e, ainda, a necessidade de adequar currículos e programas às necessidades reais do ensino.

A não transferência de meios financeiros para as autarquias, inviabilizando uma resposta de qualidade; o incumprimento da lei quadro da educação pré-escolar; o

estrangulamento financeiro das escolas; a falta de condições físicas, materiais e humanas de muitas das escolas; a inexistência de uma sistema de acção social escolar corrector de assimetrias, foram, ainda, questões debatidas e para algumas das quais se apontaram propostas e perspectivas de trabalho.

Defender ambiente

Também a defesa e preservação do património natural e o seu aproveitamento lúdico, turístico e económico, a revalorização, requalificação e recuperação das zonas ribeirinhas, frentes de praias atlânticas e a recuperação, ampliação e criação de parques urbanos e de lazer e de manchas verdes da Península de Setúbal foram medidas defendidas por Carlos Humberto Carvalho, do Comité Central, na abertura das Jornadas Regionais sobre as Questões do Ambiente promovidas pela DORS.

A iniciativa, que decorreu sob o lema «O Homem e a Natureza na Península de Setúbal», reuniu mais de cem

personas e numerosas estruturas. Várias intervenções de especialistas e eleitos autárquicos colocaram as suas próprias reflexões e deram conta da vasta obra que, pela via das Câmaras Municipais e da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal dá e procura dar resposta aos inúmeros e complexos problemas colocados pela defesa do meio ambiente e da elevação da qualidade de vida.

No encerramento dos trabalhos, Jorge Pires, membro da Comissão Política, considerou que, num contexto em que se verifica «um desenvolvimento empenhado e qualificado dos agentes políticos, sociais e económicos da Península», o que se exige ao poder central é que «não olhe esta região como um parente pobre da Área Metropolitana de Lisboa» mas «assuma as suas responsabilidades políticas e promova uma mais equilibrada distribuição dos meios financeiros que tem à sua disposição»; que deixe de penalizar mais esta região «só porque cometeu a ousadia de há muito tempo ter procurado resolver os problemas básicos das populações».

Cidade de Lisboa reúne assembleia

A Organização do PCP na Cidade de Lisboa vai realizar no sábado, no Fórum Picoas, a sua 3.ª Assembleia. O «Avante!» quis saber os objectivos da Assembleia e falou com Martinho Baptista e Gilberta Avelãs, membros do Organismo de Direcção da Cidade.

O trabalho preparatório da Assembleia já envolveu 400 camaradas, em 34 plenários, e foi acompanhado de uma intensa actividade interna e externa. Na verdade, para além de encontros e debates sobre várias áreas, como saúde, transportes, habitação municipal ou educação, três das quatro zonas em que a cidade se divide já realizaram a sua assembleia.

Desde a anterior assembleia, realizada há quatro anos, houve grandes transformações na cidade de Lisboa, tanto do ponto de vista orgânico do Partido como da própria cidade, pelo que se impõe adequar a estrutura do Partido à nova situação e objectivos.

Tendo como objectivos principais aprovar a resolução política e eleger um novo organismo de direcção da cidade, Martinho Baptista e Gilberta Avelãs apontam, entretanto, como prioridades da Assembleia a sua inserção na preparação do 16.º congresso do Partido, a realizar em Dezembro; o reforço da intervenção política e social do Partido e a preparação das eleições autárquicas de 2001.

Afirmar o Partido

Nesse sentido, o Projecto de Resolução Política a debater na Assembleia apresenta 12 linhas de intervenção, tendo a primeira delas a ver com a iniciativa e afirmação do Partido na cidade de Lisboa e a segunda com a criação de condições para que o Partido desempenhe o seu papel de estímulo à organização e desenvolvimento dos movimentos de luta dos trabalhadores e das populações.

No que respeita ao poder local, a Coligação em Lisboa ressalta como uma importante forma de afirmação e participação do Partido no exercício do poder, assim como de concretização do projecto de cidade que os comunistas defendem e consubstanciam na Resolução Política.

A intervenção do Partido junto da juventude, dos reformados e do movimento associativo são linhas de trabalho que a Resolução igualmente contempla, designadamente em relação ao movimento dos Reformados, dado o elevado nível etário da cidade.

Alargar o Partido a novos locais de trabalho, criar mais organismos de empresa e de freguesia, melhorar a ligação aos militantes são outros objectivos que a organização de Lisboa se propõe e têm continuidade ao nível do recrutamento, do reforço financeiro do Partido e da promoção e divulgação do «Avante!», como questão fundamental da organização e do trabalho ideológico do Partido.



Martinho Baptista



Gilberta Avelãs

AVEIRO Mau serviço da CP

As estações da CP entre Aveiro e Pampilhosa encontram-se numa situação deplorável: não há ninguém na maior parte delas (e em todas durante a noite) para dar qualquer informação; os sanitários estão fechados; amontoa-se nelas o lixo e aumenta a insegurança, particularmente durante a noite. Isto, apesar dos milhões gastos em obras mal feitas e na construção de pontões alternativos às passagens de nível (entretanto encerradas) que têm os acessos fechados.

As Comissões Concelhias de Anadia, Aveiro, Mealhada e Oliveira do Bairro do PCP, a quem cabe a denúncia, não se admiram, pois, que haja quem se questione sobre se as obras feitas foram para servir os utentes ou os interesses dos futuros exploradores dos serviços mais lucrativos que o Governo pretende privatizar e vai bater-se a todos os níveis para que a CP preste com qualidade este serviço social.

OVAR Contra a precariedade

Os trabalhadores comunistas do material eléctrico do distrito de Aveiro, debateram recentemente, com a participação da eurodeputada Ilda Figueiredo e de Francisco Lopes, da Comissão Política, os problemas deste importante sector que só em Ovar emprega 6300 trabalhadores e factura 120 milhões de contos.

A precariedade do trabalho foi um dos problemas mais debatidos, uma vez que ela se apresenta como uma forma de os patrões fugirem às suas obrigações, reduzirem os custos com o trabalho e aumentarem a exploração.

Do encontro ressaltou a necessidade de os trabalhadores prosseguirem a luta por mais direitos e melhores salários.

VALE DO CAMBRA Postos de trabalho em causa

A Comissão Concelhia de Vale do Cambra do PCP condena, em tomada de posição pública, a tentativa da Administração da Lacto Ibérica de lançar trabalhadores uns contra os outros e fazer depender o direito ao trabalho «das contingências do mercado» em que o sector se insere e, ainda, o empolamento da situação proporcionado pelas decisões contraditórias de organismos competentes do Ministério da Economia.

Demarcando-se de «aproveitamentos políticos» e «actos populistas» em torno do problema, para confundir a opinião pública, o PCP afirma que, «independentemente de uma melhor clarificação de todo este processo», tudo fará para defender os postos de trabalho da Lacto Ibérica.

BARCELOS PIDDAC discrimina

O PS/Barcelos «prestava um bom serviço ao concelho se assumisse com clareza e frontalidade» que o Governo discriminou Barcelos no PIDDAC 2000. É que, segundo a Concelhia do PCP, apesar das declarações feitas em Fevereiro pelo deputado socialista e vereador na Câmara Municipal de Barcelos, João Lourenço, de este ser «o segundo concelho do distrito mais beneficiado, recebendo 3 milhões e 300 mil contos», e de o Grupo Parlamentar do PS ter referido a atribuição de «pouco mais de um milhão de contos» ao concelho, Barcelos apenas recebeu 941 072 mil contos.

Os comunistas chamam ainda a atenção para o facto de no PIDDAC não constar qualquer verba para o estudo do novo hospital nem para a beneficiação da EN 306, apesar das promessas do PS nesse sentido.

O embusteiro

Contratado pelo «Público», e não sei se com patrocínio de alguma marca de pizza, Gorbachov deslocou-se a Lisboa onde procederá a várias actuações.

Búfalo Bill em fim de carreira, Professor Immanuel Rath no espectáculo final do «Anjo Azul»... muitos são os exemplos de decrépita exibição da condição humana que esta deslocação traz à memória de quem tem memória. Anunciado com fanfarras diárias pelo jornal contratante, o espectáculo de Gorbachov foi antecedido da publicação de uma entrevista na edição do «Público» do passado domingo. O incontornável José Milhazes e a previ-

sível «enviada» Alexandra Prado Coelho entrevistaram o actor no seu habitat natural: a Sede da Fundação Gorbachov, em Moscovo. Sobre o que uns perguntaram e o que o outro respondeu há que dizer que é tudo velho e repetido mesmo quando o entrevistado não diz o que, sobre o mesmo tema, disse noutras entrevistas. De facto, Gorbachov segue o transparente método de dizer em cada momento o que em cada momento lhe interessa dizer. Ficamos

a saber, no entanto e mais uma vez, que o perestroiko personagem «não desiste e está de regresso à política activa» para o que «prepara um novo partido, de matriz social-democrata». Satisfeito com o que fez - «diz sem hesitar que voltaria a percorrer o mesmo caminho, mas com mais cuidados tácticos» e que,

hoje, os seus «objectivos seriam os mesmos: a liberdade, a democracia, a abertura» ou seja, o regresso ao capitalismo segundo o linguajar do seu «novo pensamento» - conta estórias sobre as «transformações» iniciadas em 1985 e sobre os maravilhosos resultados obtidos: «A sociedade mudou. As pessoas dependem cada vez menos do Estado e mais de si próprias. Surgiram na mentalidade dos russos traços novos, como a iniciativa pessoal, apareceram os empresários nacionais, formou-se a infra-estrutura da economia de mercado», isto é, o capitalismo vai de vento em popa. É claro que nem tudo são rosas, adverte, «setenta por cento das pessoas estão no limiar da pobreza» mas «é assim que o processo avança», além de que ele faz parte dos restantes 30%... Acresce que, segundo a lastimável criatura, a salvação da Rússia depende da «Europa e dos Estados Unidos, do espírito de abertura da parte do Ocidente» e como «espírito de abertura» é coisa que não falta aos donos do Mundo, está a Rússia salva.

Aos que lhe chamam «grande dissimulador», o embusteiro responde: «Nunca escondi, mesmo no início da perestroika, que tinha a ilusão de que era possível melhorar o socialismo, dar-lhe um segundo alento, através da união com a democracia. Depois vi que o sistema era irreformável. Que resistia. Era preciso ou não fazer nada ou mudar tudo radicalmente. E fiz isso tudo abertamente, nos plenários, falando perante o povo». Eis o Gorbachov de hoje a chamar mentiroso ao Gorbachov de então e vice-versa, misturando mentiras com verdades de forma a melhor fazer passar a mentira; ei-lo fingindo que se esqueceu de que, em 1985, foi eleito secretário-geral do partido prometendo um revolucionário «regresso a Lénine» e que, em 1988, no Plenário do CC do PCUS proclamava e jurava que «A perestroika não é menos socialismo mas mais socialismo», ao mesmo tempo que liquidava a planificação socialista e a substituíria por nada, ou seja, pelo caos económico; ei-lo fingindo desconhecer que, nesse entretanto, os mais fiéis divulgadores do seu «novo pensamento» levavam a cabo a gorbachoviana tarefa de «demonstrar» que tudo o que de negativo ocorrera na URSS se devia não a «distorções da democracia socialista» mas às «perversidades intrínsecas da ideologia marxista-leninista»; ei-lo contando mal contada a estória do chamado «golpe de Moscovo» e escondendo o papel indigno que nele desempenhou; ei-lo, enfim, fingindo não se lembrar que foi invocando constantemente o nome e o pensamento de Lénine que, em serviço combinado com o imperialismo, procedeu à destruição do partido de Lénine, à liquidação da primeira tentativa na História da Humanidade de construção de uma sociedade nova, à abertura das portas para o regresso do capitalismo explorador e opressor e, com tudo isso, ao apoio à edificação de uma nova ordem imperialista de cariz totalitário.

Sem esquecer as causas profundas que estão na origem da derrota do socialismo, vale a pena ter em conta, também, as suas causas próximas - quanto mais não seja porque o principal protagonista destas últimas se encontra em Portugal e, sem vergonha nem dignidade, exhibe com desfaçatez a sua condição de traidor.



José Casanova
Membro da Comissão Política

///Eis o Gorbachov de hoje a chamar mentiroso ao Gorbachov de então e vice-versa///



Os Congressos do Partido Rumo à Vitória!

O VI Congresso do PCP, realizado em Setembro de 1965, nos arredores de Kiev, definiu de facto o Rumo à Vitória sobre o fascismo e abriu novas perspectivas.

Essas perspectivas foram abertas não apenas à luta de massas que determinantemente eram influenciadas e organizadas pelos comunistas. Estabeleceram, a partir da análise da realidade portuguesa, os objectivos princi-

pais da sua transformação através de uma Revolução Democrática e Nacional.

Esse rumo, que o Partido vinha já desenvolvendo nos seus traços essenciais, sobretudo a partir dos anos 60/62, após a fuga da prisão de

Álvaro Cunhal e de outros dirigentes do PCP que voltaram à luta, abrindo um intenso e amplo debate ideológico e crítico de algumas das posições assumidas pelo anterior Congresso e que teve como etapas principais as reuniões do Comité Central - Fevereiro de 60; Dezembro de 60, onde é aprovado o documento «A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de

direcção», que faz a crítica do desvio de direita»; Março de 61, onde o debate culmina com a aprovação de uma Declaração sobre «A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista das liberdades políticas» e onde é eleito Álvaro Cunhal para Secretário-Geral do Partido.

Essa correcção e aprofundamento teórico, acompanhado das medidas de organização

correspondentes, com incidência expressiva no cumprimento dos princípios do centralismo democrático, deram os seus frutos, contribuindo decisivamente para o ascenso da luta de massas que se verificou nos anos de 1961/62.

Todo esse labor, teórico e prático, sobre a realidade portuguesa a transformar profundamente, veio a reflectir-se no VI Congresso. O estu-

do «Rumo à Vitória», de Álvaro Cunhal, que fora aprovado pelo CC em Março de 1964, esteve na base de parte substancial do Relatório que o Secretário-Geral apresentou então aos delegados.

Outras peças importantíssimas para a perspectiva e para a luta dos comunistas foi o Programa do Partido e os Estatutos então debatidos e aprovados.

Aurélio Santos Antevisão de Abril

Fomos chegando a pouco e pouco, vindos de várias regiões do País e de vários sectores da actividade do Partido. Alguns também do estrangeiro, onde desempenhavam tarefas na luta contra a ditadura. Eram mais de três dezenas os que acabaram por vir, delegados pelo Partido para se reunirem em congresso, vencidos dificuldades e perigos para ali chegar. Poucos? Não creio. Os bastantes para ali afirmar a vontade de vencer.

Quando o Congresso iniciou os seus trabalhos já tinha atrás de si um intenso debate que, apesar da clandestinidade, percorrera todo o Partido. Meses antes tinham sido editados clandestinamente e distribuídos praticamente a todos os militantes os projectos de Programa e Estatutos. Centenas de opiniões, propostas de emenda, aditamentos, foram recebidos e examinados para a elaboração dos documentos apresentados pelo Comité Central ao Congresso. Foi o culminar de um amplo debate político que desde 1961 e principalmente após a aprovação do relatório «Rumo à Vitória» (1964) se desenvolveu no Partido, quanto à via para o derrubamento do fascismo, a etapa e os objectivos da revolução, as formas de luta, a natureza e os princípios orgânicos do Partido.

Durante quase uma semana, com sessões de trabalho de dez e mais horas diárias, esses foram os temas debatidos no Congresso. Nele participavam delegados que manifestavam desacordos, divergências ou dúvidas quanto às orientações que vinham sendo definidas pelo CC.

O Congresso discutiu e aprovou, depois dos debates e propostas dos delegados, os relatórios apresentados pelo CC sobre a actividade do partido (Álvaro Cunhal), sobre o programa (Sérgio Vilarigues), sobre os estatutos (Francisco Miguel) e sobre problemas de organização (Joaquim Gomes).

Foram dias de trabalho intenso, mas também de fraterno convívio. Muitos dos participantes não se viam há longos anos, quer pelas exigências de compartimentação necessárias à defesa em condições de clandestinidade (as «medidas conspirativas», como lhes chamávamos) quer por terem estado vários deles (Francisco Miguel, Manuel Rodrigues da Silva e outros) longos anos na prisão. Nos intervalos das sessões de trabalho, no pequeno bosque que rodeava a casa onde se realizou o Congresso ou em

conversas noite fora, os temas tratados eram desenvolvidos entre os delegados, muitos dos quais só se conheciam por pseudónimos conspirativos. Pouco possível era não falar. Comunicar era tão importante como compreender.

Não podíamos sequer saber quem éramos. E se por acaso soubéssemos, por vicissitudes vividas antes de mergulhar na clandestinidade, continuávamos a tratar-nos por pseudónimo. Não por falta de

confiança entre camaradas. O nosso trabalho foi sempre desenvolvido na base de um elo profundo de confiança. Mas, nas condições específicas em que lutávamos, fomos engendrando as regras de segurança necessárias à defesa do Partido. E, em hora de despedida, não era difícil aperceber num olhar, num aperto de mão, num abraço emocionado, a pergunta implícita: quem será este - ou aquela - que, a não ser por acaso, talvez nunca mais tenha a sorte de voltar a ver?

O que esperávamos? O que queríamos? Pensar num Portugal sem ditadura era como reverter o presente num futuro sem prisões, sem grilhões, sem opressões. Apesar da difícil situação que o Partido então vivia queríamos propor ao povo português um projecto de luta capaz de o levar à vitória.

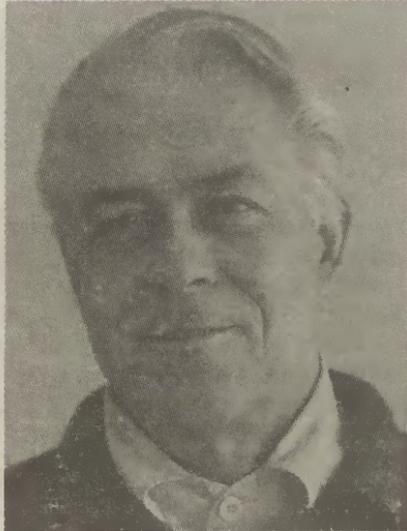
Deste Congresso saiu o programa para a Revolução Democrática e Nacional, que orientou a actividade do Partido na luta até ao derrubamento do fascismo, no processo da revolução de Abril e na construção da democracia em Portugal.

Foi este o último congresso na clandestinidade.

O VII (Outubro de 74) realizou-se já em liberdade.

O fascismo tinha sido derrubado em Abril. 25 foi o seu cravo inventado por um longa imaginação popular. Tão sábia e conhecedora do seu país que fez uma flor atravessar o mundo com o nome duma revolução.

No plural.



Georgette Ferreira Algumas recordações

A realização do VI Congresso exigiu da Direcção do Partido os esforços e a capacidade de organização, disciplina e defesa, comuns à de todos os congressos realizados na clandestinidade e sob a feroz repressão fascista. Mas este Congresso teve acrescidas medidas e riscos de defesa, com a passagem de fronteiras, dado que se realizou fora do País. Esta nova realidade exigiu também o envolvimento de partidos irmãos no acolhimento e defesa dos quadros congressistas, o que constituiu uma ajuda importante.

O facto de se realizar num país socialista - na União Soviética, em Kiev -, permitiu ao Congresso desenrolar-se em óptimas condições de trabalho e descontração, onde os delegados congressistas puderam usufruir da solidariedade e fraternidade dos comunistas soviéticos e, com grande emoção, viverem a liberdade de um regime conquistado pela classe operária e pelo povo soviéticos com a Revolução de Outubro. Este foi, sem dúvida, um factor muito positivo para cada delegado, e um estímulo para as batalhas que tínhamos pela frente, uma grande confiança de que o nosso povo

e o nosso país viessem a viver essa bela realidade. O Congresso abriu os seus trabalhos com a alocução do saudoso camarada Manuel Rodrigues da Silva, que saudou nos delegados congressistas todos os militantes que, nas difíceis

condições de repressão fascista, lutavam pela concretização dos objectivos do Partido. Saudou todos os camaradas e antifascistas que, na polícia, nos tribunais e nas masmorras de Salazar, enfrentaram todos os sacrifícios pela libertação da nossa Pátria.

Depois, foi prestada sentida homenagem aos camaradas que, desde o V Congresso, num espaço de oito anos, tinham tombado nos seus postos de combate - José Gregório, José Dias Coelho, Helena Magro, Maria Albertina, Adângio, Capilé, Fineza. Depois, também com emoção e respeito, foi anunciado que 59,5 por cento dos delegados tinham passado

pelas prisões fascistas, somando um total de 105 anos de prisão, e que entre eles se contavam alguns, de entre muitos, que se tinham evadido das prisões para retomarem o seu posto de combate.

Depois, o Congresso escutou, com grande emoção e orgulho, o Relatório da Actividade do Partido, apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal. Nele se analisava com rigor científico, espírito crítico e autocrítico, toda a actividade do Partido desde o V Congresso e as grandes batalhas travadas pela classe operária e por todo o nosso povo, desde as lutas reivindicativas por melhores condições de vida às grandes batalhas políticas, com greves e manifestações; as jornadas pela conquista das 8 horas no Alentejo; as comemorações do 1.º de Maio; as lutas das campanhas da oposição nas batalhas eleitorais; as manifestações contra a guerra colonial, pela amnistia e a libertação dos presos políticos, etc. Tantas e tantas batalhas, nas quais, de uma forma ou de outra, os congressistas se sentiam envolvidos. O balanço feito pelo camarada Cunhal da actividade das forças democráticas e antifascistas e da sua organização, e do papel dos comunistas nesta frente de trabalho; a necessidade e perspectivas do seu reforço e alargamento abriram em cada um dos delegados confiança e vontade para a continuação das novas batalhas a travar.

O balanço do esforço vitorioso do Partido na luta pela correcção do desvio de direita e a apresentação ao Congresso, para sua ratificação, dessas medidas e das medidas programáticas reflectidas nos novos Programa e Estatutos, onde eram definidas as características da etapa da Revolução Democrática e Nacional, teve não só a aprovação unânime do Congresso, mas também o grande entusiasmo e confiança dos congressistas. Hoje, passados trinta e tal anos, e vividas as experiências do 25 de Abril, é com orgulho que registamos a contribuição que essa caracterização e definição teve no próprio Programa dos Capitães de Abril e no desenrolar dos passos da nossa Revolução dos Cravos.

O VI Congresso, além do novo Programa e dos novos Estatutos, aprovou também, com fervor e emoção, um *Apelo à Classe Operária, ao Povo Português, a todos os antifascistas - Pela unidade, reforço e alargamento da organização das Forças Democráticas na luta pela Liberdade!*

O VI Congresso foi um êxito do Partido e um valioso contributo para a luta do nosso povo contra a ditadura fascista e pela instauração da democracia e da liberdade.



Os Congressos do Partido

Um Programa para a Revolução

Aprovado no VI Congresso - o último realizado na clandestinidade -, o Programa do Partido teve uma importância que, como a história se encarregou de demonstrar, excedeu largamente os 9 anos que distaram entre o Congresso e a alvorada de Abril. Não apenas empenhou os comunistas na luta pelos seus objectivos, como congregou o apoio de largas massas em torno das suas propostas.

Tratou-se de um verdadeiro Programa para a Revolução Democrática e Nacional, que veio a influenciar fortemente as forças empenhadas na sua concretização, para além da madrugada libertadora de 1974 e prolongar a sua validade por um tempo revolucionário e, mais tarde, na defesa das conquistas democráticas alcançadas. Organizado em oito pontos, outras

tantas tarefas propunham aos revolucionários e ao povo - 1. Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2. Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3. Realizar a Reforma Agrária entregando a terra a quem a trabalha; 4. Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5. Democratizar a instrução e a cultura; 6. Libertar Portugal do imperialismo; 7. Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8. Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

«Este Programa é vosso», aí se escrevia. «Lutai tenazmente pela sua realização.»

A luta, que então adquiriu um novo impulso, valeu a pena.

Ivone Dias Lourenço

Ora viva Liberdade

Um verdadeiro veterano do Partido não escolherá chamar a este VI Congresso uma «fronteira», mesmo literária - uma passagem para qualquer coisa de diferente natureza. Um verdadeiro «veterano», um dos vários ali presentes que há mais de duas dezenas de anos preparavam, lanço a lanço, nas lutas do dia a dia e nas orientações que «nelas, delas e dos princípios» resultaram, as traves mestras deste Congresso - todos eles falarão com rigor de um passo decisivo de um processo, efectivamente pontuado de momentos tão importantes como as lutas que se alargaram e intensificaram a partir dos finais dos anos 50, as fugas de Caxias e Peniche que devolveram à luta clandestina alguns dos mais provados comunistas, a caracterização e correcção do desvio de direita, por último o célebre «Rumo à Vitória», como ficou para a História aquilo a que hoje chamaríamos as Teses para o Congresso.

Sublinhará a importância do Programa do Partido que dele resultou, da definição dos objectivos da Revolução Democrática e Nacional então adoptados. Lembrará que ali se abriu mais claro o caminho da liberdade. Mas os mais jovens - e falo por vários, tenho a certeza - acharam-se a transpor uma fronteira, talvez a sua própria fronteira da maturidade, e para alguns esse foi mesmo um momento mágico: a revelação de que a liberdade é possível, e no nosso tempo - não apenas no tempo dos nossos filhos, dos netos, do futuro, com aquele «...pelo menos» que desde miúdos nos era repetido para atear a esperança e refrear impaciências...

Filhos do tempo fascista, alguns da clandestinidade, nem todos verdadeiramente provados na luta das empresas e das ruas, «veteranos», sim, além disso, mas só de outros congressos ou reuniões clandestinas. Lembro-me de ser «filha» da «criada», talvez no IV Congresso, sempre a cirandar no jardim da vivenda onde se realizou, para poder avisar lá para dentro de algum movimento anormal no exterior; lembro-me da sala fechada onde os camaradas reuniam, de ter visto raros e esses, sobretudo, durante a noite, tudo às escuras, vigiando à vez atrás das cortinas. Dos sussuros, dos rostos preocupados, da comida repartida mas dos mimos por que alguns se deixavam adivinhar: a maçã que «sobrava», de presente, ou um esplendoroso cesto de laranjas... desenhado e colorido a preceito.

O VI Congresso não foi nada assim. Tinham chegado, e sem perdas, umas dezenas de camaradas - a maior parte após uma arriscada viagem clandestina,

a salto nas fronteiras de Portugal e Espanha, com documentos falsos que o «aparelho de fronteira», sempre no interior e com meios próprios, preparara e coordenara com os camaradas que já se encontravam no estrangeiro. Foi uma primeira grande vitória, saudada com abraços e até com cantigas! Após o Congresso, eles e os responsáveis por essas viagens correriam os mesmos perigos para nos fazer a todos regressar, levando de volta as palavras e a confiança nascidas no Congresso para prosseguir a luta. Mas foi entre estes dois momentos que a diferença se fez.

Embora não soubéssemos em que lugar concreto nos encontrávamos (confesso que ainda hoje, se alguém fala no «Congresso de Kiev», me ponho a olhar em redor: «Será comigo??»), sabíamos que estávamos na União Soviética. Em segurança. Rodeados de amigos. Havia uma grande mesa para todos os congressistas e entre eles estavam - saídos da sombra, da cadeia, da tortura - alguns dos nossos heróis. As sessões faziam-se durante o dia e à noite quando era preciso, grandes janelas rasgavam-se para um parque, na sala de refeições conversava-se animadamente, nos intervalos passeava-se ao ar livre, à noite o sono podia ser tranquilo (embora devesse haver quem não tivesse tempo para dormir...) Afinal, a liberdade é hoje! O facto de todos continuarem a usar pseudónimos e respeitarem confidências não impedia a discussão franca, a afectividade, esse tratamento que até aí, por mais calorosa que fosse a discussão, tinha que ser sussurrado: camarada!

E o VI Congresso ficou-me tal-qual: na letra e na forma. Irrelevante que tenha sido (como foi de facto) a minha contribuição, lembro-me que no fim os documentos e orientações que traçou eram tão meus como se os tivesse escrito palavra a palavra, e tão revigorantes como o ar que se respirava naquele lugar soviético (Kiev, disse?). Até ao 25 de Abril foram quase nove anos. Muitos e muitos de nós caíram ainda, e todos sabíamos o que podia significar a prisão. Mas a Liberdade nunca mais foi pelo menos...

Margarida Tengarrinha

Um Congresso memorável

A solicitação do José Casanova para trazer agora ao «Avante!» recordações do VI Congresso, obrigou-me a exercícios de memória, tanto mais despojados porquanto não tenho aqui comigo, no Algarve, documentos que me permitam um trabalho aprofundado. Confiando em que outros depoimentos tracem com maior rigor histórico a extraordinária importância deste congresso para o processo revolucionário que culminou no 25 de Abril, sinto-me mais à vontade para

reviver memórias soltas, momentos, camaradas. Ter sido delegada ao VI Congresso marcou profundamente a minha vida de militante. Uma experiência exaltante, de esperança, confiança, reforço da nossa firmeza para a luta. Não se tratava de um entusiasmo de momento, de punho no ar ao som da



Internacional. Também isso recorro, e foi emocionante por ser tão raramente possível nessa altura. Sentíamos todos, estou certa, participando ali connosco, em uníssono e com a mesma força, os camaradas presos, os que tinham morrido na luta, os que continuavam nos seus postos de combate no interior do País.

Mas o VI Congresso significou muito mais. Deu-nos a confiança no caminho certo, a clarificação de objectivos, decorrente do estudo profundo da realidade nacional, que durante todo o ano anterior vínhamos discutindo em todas as organizações do Partido, com base no Relatório do camarada Álvaro Cunhal, o «Rumo à Vitória» de Abril de 1964, apresentado ao Comité Central exactamente dez anos antes do 25 de Abril.

É difícil, para quem não viveu essa época, imaginar hoje o que foi aquele ano de preparação do Congresso, em plena clandestinidade, as dificuldades para a preparação activa dos militantes, os contributos que chegaram de tantos camaradas, até mesmo enviados das prisões fascistas. Também esse esforço para o mais amplo trabalho colectivo nas condições possíveis e uma grande democraticidade no estilo de trabalho concorreu para os resultados do Congresso.

Creio que todos os delegados sentiram que este congresso marcava uma

viragem, e o camarada Álvaro Cunhal definiu isso bem quando disse que o nosso Partido tem sido o grande Partido da resistência antifascista e vai tornar-se o Partido da vitória sobre o fascismo. O ponto mais importante foi sem dúvida a aprovação do Programa que, partindo da análise das realidades portuguesas e da definição do regime como «uma ditadura terrorista dos monopólios, aliados ao imperialismo estrangeiro, e dos latifundiários», traçava a via revolucionária insurreccional para o derrubamento do fascismo, a política de alianças e os objectivos da Revolução Democrática e Nacional. Ficou bem claro o carácter antimonopolista, antilatifundista, anticolonialista e anti-imperialista da Revolução Portuguesa. Nessa perspectiva, o Programa aprovado no VI Congresso foi o cimento da unidade ideológica do Partido, que transcendeu em muito as nossas fileiras e influenciou amplos sectores democráticos e antifascistas, tal como, anos mais tarde, veio a influenciar o Movimento das Forças Armadas. Como o camarada Sérgio Vilarigues, relator do Programa, afirmou, o Programa do Partido é um documento para a acção e que só na acção pode ser realizado. O papel do nosso Partido para o 25 de Abril bem o confirmou. Outro momento importante do Congresso foi a discussão e aprovação dos Estatutos. O camarada Francisco Miguel, com aquele seu ar modesto que todos lhe conhecemos e a firmeza de convicções que sempre o caracterizou, fez uma defesa muito clara da proposta de Estatutos, quanto às alterações que corrigiam o desvio de direita do V Congresso. Vincou que, sendo os Estatutos a base da unidade orgânica do Partido, depois deles aprovados não é admissível infringi-los, violar a disciplina ou atacar a unidade do Partido.

Recordo, por fim, o grande camarada e grande amigo, o homem bom que foi Manuel Rodrigues da Silva. Coube-lhe dizer as palavras de abertura do Congresso, o que fez com uma emoção contida e discreta, que não escondia ser aquele um momento muito feliz da sua vida. Tinha sido libertado e chegado à União Soviética havia pouco tempo, depois de cumpridos 23 anos de prisão, com a saúde tão arruinada que viria a morrer três anos depois do Congresso, em Agosto de 1968. Ele fez um apelo aos delegados, que era então, como agora, de particular importância, lembrando que de nós dependia fazer do Congresso um grande motor para o reforço da organização, da unidade de pensamento e de acção de todo o Partido.



• Miguel Urbano Rodrigues

Da agressão ao Kosovo à estratégia de destruição da Rússia

Reunidas em Belgrado, de 24 a 26 de Março, 93 personalidades vindas de 38 países da Ásia, da América, da África e, naturalmente, de diferentes regiões da Europa expressaram a sua solidariedade com o povo da Jugoslávia num Seminário Internacional que envolveu a condenação da guerra de agressão de que ele foi e é vítima e a análise de aspectos da estratégia de dominação imperial dos EUA que hoje configura uma ameaça para toda a humanidade.

Escutei com particular interesse as intervenções dos convidados russos. Alguns falaram de improviso e nenhum distribuiu textos em línguas ocidentais. As notas que tomei reflectem a insuficiência da tradução simultânea. Mas não é ousado afirmar que o conjunto dessas intervenções permite, unindo peças dispersas, formar um estranho puzzle do qual emerge com nitidez o papel negativo, capitulador, que a Rússia cumpriu como intermediária na guerra de agressão contra a Jugoslávia. Pode-se dizer que isso não é novidade. Mas para mim foi doloroso escutar em Belgrado a confissão da traição (não encontro outra palavra) tornada pública por homens que participaram no processo de negociações. Andranik Migranjan, um destacado analista político que foi consultor de Chernomirdin quando este era o mediador entre Washington e Belgrado, disse na Conferência o suficiente para confirmar a evidência: a Jugoslávia esperava tudo da solidariedade de Moscovo; e não recebeu sequer migalhas. O mediador alinhou com o agressor e acabou assumindo no fundamental as suas exigências. Migranjan foi muito claro: «era possível travar a agressão». Após dois meses de bombardeamentos, na Casa Branca e no Pentágono havia fortes apreensões. A tenaz resistência jugoslava punha em causa a estratégia da NATO. O fantasma de um grande fracasso abalava os cimentos frágeis da coligação agressora. Os EUA estavam abertos a ir longe no terreno das concessões. Era transparente. Mas Chernomirdin não deu ouvidos aos conselheiros. Desconheceu as suas sugestões. Funcionou como intermediário de Washington. Em vez de defender a causa da Jugoslávia fez pressão para que aceitasse as exigências norte-americanas, submetendo-se. Aquilo que Belgrado obteve - a preservação da soberania e a recusa do Anexo B de Rambouillet - ficou a devê-lo ao heroísmo do povo sérvio e não à envenenada mediação russa. Andranik Migranjan recordou que a Bósnia demonstrara claramente que Moscovo não podia fazer mais concessões aos EUA. Mas Ieltsine não extraiu as lições implícitas no diktat de Dayton, a falsa paz imposta por Washington. O verdadeiro alvo era a Rússia e isso não foi compreendido. O Kosovo era a última fronteira a defender. E mais uma vez prevaleceu a mentalidade capituladora.

Agora a Casa Branca comove-se com o sofrimento do povo tchecheno. Invoca os direitos humanos. Clinton não sabe geografia. Provavelmente não faz ideia do que é a Tchetchénia. Mas pretende já ser árbitro de «uma solução» para a Tchetchénia. A rotina da capitulação instalou-se tão solidamente em sectores marginais da população russa que - assim o afirmou Migranjan - já se ouvem vozes em Moscovo bradando «renunciemos à Tchetchénia». Afinal, que valor tem aquele pedaço de terra, afundado no coração do Cáucaso? A ascensão vertiginosa de Putin no firmamento político resultou precisamente da decisão de defender a Tchetchénia, interrompendo uma escalada cuja meta é a desagregação da Federação Russa. Outro russo presente na Conferência, Konstantin Zatulin, declarou estar persuadido também de que o desfecho da guerra contra a Jugoslávia teria sido outro se a Rússia houvesse assumido como mediadora uma posição firme, ou

seja aquela que respondia à defesa dos seus interesses vitais. «E o Kremlin» - sublinhou - «não soube aproveitar a oportunidade para conter os americanos.» O governo russo não entendeu que o objectivo no Kosovo era a Rússia. Troquei impressões, muito superficiais, com alguns dos russos que desceram a Belgrado. Traziam solidariedade. Mas não consegui sequer entrever a multidivindência daqueles homens. Intelectuais brilhantes, demonstravam lucidez na compreensão da agressiva estratégia de dominação imperial dos EUA. Muitos foram antes do ano 91 quadros do desaparecido Partido Comunista da União Soviética. E, contudo, nem um só pronunciou a palavra socialismo. Não ouvi deles uma referência a Marx, não direi já a Lenine. Porquê? Zatulin deixou-me perplexo no final da sua intervenção ao afirmar não ver qualquer inconveniente no facto de Putin admitir a adesão futura da Rússia à NATO. Apenas o preocupa a hipótese

de essa hipotética adesão ter como moeda de troca a Tchetchénia...

Da Rússia à Moscóvia

Não menos interessante do que as anteriores foi a intervenção de Iuri Vassilevich Morosov. Esboçou um Belgrado. Traziam solidariedade. Mas não consegui sequer entrever a multidivindência daqueles homens. Intelectuais brilhantes, demonstravam lucidez na compreensão da agressiva estratégia de dominação imperial dos EUA. Muitos foram antes do ano 91 quadros do desaparecido Partido Comunista da União Soviética. E, contudo, nem um só pronunciou a palavra socialismo. Não ouvi deles uma referência a Marx, não direi já a Lenine. Porquê? Zatulin deixou-me perplexo no final da sua intervenção ao afirmar não ver qualquer inconveniente no facto de Putin admitir a adesão futura da Rússia à NATO. Apenas o preocupa a hipótese

anzol. A Rússia aparecerá perante a «comunidade internacional» (expressão que designa cada vez mais os EUA e os seus aliados) sentada no banco dos réus. O folhetim perverso vai repetir-se. A «grande mentira» do Kosovo funcionou como escola. Afastar a Rússia do Cáspio e do Leste do mar Negro parece ser uma prioridade para os cérebros do sistema de poder dos EUA que traçam as linhas mestras da estratégia de dominação imperial perpétua da «nação predestinada» para tornar a humanidade feliz. O projecto de desmembramento da Rússia tornou-se um segredo de polichinelo após as últimas fugas de documentos *top secret*. A expansão para Leste da NATO foi inseparável da «síndrome russa». Apesar do desaparecimento da URSS e da transformação de algumas repúblicas da Ásia Central em semiprotectorados, a Federação Russa - ainda o maior país do mundo, dotado de riquezas fabulosas em recursos naturais - continua a representar um potencial económico e militar enorme.

Washington tem consciência de que a Rússia, não obstante o seu atraso crescente em armas convencionais de alta tecnologia, conta com um arsenal nuclear capaz de infligir aos EUA danos inaceitáveis. Daí o projecto de reduzir a Rússia à situação de estado periférico, arruinado e dócil. A ânsia de ver concretizado esse sonho é tamanha que a Rússia, tal como a concebem os estrategos do sistema de poder norte-americano, já tem nome. Seria a Moscóvia, praticamente confinada à Europa, como antes da invasão mongol no século XIII. É cedo porém para os EUA lançarem foguetes. Em amplos sectores das Forças Armadas que salvaram a humanidade da barbárie nazi permanece vivo o sentimento da dignidade e do patriotismo, como o demonstra o preâmbulo da nova doutrina militar russa, cujo projecto causou alarme em Washington. Na comunicação que apresentei em Belgrado sobre o papel da NATO como instrumento da estratégia de dominação imperial dos EUA analisei, aliás, alguns aspectos dessa questão.



O «Pentagon white paper»

Desde 1992, quando dele tomei conhecimento através do «New York Times», tenho citado repetidamente um documento secreto do Departamento de Defesa conhecido hoje como o «Pentagon White Paper». Lamentavelmente o sistema mediático internacional esqueceu a existência do referido documento, precisamente por o considerar extremamente incómodo. Foi, naturalmente, gratificante para mim registar que o professor norte-americano John Catalinotto, colaborador do ex-procurador da Justiça dos EUA Ramsey Clark, atribui também enorme significado a esse relatório *confidencial* do Pentágono. Utilizou-o em Belgrado como mais uma prova da premeditação minuciosa da estratégia de intervenção dos EUA nos Balcãs. O episódio conta-se em poucas linhas. Em Março de 92, o NYT divulgou parágrafos de um relatório secreto de 46 páginas preparado por oficiais do Pentágono. O documento sustentava a necessidade de um domínio perpétuo, político e económico dos EUA sobre o mundo. Para que o Estado norte-americano não o perdesse como ocorrera a todos os impérios anteriores, desde Roma, seria indispensável manter uma supremacia militar permanente e incontestável. «O nosso primeiro objectivo» - transcrevo - «é evitar a re-emergência de um rival. Em primeiro lugar os EUA devem manter a liderança necessária para estabelecer e salvaguardar uma nova ordem que contenha as veleidades de potenciais competidores de aspirarem um grande papel ou de assumirem uma posição mais agressiva em defesa dos seus legítimos interesses. Devemos atender suficientemente os interesses das nações industrializadas mais desenvolvidas para desencorajá-las de qualquer projecto de mudança da ordem política e económica estabelecida. Finalmente, devemos manter os mecanismos que impeçam potenciais concorrentes de aspirarem ao desempenho de um grande papel a nível regional ou global.» Quanto à Europa, o recado era transparente: «É de fundamental importância preservar a NATO como instrumento principal da defesa do Ocidente e da sua segurança. Devemos actuar de maneira a evitar o aparecimento de soluções de segurança exclusivamente europeias não concebidas pela NATO.» Qualquer comentário seria supérfluo.

Pentágono. O papel teria sido arquivado... Mentia. Transcorridos dois anos os bombardeios da Bósnia e o diktat de Dayton confirmaram que não havia nada de inocente no «white paper» do Pentágono. Depois chegou a vez do Kosovo. Catalinotto lembrou na sua comunicação à Conferência de Belgrado que o general Michael Dugan fora afastado do comando da Força Aérea dos EUA por ter declarado ao NYT, em 29 de Novembro de 92, que o país deveria dar continuidade à Guerra do Golfo montando nos Balcãs uma «operação» que seria o seu complemento natural. Na opinião de Dugan o Conselho de Segurança da ONU não era confiável, pelo que o seu plano exigia um cenário que ignorasse as Nações Unidas. Propunha uma aliança *ad hoc* englobando os EUA, a França, o Reino Unido e a Itália, que incumbiriam a NATO de intervir na Bósnia e na Sérvia através de ataques aéreos maciços contra objectivos prefixados, usando sobretudo aviões de combate F-15, F-16, F-18 e F-111 e mísseis Tomahawk. Os alvos seriam sobretudo as centrais eléctricas, as refinarias e o sistema de comunicações da Sérvia. Segundo Dugan, «os custos norte-americanos em sangue e dinheiro seriam modestos comparados com o traumatismo bosnifaco». O general foi transferido para a Reserva. Cometeu o erro de antecipar no fundamental o plano que seria aplicado contra a Jugoslávia, em 1999. Parece ter a vocação de sugerir com excessivo alarido e antecedência crimes que o Pentágono e a Casa Branca preparam no maior sigilo. Já em 1990 propusera o bombardeamento maciço do Iraque meses antes de iniciada a guerra do Golfo.

EUA no banco dos réus

John Catalinotto aproveitou a Conferência de Belgrado para tornar público, em nome de Ramsey Clark, que o ex-procurador de Justiça está a organizar através do International Action Center, de Nova York, um Tribunal Internacional onde a 10 de Junho próximo será iniciado um processo que já começou a incomodar a Casa Branca. Os EUA e a NATO serão acusados pela prática de 19 tipos de crimes de guerra, incluindo o crime contra a humanidade. Audiências similares estão previstas para Belgrado, Hamburgo, Praga e Boston.

John Catalinotto desceu ao pormenor na apresentação de factos que iluminam bem a cuidada e lenta preparação do ataque à Jugoslávia. Muito antes de iniciada a campanha mediática da Grande Mentira sobre a «purificação étnica» já os EUA haviam instalado, em 1995, bases militares na Hungria, na Macedónia e no Norte da Albânia, com o então inconfessável projecto de levar a guerra ao Kosovo, no âmbito da sua estratégia global de domínio universal. Para subalternizar mais a Europa e ameaçar a Rússia. É ainda Catalinotto a recordar que, em 4 de Agosto de 1998, a Administração Clinton levantou uma ponta do véu, confirmando discretamente que a NATO estava a preparar planos muito minuciosos para um eventual ataque à Jugoslávia. Fontes próximas da Casa Branca declararam então ao NYT que eram previsíveis «múltiplas opções para ataques aéreos punitivos ou intimidatórios». Em Julho do mesmo ano, o governo da Albânia informou que 76 oficiais superiores da NATO se encontravam em Tirana para dirigir as «manobras Albânia - NATO -», próximo da fronteira com o Kosovo. Uma abundantíssima documentação oficial norte-americana confirma que o temor de um possível veto chinês ou russo foi decisivo para que a guerra de agressão contra a Jugoslávia fosse desencadeada pelas forças da NATO à revelia do Conselho de Segurança.

Erro de antecipação

Recordo que dias depois visitei o Pentágono como membro da Comissão Política da Assembleia Parlamentar da UEU, então convidada em Washington. Levava na mão o NYT e durante um encontro perguntei ao general que nos recebia o que significava aquele Relatório. Não negou a autenticidade do documento. Tinha a resposta na ponta da língua. Subestimando o assunto, declarou, um pouco enfadado, que o Relatório fora divulgado por inconfidência, o que lamentava, pois as conclusões não coincidia m com a orientação do





O PSD, o PS, e o sindicato da Polícia

• António Filipe

O debate sobre o sindicalismo policial que chegou a estar marcado para o passado dia 23 de Março, foi, como se sabe, adiado. Esse adiamento, não ficou a dever-se a qualquer jogada tática do PCP, como chegou a ser noticiado, mas à necessidade de respeitar imperativos constitucionais. A questão é que o Projecto de Lei do PCP que garante aos profissionais da PSP o direito à constituição de associações sindicais não se encontra ainda em condições de ser votado pela Assembleia da República na medida em que decorre o período de consulta pública a que, nos termos da Constituição e da Lei, são sujeitos todos os projectos de diplomas relativos aos direitos dos trabalhadores. Assim, mesmo que o debate se tivesse realizado no passado dia 23, a votação não poderia ter lugar antes que se conclua a consulta pública em curso. Portugal é o único país da União Europeia onde os profissionais da polícia não têm direito a constituir sindicatos. Mesmo a Grécia, que durante muitos anos compartilhou conosco o isolamento quanto a esta questão, passou já há alguns anos a admitir os sindicatos da polícia, pelo que a situação de Portugal neste domínio é hoje a de, rigorosamente, só.

Falta de argumentos

Os partidos de direita que se opõem à autorização legal para a criação de sindicatos de polícia não têm nenhum argumento a seu favor. Toda a sua argumentação, que consiste afinal em agitar fantasmas de insegurança, de indisciplina, ou de autêntica calamidade pública que decorreriam da criação de sindicatos da PSP, é completamente destruída pelo simples facto de existirem sindicatos de polícia por todo o lado sem que isso signifique qualquer indisciplina, insegurança ou calamidade, e mesmo pelo facto, bem mais próximo de nós, de existir um sindicato da Polícia Judiciária e outro da Guarda Prisional sem que tais fantasmas saiam à rua. A razão é outra. O que se passa é que a direita portuguesa nunca se libertou de uma concepção reaccionária da vida social que a leva a considerar o sindicalismo e os direitos dos trabalhadores em geral, não como elementos fundamentais de progresso social, mas como algo a combater e a denegrir perante a opinião pública. A que cresce, dentro do mesmo quadro

de valores, uma concepção autoritária que vê a polícia não como um serviço público para defesa dos cidadãos, mas como um corpo repressivo destinado a ser utilizado precisamente contra os próprios cidadãos.

É preciso que se diga porém que não é por responsabilidade exclusiva do PSD e do PP que os profissionais da PSP não podem ainda ter o seu sindicato. Quem não tiver a memória excessivamente curta lembrar-se-á que ainda há menos de quatro anos o Governo PS apresentou uma Proposta de Lei sobre os direitos de participação do pessoal da PSP que não admitia a constituição de sindicatos.

Dir-se-á que isso pertence ao passado, na medida em que o actual Governo apresentou uma Proposta de Lei que possibilita o sindicato da PSP, ainda que sem direito à greve. Só que antes disso, o PS procedeu a uma revisão constitucional que, ao fazer depender de dois terços a aprovação de uma lei que possibilite a criação desse sindicato, ofereceu de bandeja ao PSD a possibilidade de o inviabilizar.

Meros pretextos

Por seu turno, o PSD, à medida que os seus argumentos escasseiam, vai recorrendo cada vez mais a meros pretextos para inviabilizar os sindicatos da polícia. O PSD opõe-se, mas já não tem a coragem de o assumir. Até há pouco tempo, inviabilizava o sindicato da PSP porque os Projectos apresentados não previam o direito à greve e, nos termos da Constituição — dizia o PSD — não podem existir sindicatos sem direito à greve. Acontece porém que o Projecto de Lei apresentado pelo PCP não priva os profissionais da PSP do direito à greve. Então, o PSD foi obrigado a mudar de argumento. O problema agora já não é o de não poder haver sindicatos sem direito à greve, mas antes o de a Constituição não proibir os polícias de fazer greve. E daí que, para o PSD, só pode haver sindicato de polícia de houver mais uma revisão constitucional que restrinja os seus direitos. É evidente que esta conversa, que não passa de um conto do vigário, por sinal pouco imaginativo, não iliba o PSD das responsabilidades que vai ter de assumir quando a Assembleia da República for chamada a debater e a votar a lei sindical para a PSP.

Acções concretas de apoio à juventude em projectos de lei do PCP

Livros escolares gratuitos

Assegurar manuais escolares gratuitos até ao 9º ano, criar condições especiais no acesso a serviços de transporte, saúde e cultura, e facilitar a constituição de associações juvenis, constituem objectivos do PCP. O primeiro passo foi dado com a entrega de três diplomas no Parlamento.

No primeiro caso, trata-se de garantir a todos os alunos a gratuitidade dos livros escolares necessários à frequência da escolaridade obrigatória. Nesse sentido, de acordo com o articulado, o projecto de lei comete ao Governo, através do Ministério da Educação, a responsabilidade de definir a aplicação da medida, seja distribuindo gratuitamente os livros, seja através de um sistema de reembolso.

Na base desta iniciativa está o entendimento de que não obstante a Constituição atribuir ao Estado a «respon-

sabilidade de assegurar o ensino básico, universal e gratuito», a verdade é que a gratuitidade «está muito longe de se encontrar garantida».

Recordado na nota preambular é designadamente o facto de as despesas com a frequência da escolaridade obrigatória assumirem «um enorme peso nos orçamentos familiares, limitando objectivamente o pleno acesso aos graus de ensino que a integra».

«Avançar no sentido da gratuitidade da escolaridade obrigatória implica forçosa-

mente que o Estado garanta o acesso gratuito aos manuais escolares, pondo fim a obstáculos económicos no acesso ao material didáctico indispensável ao processo de ensino», sustentam os deputados comunistas.

Quanto ao projecto de lei que institui um regime especial para jovens no acesso a serviços de transportes, saúde e cultura, trata-se, basicamente, de actualizar o limite etário dos regimes especiais de protecção em vigor, abrangendo actualmente as crianças e jovens até aos 12 anos, alargando-o à idade limite de 16 anos.

Tal alteração, na perspectiva do PCP, acompanha a evolução registada na escolaridade obrigatória, que passou para nove anos, bem como a operada para a idade mínima de ingresso na vida laboral, hoje situada nos 16 anos. Para além de um regime de preço reduzido nos passes e outros títulos de transporte, as crianças e jovens até àquela idade beneficiarão também de descontos no acesso a instituições como bibliotecas, museus, teatros ou cinema, estando igualmente isentos do pagamento de taxas moderadoras no acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Por último, com o projecto que estabelece um processo especial de constituição de associações juvenis, os deputados comunistas pretendem «simplificar, desburocratizar e retirar custos» aos processos de legalização, mudança de nome ou alteração estatutária das associações juvenis.

É uma forma, sustentam, de eliminar entraves ao desenvolvimento do associativismo juvenil, hoje confrontado com a «morosidade, burocracia e custos» que caracterizam o actual processo de legalização de associações.



Os manuais escolares devem ser gratuitos até ao 9.º ano

Sistema de espionagem Echelon PS trava análise

O PS está a procurar impedir que a Assembleia da República aprofunde a análise sobre o sistema de interceptação de telecomunicações denominado Echelon. A acusação é do Grupo Parlamentar do PCP, que considera esta postura inaceitável, e já fez saber que, a manter-se a obstrução da bancada socialista, levará o assunto ao plenário da Assembleia da República.

Esta posição do Grupo comunista surge na sequência do seu pedido de realização de uma audição parla-

mentar, no âmbito da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, sobre aquele sistema de espionagem montado pelos Estados Unidos. A audição, inviabilizada com os votos dos deputados do PS, visava «propiciar à Assembleia da República informação relevante» sobre aquele sistema de interceptação de telecomunicações à escala universal, designadamente «tendo em conta as alegadas funções de espionagem política e industrial» atribuídas ao Echelon e a «defesa da vida privada e

dos direitos fundamentais dos cidadãos».

Para a formação comunista a audição justifica-se face ao teor de um relatório apresentado ao Parlamento Europeu sobre a matéria, no qual são feitas nomeadamente referências a Portugal. Para o PCP, o Echelon «representa um reconhecido perigo para os direitos dos cidadãos», constituindo simultaneamente «um despendido sistema de espionagem dos Estados Unidos sobre todo o Mundo, incluindo sobre Portugal».

Lei de Bases da Segurança Social

Por um sistema moderno e solidário

O Parlamento aprovou, faz hoje oito dias, na generalidade, cinco diplomas sobre a Lei de Bases da Segurança Social. A opção, em debate na especialidade, está agora nas mãos do PS: ou escolhe um projecto velho e conservador, aliando-se à direita; ou converge no sentido do projecto moderno e solidário preconizado pelo PCP.

Esta, bem se pode dizer, foi a dicotomia que marcou um debate onde as posições estavam desde há muito definidas. De um lado, tendo na bancada comunista o seu principal defensor, um sistema público de segurança social de cariz universalista, solidário, financeiramente sustentado, a pensar nos que toda a vida trabalharam e produziram riqueza, onde o Estado não se demita das

A direita quer reduzir o Sistema Público, privatizar os lucros, socializar os prejuízos

dos trabalhadores ao serviço dos interesses leoninos dos mercados financeiros», mesmo quando tais «opções são envolvidas no manto diabólico de discursos populistas».

Para isso aponham os projectos dos partidos de direita, quer do CDS/PP quer do PSD, que chegam ao despudor de propor a criação de um «Fundo de Garantia» para o caso de incumprimento por parte

das sociedades privadas gestoras de fundos de pensões. Por outras palavras, sabendo dos riscos de comporta um tal sistema, CDS/PP e PSD propõem que enquanto recolherem mais-valias pelos investimentos na bolsa, o lucro vá para aquelas sociedades. Quando houver prejuízos, então, será o Estado a assegurar os fundos de pensões através do referido «Fundo de Garantia», ou seja, com o dinheiro dos portugueses contribuintes.



A solidariedade entre gerações é a base do sistema de segurança social

Para Lino de Carvalho resulta claro, pois, que o essencial das propostas e objectivos do CDS/PP e do PSD se resume a «reduzir drasticamente o Sistema Público, privatizar os lucros, socializar os prejuízos».

A encruzilhada do PS

Apesar de alguma evolução no seu discurso, indiciando aparentemente sinais de reconhecimento quanto às preocupações manifestadas pelo PCP, o Governo não abandonou por completo a ideia da concretização do

tecto contributivo ou plafonamento, defendida pelo CDS/PP e pelo PSD.

Tal tese, fortemente criticada pelo deputado comunista Lino de Carvalho, conduziria à descapitalização do Sistema Público e à criação de dois sistemas de Segurança Social: «um, para os ricos, o dos fundos de pensões; outro, assistencialista, de mínimos, que ficava no Sistema Público».

Verberada na proposta do Governo pela bancada comunista foi ainda uma segunda questão, assumida por Lino de Carvalho como «divergência central», a qual se prende com a consideração da possibilidade dos «recursos económicos dos agregados familiares» serem ponderados para avaliação do montante das prestações substitutivas dos rendimentos, mais concretamente do montante das pensões de reforma ou do subsídio de desemprego.

«A concretizar-se este princípio seriam os trabalhadores assalariados os penali-

zados», advertiu o deputado do PCP, uma vez que, observou, «são estes os únicos que vêm no âmbito do nosso actual sistema fiscal a sua declaração de rendimentos controlada ao tostão».

No projecto de lei do BE, em que dois terços são uma cópia do projecto comunista, não foi esta parte, por si considerada «obviamente boa» que suscitou dúvidas a Lino de Carvalho, que interveio no debate em nome do Grupo Parlamentar do PCP. A que mereceu «a maior das reservas» foi a proposta do BE que visa resolver o desemprego de longa duração antecipando a idade de reforma para os trabalhadores nessas condições. «É uma proposta há muito reivindicada pelo patronato mas também desde sempre recusada pelo movimento sindical», sublinhou Lino de Carvalho, antes de frisar que «o desemprego não se resolve enviando para a reforma trabalhadores em plena idade activa, com pleno uso das suas faculdades de trabalho».

Garantir direitos

O Projecto de Lei do PCP assenta, nas suas linhas essenciais, no objectivo de reforçar e apoiar o Sistema Público de Segurança Social, baseado no princípio da solidariedade entre gerações, e enquanto garante de direitos sociais fundamentais como a protecção dos cidadãos na doença, na velhice, na invalidez, na maternidade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Nesse sentido, como salientou no debate o deputado Lino de Carvalho, é defendido o primado da responsabilidade e da dimensão universal do sector público, sem ambiguidades, ao serviço dos cidadãos. Garantidos são ainda os direitos adquiridos e em formação de todos os beneficiários/contribuintes do sistema tanto das actuais como das futuras gerações, propondo-se, simultaneamente, a criação de condições para a melhoria das prestações sociais, em particular das pensões de reforma de velhice e invalidez aproximando as mínimas do salário mínimo nacional.

O reforço e renovação do sistema público de segurança social e do seu financiamento, de modo a garantir a sua sustentabilidade, hoje e no futuro, constitui outra das traves mestras em que assenta o projecto comunista.

Liberdade religiosa

Lei deve preceder revisão da Concordata

Em debate faz hoje oito dias, os projectos de lei do PS, BE e PSD sobre «liberdade religiosa» são hoje sujeitos a votação. Para a bancada comunista – e foi esta a posição de princípio já anunciada –, importa que os dois primeiros (o subscrito pelos deputados laranja é marginal às questões em apreço) passem à fase de especialidade, pelo que orientará o seu sentido de voto (que à partida é de abstenção) em função do cumprimento daquele objectivo.

Consensual parece ser a ideia de que importa rever algumas situações que perduram no nosso País, não obstante os anos decorridos desde o 25 e Abril e os princípios acolhidos no texto constitucional. Aspectos estes que, aliás, pela sua natureza negativa, são contraditórios, como sublinhou João Amaral, com outros claramente positivos resultantes do regime democrático instituído com a Revolução dos Cravos.

A subsistência de normas inconstitucionais, as violações do princípio da igualdade materializadas em situações de favor e a discriminação entre confissões religiosas, constituem algumas dessas situações que, pela «consciência da sua insustentabilidade», urge

rever. Nesse sentido se pronunciou João Amaral, lembrando, designadamente, que esse consenso existente está hoje corporizado na ideia de aprovação de uma lei de liberdade religiosa e de revisão da Concordata com o Estado do Vaticano.

E foi na necessidade de concretizar estes dois objectivos que acabou por se centrar grande parte do debate. Se a sua oportunidade não levantou dúvidas, já o mesmo não se pode dizer da proposta de resolução do PS para início do processo de revisão da Concordata, a qual, que no entender do PCP, abriu caminho a um «problema metodológico».

Interrogando-se sobre o que deve ser feito primeiro – se a elaboração da nova lei ou a revisão da Concordata – João Amaral não hesitou em considerar que a prioridade deve ser dada à definição da lei que regule a liberdade religiosa. O contrário, sustentou, seria «uma inversão do processo tal como deverá ocorrer no respeito pela soberania portuguesa».

Posição diversa assumiu a bancada do PS, com Jorge Lacão a argumentar que um tal cenário, isto é, a aprovação prévia de uma lei de liberdade religiosa, poderia «vir a com-

prometer a revisão coerente das disposições que actualmente regulam aspectos relacionais do Estado com as confissões religiosas».

Uma tese que João Amaral contestou, afirmando que a aceitação do argumento da prioridade à revisão da Concordata seria «aceitar que o papel da Assembleia da República, quando vota uma lei, é de mera certificação notarial».

Daf o entendimento de que, primeiro, deve ser aprovada a lei, cuja matriz só pode ser a própria Constituição. «Propor o contrário desta metodologia – advertiu o deputado comunista –, isto é, propor que primeiro o Governo faça a negociação da revisão da Concordata, seria pôr a Assembleia da República a reboque da Concordata e espalhar irremediavelmente o debate e a decisão parlamentares».

Para a bancada do PCP, que anunciou a intenção de propor um conjunto de propostas em sede de especialidade, importa que este debate seja «participado e cuidado». Nesse sentido, para que «as diferentes visões do problema» tenham possibilidade de se pronunciar, fez ainda saber que apresentará uma proposta no sentido de os diplomas serem objecto de um debate público.

Pensões de velhice e invalidez

Milhares de cidadãos querem ver declarada a inconstitucionalidade da norma legal (artigo 97.º do D.L. n.º 329/93) que alterou os prazos de garantia e dos direitos adquiridos ou em formação para a atribuição de pensões de velhice e invalidez do regime geral da Segurança Social. A questão, objecto de uma petição com mais de quatro mil assinaturas, esteve em debate na Assembleia da República. Para o deputado Rodeia Machado, que interveio em nome da bancada comunista, os argumentos invocados pelos subscritores da petição são inteiramente justos e correctos. Isto porque o regime anterior à publicação da lei vigente era mais favorável aos trabalhadores por conta de outrem e que estavam inscritos no regime geral de Segurança Social. Com efeito, o prazo de garantia para efeitos de reforma de velhice era de 10 anos, período este que alargou para 15 anos, ao mesmo tempo que foram igualmente alteradas as variáveis para cálculo do valor da pensão.

Alvo de uma petição, igualmente discutida faz amanhã oito dias, foi a questão da insegurança da circulação no IP5 e, mais genericamente, da segurança rodoviária no nosso País. Do debate ficou a certeza, evidenciada pelo deputado comunista Honório Novo, de

que parte significativa dos compromissos assumidos pelo Governo em matéria de segurança no IP5 estão por concretizar. Compromissos estes, recorde-se, tornados público no debate de urgência sobre a situação nas estradas portuguesas requerido em Outubro de 1998 pelo PCP.

Também o tratamento desigual conferido, em matéria de aposentação, aos docentes do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar mereceu a atenção dos deputados. Da iniciativa do Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação, os subscritores da petição exigem a concretização de uma medida legislativa que garanta um tratamento igual àqueles profissionais de ensino.

Apoiando esta justa reivindicação, Luísa Mesquita, em nome do PCP, sublinhou que esta não é a única discriminação que atinge os docentes do ensino particular e cooperativo. Lembrou concretamente que também os educadores de infância que trabalham nas IPSS por todo o País continuam a não ver reconhecido pelo Ministério da Educação, após a aprovação da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, o tempo de serviço prestado como serviço docente, o que considerou «uma total ilegalidade».

Apoios a pescadores vão continuar

Os portugueses e espanhóis que normalmente pescam nas águas de Marrocos vão continuar a receber subsídios para além de 1 Julho de 2000. O anúncio foi feito na passada terça-feira pelo comissário europeu das Pescas, Franz Fischler, na Comissão especializada do Parlamento Europeu. Os subsídios que actualmente estão a ser pagos vão ser prolongados normalmente até ao fim do ano devido ao atraso das negociações de um novo acordo de pescas com Marrocos.

O comissário europeu responsável pelas Pescas revelou ainda aos eurodeputados que enviou uma carta ao primeiro-ministro marroquino, Abderraman Youssoufi, onde «sugere um encontro breve antes da Páscoa para poder abordar as novas modalidades» do acordo de pescas.

Franz Fischler afirmou que o novo acordo deverá evitar o que se fazia no passado em que se «pagava para pescar sem outro tipo de preocupações». Agora terá também de se tomar em consideração, entre outros aspectos, a gestão dos recursos de uma forma equilibrada.

Deputada contacta emigrantes

Ilda Figueiredo esteve no passado fim-de-semana na Suíça, onde se encontrou com emigrantes portugueses das associações portuguesas em Zurique, Genebra, Yverdon e Thun. A deputada do PCP no Parlamento Europeu, que concedeu entrevistas a vários rádios e jornais portugueses, foi confrontada com inúmeras questões ligadas aos acordos bilaterais entre a Suíça e a União Europeia que prevêem a livre circulação de pessoas e bens.

A comunidade portuguesa continua a queixar-se de falta de informação por parte do Governo, bem como do arrastamento de alguns dos principais problemas, quer ao nível dos serviços consulares, quer ao nível do ensino da língua portuguesa. Entre outras reivindicações que poderão ter solução no âmbito do acordo bilateral, figuram o reconhecimento do direito ao subsídio de desemprego para os trabalhadores temporários e apoios ao seu regresso a Portugal.

Acompanhada por Manuel Beja, coordenador na Suíça do Conselho das Comunidades Portuguesas, Ilda Figueiredo visitou um alojamento colectivo de trabalhadores sazonais, perto de Zurique, onde verificou as restrições que lhes são impostas em resultado do estatuto discriminatório do trabalhador temporário ainda em vigor.

Relatório do PE alarga prazo de transição para a liberalização da banana

Um comércio cobiçado

Desde há muito que o regime comunitário de importação de bananas é alvo das críticas dos Estados Unidos que pretendem a todo o custo eliminar as normas proteccionistas e impor a total liberalização deste mercado.

Em Abril de 1999, a Organização Mundial do Comércio «julga discriminatório o novo regime comunitário de importação de bananas», dando assim razão à queixa dos EUA que ficaram em posição de poder tomar medidas de retaliação comercial de quase 200 milhões de dólares contra a União Europeia.

Para além dos Estados Unidos, o regime foi contestado pelos países exportadores da banana-dólar da América Latina (Colômbia, Costa Rica, Venezuela, Nicarágua e Guatemala), mas também por alguns Estados-membros, grandes consumidores e importadores de bananas como a Alemanha, Suécia e a Finlândia.

É neste quadro que a Comissão Europeia propõe uma nova reforma da organização comum da banana (COM), a quinta desde a sua criação em Julho de 1993, pretendendo uma espécie de quadratura do círculo: a criação de um mercado único com preços razoáveis ao con-

sumidor; o respeito pelos compromissos com os países de África, Caraíbas e Pacífico; a garantia da preferência comunitária e o respeito das obrigações da Organização Mundial do Comércio (OMC).

As multinacionais querem quebrar todas as barreiras

tórias têm conseguido garantir o escoamento da produção e os rendimentos dos produtores mesmo em anos difíceis, como o de 1999». Este foi o teor de uma resposta do Comissário a uma pergunta escrita da deputada do PCP, Ilda Figueiredo.

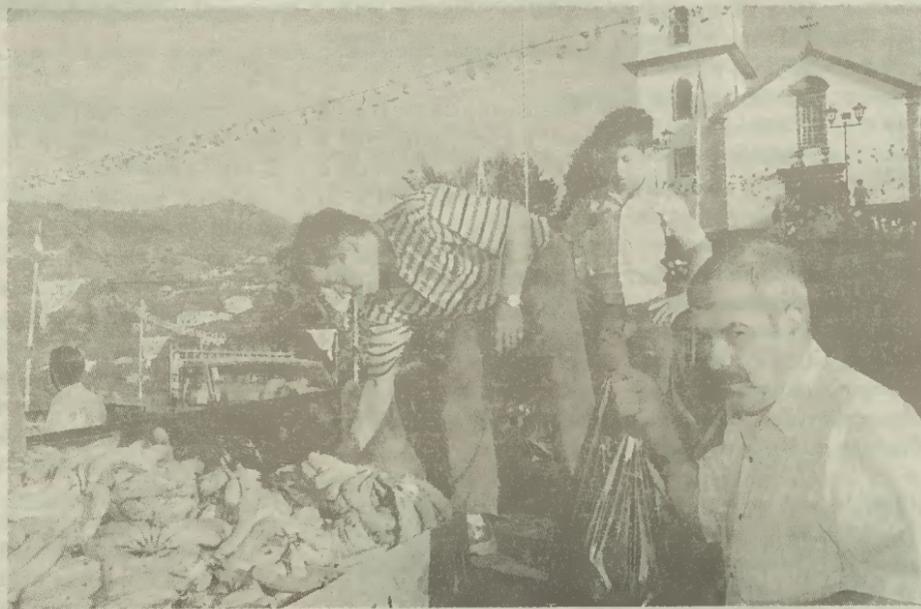
Liberalização perigosa

No entanto, com a progressiva liberalização bilateral e multilateral do comércio agrícola, um regime unicamente

importação se vigora o critério do «primeiro a chegar, primeiro a ser servido».

Garantir os rendimentos

Contrariando o actual sentido da Comissão, o relatório do deputado francês Michel Dary, do PSE, apresenta propostas menos gravosas para o sector que obtiveram a unanimidade dos votos da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu. Entre



A Madeira é um dos produtores que podem ser afectados pela liberalização da banana

Deste modo, a comissão propõe manter o actual regime de contingentes pautais por um período transitório de seis anos, findo o qual passaria automaticamente para um único pautal a negociar na próxima ronda da OMC. Para além dos dois contingentes para países terceiros, a Comissão pretende abrir um outro para o conjunto dos países fornecedores, deixando o regime de certificados de exportação de basear-se nas «referências históricas» para adoptar o critério do «primeiro a chegar, primeiro a ser servido».

Segundo o Comissário Fischler, esta proposta permitiria dar tempo aos produtores comunitários e ACP para se adaptarem ao novo regime. O comissário considera também que «os produtores comunitários não serão afectados, uma vez que as ajudas compensa-

pautal conduzirá a um aumento das exportações de banana para a UE, provocando uma baixa de preços, incomportável para os produtores comunitários. Por outro lado, com os contínuos cortes e restrições orçamentais sobre a despesa agrícola dos Quinze, será difícil de imaginar que os recursos financeiros para a banana pudessem aumentar de modo a compensar na íntegra o efeito da abertura do mercado.

Acresce que os produtores comunitários e dos países ACP têm custos de produção mais elevados, até porque cumprem requisitos ecológicos e sociais, ao contrário dos seus congéneres da América Latina, que são dominados por um punhado de grandes multinacionais. Estas, com os seus meios logísticos e técnicos, têm muito mais facilidade de obter os certificados de

outras medidas, o relatório propõe o alargamento do período transitório até 2010 e exclui a passagem automática para um regime unicamente pautal.

Votado no passado dia 27 de Março, o documento sofreu várias alterações, duas das quais subscritas pela deputada do PCP Ilda Figueiredo, e voltará a ser discutido e votado entre os dias 10 a 14 do corrente mês, desta vez na sessão plenária do Parlamento Europeu.

As propostas apoiadas pelo PCP prevêem que a Comissão apresente de dois em dois anos uma avaliação das consequências do novo regime sobre os produtos comunitários e ACP, devendo, em caso de impacto negativo, ser corrigidas as ajudas compensatórias de forma a garantir o escoamento da produção e os rendimentos dos produtores.

Proteger a batata

As dificuldades de escoamento e os baixos preços da batata afectam milhares de agricultores europeus, nomeadamente da pequena agricultura e agricultura familiar. Como o sector não se encontra regulamentado na União Europeia, os efeitos das crises cíclicas acabam por ser suportados pelos produtores que vêem os seus rendimentos fortemente reduzidos.

Neste quadro, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária, onde se integra o PCP, entende como indispensável a criação de uma Organização Comum de Mercado no sector da batata e insta a Comissão a apresentar uma proposta nesse sentido no prazo de seis meses, com os meios financeiros para a sua concretização.

A medida tem como objectivo garantir os rendimentos dos agricultores e responder às crises cíclicas através de mecanismos eficazes de regulação e de reequilíbrio dos mercados. Como se refere na proposta, o único instrumento hoje existente (a transformação de batata em fécula), não responde às necessidades gerais do sector, despendendo anualmente cerca de 220 milhões de euros do orçamento comunitário.

Esquerda Unitária contra extrema-direita

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica termina hoje na cidade austríaca de Viena as suas jornadas de estudo dedicadas à cooperação contra a extrema-direita na Europa.

O trabalhos dividiram-se em três temas: «Extrema direita: a evolução, opiniões e raízes do fenómeno, combate de ideias»; «A luta contra a extrema-direita: experiências no terreno»; e «A luta nas instituições para isolar a extrema-direita»

No primeiro painel, para além dos eurodeputados, participaram especialistas de vários países, como o politólogo francês Denis Scheren, os sociólogos Roberto Biorcio (Itália) e Othar Brox (Noruega) e Hajo Funke (Alemanha).

No segundo, entrevistaram activistas de várias organizações antixenófobas, como o SOS racismo da Suíça, Espanha e Áustria, entre outras.

O terceiro painel contou, entre outros, com representantes dos partidos comunistas Austríaco e Francês.

Por cumprir directiva Nitratos...

A Comissão Europeia alertou Portugal para que cumpra correctamente as regras da directiva Nitratos. Segundo Bruxelas, os programas de acção portugueses não cumprem os requisitos definidos pela legislação europeia, razão pela qual foi decidido, na terça-feira, o envio de uma notificação formal a Lisboa para que corrija as omissões detectadas.

A directiva Nitratos pretende diminuir a introdução de níveis excessivos de nitratos agrícolas nas águas superficiais e subterrâneas do território comunitário, como resultado da utilização de fertilizantes e resíduos agrícolas. Para isso, a legislação europeia exigia aos Estados membros a monitorização das águas, a identificação das que estejam poluídas e das zonas consideradas como vulneráveis até Dezembro de 1993 e o estabelecimento de programas de acção até dois anos depois, com excepção da Finlândia, que o teria que fazer até Dezembro do ano passado.

O incumprimento parcial ou total destas normas por Portugal, Finlândia, Reino Unido e Luxemburgo levou Bruxelas a desencadear procedimentos judiciais contra estes Estados membros. A notificação constitui a primeira fase de um processo por incumprimento ou desrespeito das regras comunitárias.

...E Rede Natura 2000

A Comissão Europeia considera ainda que Portugal não está a cumprir as regras comunitárias relativas à criação da Rede Natura 2000 e aconselha a que sejam rapidamente superados os atrasos contínuos no seu lançamento que deveria ter visto a luz do dia em Junho de 1998.

A Rede Natura 2000 é uma das iniciativas mais ambiciosas da União no domínio do ambiente, pretendendo preservar os habitats de espécies vegetais e animais e a biodiversidade. A directiva que previa a sua criação impunha aos Estados membros que enviassem a Bruxelas uma lista completa e definitiva das zonas a incluir na Natura 2000 até Junho de 1995, o que, segundo Bruxelas, Portugal ainda não fez cinco anos depois. Apesar deste alerta directo a Lisboa, a Comissão deixou claro que Portugal não é o único país em falta, tendo já decidido iniciar procedimentos do género contra outros Estados membros.

Espionagem mundial

Echelon volta ao debate

O assunto Echelon vai voltar ao Parlamento Europeu na sessão de 15 a 19 de Maio quando será votada a criação de uma comissão de inquérito.

Depois de um vasto conjunto de deputados ter subscrito um pedido de constituição de uma Comissão temporária de investigação (que será votado em Maio), o sistema de espionagem controlado pelos Estados Unidos voltou a ser debatido no Parlamento Europeu, numa iniciativa em que participou o ministro português da justiça, Fernando Gomes e o comissário Liikanen.

No debate, realizado quinta-feira da passada semana, Fernando Gomes adiantou que mais do que questionar a existência do Echelon, sobre o qual disse não ter dúvidas,

o importante é apurar «qual é a utilização» que é feita da informação recolhida e em que medida isso colide com normas jurídicas dos Estados-membros. Por outro lado, afirmou que deve ser evitada «a devassa dos sistemas de inteligência de investigação ou espionagem».

Na circunstância de se provar o uso indevido do sistema, como denuncia um relatório produzido pelo Parlamento Europeu, exemplificando casos de espionagem económica, então «isso seria um problema de uma tal gravidade que teria que levar a UE a tomar uma posição».

Por enquanto, apenas existem «suspeições» e nada está provado quanto ao uso dos dados para favorecimento de empresas americanas, considera Gomes.

Em apoio desta tese, o comissário finlandês Erkki Liikanen revelou que recebera na véspera uma carta do departamento de Estado norte-americano na qual os EUA negam que os seus serviços tenham sido alguma vez utilizados para espionagem industrial.

Os eurodeputados mostraram-se mais uma vez divididos, com o PPE e o PSE a manifestarem-se contra a comissão de inquérito. Contudo, o pedido reuniu um vasto número de assinaturas de todos os grupos pelo que poderá vir a ser aprovado na sessão de 15 a 19 de Maio.

Horário máximo fixado nas 48 horas

Os trabalhadores da União Europeia vão passar a ter um período máximo de laboração de 48 horas semanais, na sequência de um acordo conseguido segunda-feira entre o Conselho e o Parlamento Europeu.

Em causa estava a extensão de uma directiva de 1993 às chamadas situações excluídas, como a dos trabalhadores móveis os que laboram em barcos e aviões - e a dos jovens médicos em formação, um caso difícil com fortes divergências entre vários Estados-membros e o PE, nomeadamente por parte do Reino Unido.

Nos termos do acordo obtido, a directiva de 1993 passa a ser aplicável a todos os sectores de actividade permitindo assim a redução substan-

cial dos horários máximos de trabalho. No caso das situações que antes estavam excluídas do âmbito de aplicação da directiva sobre tempos de trabalho foram estabelecidas algumas derrogações para a sua aplicação, nomeadamente nos casos dos pescadores e dos jovens médicos em formação.

Assim, e após a transposição desta directiva para as legislações nacionais - que terá ainda de ser formalmente aprovada pelo Conselho de Ministros da UE, no caso dos pescadores está prevista uma derrogação de entre seis meses a um ano.

Neste caso, os limites previstos pela nova directiva - que será implementada num período de três anos - poderão ser alterados em função

da lei ou da contratação colectiva vigentes nos Estados-membros, e após consultas com os parceiros sociais do sector a nível nacional.

Quanto aos jovens médicos em formação, a derrogação prevista é de nove anos - que resulta do período de quatro anos previsto para a implementação destas regras mais cinco anos de derrogação - que, em casos muito excepcionais, poderá ainda ser estendida até um máximo de doze anos.

Neste ponto, as posições iniciais das duas instituições comunitárias eram muito divergentes, com o Conselho a defender uma derrogação de 13 anos, a que o Parlamento Europeu contrapunha um período de três anos.

Eurodeputados constataam violência em Chiapas

Uma delegação do Parlamento Europeu reuniu-se na passada semana, em Acteal, no Estado de Chiapas, com índios deslocados pela actividade dos grupos paramilitares. A delegação era chefiada pelo deputado socialista António Seguro, representante do PE para os países da América Central, que em declarações à imprensa citadas pela Lusa confirmou o teor de várias denúncias de violação dos direitos humanos naquela região. «As pessoas querem regressar às suas casas e trabalhar nas suas terras, mas têm medo de ser atacadas dada a falta de segurança», disse Seguro sobre a sua visita a Acteal, onde, em 22 de Dezembro de

1998, foram massacrados 45 índios.

Sublinhando que no município de Chenalhó, a que pertence Acteal, existe uma enorme pobreza, o eurodeputado exortou todos os organismos envolvidos na busca de uma solução pacífica para o problema a trabalharem no sentido de «respeitar a vida humana e salvar as pessoas».

Desde Janeiro de 1994, perto de seis mil índios viram-se obrigados a deixar as suas casas face às constantes ameaças de forças paramilitares que contam com o apoio do governo mexicano. A delegação vai agora apresentar um relatório ao Parlamento Europeu expondo o que viu em Chiapas, o qual, a julgar pelas

declarações conhecidas, confirmará as razões dos que protestaram contra o acordo comercial entre o México e a União Europeia, assinado no passado dia 23 de Março, em Lisboa, na presença do presidente mexicano, Ernesto Zedillo.

No mesmo dia, um grupo de jovens integrou-se na manifestação da CGTP-IN acusando a UE de hipocrisia ao fazer vista grossa à violação dos direitos humanos em troca do acesso a um mercado de 375 milhões de pessoas. O respeito pelos direitos dos índios foi igualmente exigido num abaixo-assinado, subscrito por um amplo conjunto de personalidades, que foi entregue à presidência europeia.



Ainda a Cimeira de Lisboa

• Sandra Pimenta

«A Cimeira da Era Digital». «A Cimeira da Competitividade e do Conhecimento». «A Cimeira da Terceira Via». «A Cimeira de tudo e de nada». A comunicação social pode chamar-lhe o que quiser e o que mais lhe convier, mas nunca «A Cimeira do Emprego». E porquê? Porque, o debate sobre o emprego, inicialmente prometido nunca aconteceu.

Guterres, no fim dos dois dias em que decorreu a Cimeira, bem tentou convencer-nos de que em Lisboa «pela primeira vez em décadas, o objectivo do pleno emprego foi reafirmado». Mas o que aconteceu, isso sim, foi a confirmação do constante deslumbamento da União Europeia, com o que chamaram de «Nova Economia» representada fortemente por um país do outro lado do Atlântico, os EUA. Durante a Cimeira, este aspecto foi amplamente discutido, mesmo que nunca assumido de forma clara, pela maioria dos países da UE.

Tony Blair e Aznar, pelo contrário, nunca o esconderam, e fizeram questão de na sua declaração conjunta, afirmar que, «se queremos fazer da UE um espaço dinâmico, há que seguir os exemplos dos que apresentam melhores resultados, os EUA e o Japão».

A Espanha e o Reino Unido, com Aznar e Blair, pretendiam exportar «o seu projecto reformista e centrista». Para os dois líderes, o importante era «introduzir mecanismos de reforma económica que conduzissem ao crescimento da Europa e o caminho das reformas é o caminho da Europa Aberta, que não tem medo da competitividade».

Mas o primeiro-ministro espanhol conseguiu ir ainda mais longe, afirmando para quem o quisesse ouvir, que as velhas receitas «socialistas» já não mostravam rentabilidade! Reações de Guterres? Não são conhecidas!

A Áustria, essa, queria muito pouco, só queria mesmo que lhe fosse retirado o título de «ovelha negra da família», assim como as sanções políticas e económicas.

Querem tanto e nada conseguem

O Governo português queria tanto e nada ao mesmo tempo. Na verdade o que queria, era que tudo corresse pelo melhor. Que se fizesse fotografia, fosse ela de grupo ou de família. Queria que toda a grande «família europeia» se desse toda muito bem e até chamou um convidado mexicano, para provar ao mundo que tudo vai bem no «reino europeu», que agora tem «nas suas mãos». Queria que não houvesse manifestações públicas de protesto. Queria que os problemas que atingem os milhões de trabalhadores por essa Europa fora ficassem resolvidos

como que por milagre, continuando a aplicar as políticas que estão na sua origem.

Todos os restantes governos da UE estavam de acordo com os objectivos gerais da Cimeira, mas sob ângulos diferentes, com cada um a procurar o que mais lhe agradava.

Mais uma vez se confirmou que o grande objectivo anunciado aos quatro ventos por Guterres, e que inclusive deu o nome à Cimeira - «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social - Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento», não passou de uma desculpa, para anunciar uma nova aceleração das privatizações e uma mais rápida liberalização dos principais sectores de actividade.

As preocupações de Guterres!

Frases como as que ouvimos frequentemente da boca do eng. Guterres, como, «temos que ter presente que as pessoas são o centro das nossas preocupações...», «temos que manter sempre os valores da solidariedade e da justiça social», «temos que dar o primeiro passo no desenvolvimento económico e social europeu», «temos que resolver todos os problemas do desemprego na Europa», «temos que promover o emprego e a coesão social», e «finalmente os cidadãos começam a sentir que as instituições europeias se preocupam com os problemas concretos das pessoas», não resolvem os problemas que cada um de nós vive no seu dia-a-dia.

Foi isso mesmo que quiseram mostrar as dezenas de milhar de trabalhadores que se manifestaram à porta da Cimeira, reclamando por melhores salários e empregos de qualidade e com direitos. O que fica realmente para a história deste Conselho não são, infelizmente, as tais medidas concretas e eficazes para a criação de empregos com direitos e o combate à exclusão social e ao desemprego. O que fica para mais tarde recordar são as palavras de Romano Prodi, presidente da Comissão Europeia, como que a prever o futuro: «a Cimeira de Lisboa serviu para que imediatamente se tomassem medidas muito mais concretas e positivas». Mas para quem? Para os trabalhadores é que não são de certeza. Se é coincidência ou não, o futuro para Portugal chegou ainda mais depressa que o previsto por Prodi. As facturas da Cimeira já começaram a chegar, logo é necessário que os portugueses contribuam. Os aumentos da gasolina e gasóleo, dos transportes e dos impostos entre outros, são «muito naturalmente», e segundo o ministro Pina Moura, a melhor forma de pagar essas contas pendentes.

Visita de estudo à China

A convite do Comité Central do Partido Comunista da China, visitou a China, de 24 de Março a 2 de Abril, uma delegação do PCP dirigida por Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do CC, e integrada por José Teles, Bernardina Sebastião, Alexandre Teixeira, membros do CC, e Carlos Amaro, membro da CAE e da Comissão de Agricultura junto do Comité Central. A delegação visitou Pequim, a província de Guizhou e Xangai.

Em Pequim, a delegação do PCP teve um encontro com Li Tieying, membro do Bureau Político do CC do PC da China, em que participaram também Fu Uingyan, director do Instituto de Estudo do Marxismo-Leninismo, e Zhou Mingjuu, vice-director do Centro de Estudo das Teorias de Deng Xiao Ping. A delegação manteve encontros com Dai Bingguo e Ma Wenpu, chefe e vice-chefe do Departamento de Relações Internacionais do CC do PC da China. Realizou-se ainda um encontro com o responsável do Gabinete de Reformas Estruturais do Conselho de Estado. Além da visita a vários monumentos da cidade, a delegação do PCP visitou a aldeia modelo de Hancunha.

Na província de Guizhou, além da capital Guiyang, a delegação visitou uma aldeia e as cidades de Zunyi e de Ansun, onde se encontrou com os dirigentes locais, e manteve encontros com Liu Frangen e Wang Sanyum, secretário e vice-secretário do Comité Provincial de Guizhou, bem como com dirigentes do Gabinete de Combate à Pobreza e do Gabinete de Assuntos Exteriores do Governo Provincial.

Em Xangai, a delegação visitou, além de locais monumentais e históricos, o Centro de Colocação de Trabalhadores Excedentários, o complexo siderúrgico estatal de Bao Steel Group, a empresa mista Sharp Electronics, o Centro de Planeamento Urbanístico de Xangai e o Centro de Planeamento da zona económica exclusiva. A delegação do PCP teve um encontro com Men Jiangzhu, vice-secretário do Comité Provincial do Partido de Xangai.

A visita inseriu-se nas tradicionais relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PC da China, tendo contribuído para o melhor conhecimento mútuo dos dois países.

Anticastroistas de Miami ameaçam recorrer a todos os meios para impedir Elián de voltar a Cuba e acusam Clinton de trair a causa cubana

Sequestro de Elián à beira do fim

Os EUA reconheceram que Elián González deve ser entregue à custódia do pai, a quem concederam visto para entrar no país, mas o processo ainda não terminou.

O sequestro do menino cubano que em Novembro passado naufragou nas águas de Miami parece estar finalmente a chegar ao fim. No início desta semana o governo norte-americano tomou a única decisão conforme com a legislação nacional e internacional e retirou a custódia temporária de Elián González ao tio-avô de Miami, reconhecendo os direitos do pai.

Cuba tinha terminado, mas na verdade a situação é mais complexa. À hora do encerramento desta edição o governo e os advogados dos familiares de Elián em Miami negociavam ainda «como e quando» seria feita a entrega do menino, ao mesmo tempo que os advogados recorriam da decisão e encaravam a possibilidade de seguir uma nova estratégia, transferindo o caso

ameaça lançar mão de todos os meios ao seu alcance para impedir que Elián deixe a casa do tio-avô. Depois do presidente da cidade ter garantido a semana passada que a polícia local não cooperará com a federal caso seja necessário recorrer à força para fazer cumprir a decisão judicial, os radicais cubanos prometem formar um cordão humano em torno da casa onde se encontra a criança, como de resto fizeram no início da semana logo que se soube da decisão do governo norte-americano.

Como se tudo isto fosse pouco, acresce ainda que está por resolver onde permanecerão Juan Miguel González e as cinco pessoas que o acompanham aos EUA (a actual mulher e o filho bebé, um pediatra, a professora cubana de Elián e um primo deste). A proposta cubana é de que todos fiquem instalados na residência do responsável de negócios cubano em Washington e de outros diplomatas, mas a questão estava

ainda por resolver no fecho desta edição. Enquanto nos EUA a teia de conivências e pressões levanta todos os obstáculos possíveis e imaginários para impedir a reposição da legalidade neste caso verdadeiramente escandaloso, em Cuba continuam as mega manifestações contra a prepotência norte-americana e de apoio a Juan Miguel González, cujo único objectivo, como afirmou esta semana à imprensa, é pôr termo ao pesadelo e levar o filho para casa sem transformar o desfecho deste lamentável caso num show à americana.

A família de Elián nos EUA já nem sequer o deixa ir à escola



Manobras mafiosas

Reposta a legalidade e concedidos os vistos à pequena delegação cubana que acompanhará Juan Miguel González no resgate do filho, dir-se-ia que a degradante exploração de uma criança na campanha norte-americana contra

para os Tribunais de Família a fim de ser ali determinada a questão da custódia. Em qualquer dos casos, a decisão final arrastar-se-á previsivelmente por mais algum tempo.

Para agravar esta situação, a mafia cubana de Miami

Questões em aberto

A ministra da Justiça, Janet Reno, fez entretanto saber que a entrega de Elián ao pai deverá ser feita de molde a não traumatizar a criança, pelo que se procuram agora soluções para o verdadeiro imbróglio criado desde que o caso foi transformado em mais uma arma de arremesso contra Cuba. Uma das possibilidades é encontrar um local neutro para a entrega, o que não resolve o problema de fundo, ou seja, a retirada do menino da casa do tio-avô. De referir que os familiares de Elián radicados nos EUA já nem sequer o deixam ir à escola, o que agrava ainda mais o sequestro, com receio, dizem, que seja «sequestrado» pelas autoridades.

Jugoslávia Conferência de Belgrado

A única moção

A Conferência Internacional que recentemente reuniu em Belgrado - por ocasião do primeiro aniversário da agressão da NATO à Jugoslávia - cerca de uma centena de personalidades oriundas de 38 países da Ásia, América, África e Europa foi uma Conferência atípica em quase tudo.

Não houve praticamente debates, não obstante algumas das comunicações apresentadas serem de muito interesse pela quantidade e significado da informação, inédita para a maioria dos participantes. Foram sobretudo os membros da delegação russa - 19 entre 40 representantes do mundo eslavo (excluindo os 15 jugoslavos que representavam o Instituto de Política e Economia Internacional, promotor da iniciativa) - que levaram ao Seminário informações que contribuíram para iluminar melhor não somente o quadro em que se desenvolveu a agressão de que a NATO foi um mero embora terrível instrumento, como também o papel desempenhado pelo governo da Federação Russa nas negociações.

Da América chegaram informações de outro tipo, não menos esclarecedoras: as relativas à premeditação da agressão no âmbito de uma estratégia planetária concebida com larga antecedência e executada com rigor científico. Foram transmitidas por um norte-americano, John Catalinotto - colaborador de Ramsey Clark no International Action Center de Nova York - e o canadiano Michel Chossudovsky, um dos mais prestigiados economistas e cientistas sociais do nosso tempo, que iluminou as tarefas cumpridas pela CIA nos bastidores da agressão. (Ver artigo de Miguel Urbano Rodrigues nas páginas centrais).

Não houve Declaração Final. A Conferência findou com uma breve intervenção do vice-presidente do Instituto Internacional de Política e Economia, entidade promotora.

Sob proposta de Miguel Urbano Rodrigues (Portugal) e Anne Morelli (Itália), o presidente da sessão plenária aceitou como documento da Conferência a seguinte moção apresentada pelo primeiro:

«Os participantes na Conferência Internacional, reunidos em Belgrado no dia 26 de Março de 2000:

1. Constatam que a informação sobre a Jugoslávia foi quase sistematicamente apresentada de modo parcial, em desrespeito às normas de objectividade;

2. Manifestam inquietação pela diabolização internacional de que a Jugoslávia e o povo sérvio em especial foram vítimas;

3. Apela à vigilância dos intelectuais para que recusem a visão parcial do conflito;

4. Expressam inquietação perante a possibilidade de alastramento a outros países «insumissos» da estratégia empregada para desagregar a Jugoslávia e forçá-la a entrar na órbita da NATO;

5. Expressam igualmente a sua grande preocupação ante a possibilidade de ver essa estratégia de poder do imperialismo norte-americano criar no mundo, mas, a partir de agora sobretudo em outras áreas do Leste Europeu, nomeadamente na Rússia, novos conflitos que possam ameaçar a humanidade no seu conjunto, tal como o fizeram as potências do Eixo antes e durante a Segunda Guerra Mundial.»

França 35 horas com saldo positivo

Um estudo divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (Insee) revela que, um mês após a sua entrada em vigor, a semana de trabalho de 35 horas em França não provocou a catástrofe anunciada por organizações patronais e boa parte dos economistas. Segundo o relatório, o aumento da hora de trabalho, resultante da redução do horário de trabalho e da manutenção dos salários, não foi além de 0,5 por cento. De acordo com aquele organismo, esse aumento é largamente compensado pela moderação salarial permitida pela nova legislação, bem como pela redução das taxas fiscais aplicadas aos salários, pelos incentivos à contratação, pelo aumento da produtividade e pela flexibilidade laboral.

Os dados do Insee revelam ainda que os salários

subiram cerca de dois por cento, enquanto a inflação se mantém em um por cento. Por outro lado, a criação de emprego ultrapassou a taxa de crescimento de 3,4 por cento registada em 1999, o que segundo o estudo confirma indirectamente o impacto da lei na redução do desemprego, embora ficando muito longe dos anúncios oficiais. As autoridades francesas falam na criação ou manutenção de 130 000 postos de trabalho com a entrada em vigor das 35 horas de trabalho semanal, enquanto o Insee indica que no ano passado a referida legislação permitiu a criação de 50 000 empregos, ou seja, 13 por cento.

Os dados agora revelados pelas estatísticas francesas não deixam no entanto de sublinhar que o balanço é ainda provisório, atendendo

ao facto de estar em vigor o regime de transição, durante o qual as horas extraordinárias cumpridas entre as 35 estabelecidas pela legislação e as 39 horas do regime anterior serem apenas acrescidas em 10 por cento. Passado este período, refere o Insee, o preço da hora de trabalho aumentará, o que poderá não provocar problemas de maior se continuar nos próximos anos o crescimento económico registado até agora (para este ano as perspectivas são de 3,7 do Produto Interno Bruto), e se os níveis de aumento da produtividade se mantiverem. Graças à conjuntura económica favorável, o número de desempregados está abaixo da barreira dos 2,5 milhões (pela primeira vez desde 1992), devendo situar-se nos próximos meses aquém dos 10 por cento da população activa.

Presidenciais controversas

Eleições no Peru

ao «ritmo do chinês»

Os peruanos vão às urnas no domingo, mas o processo eleitoral suscita fortes críticas dos observadores internacionais pela falta de transparência.

Em vésperas das mais controversas eleições presidenciais das últimas décadas no Peru, Alberto Fujimori, candidato a um terceiro e ilegal mandato, entrou definitivamente em rota de colisão com os observadores internacionais que se encontram no país e que insistentemente têm denunciado a falta de transparência do processo eleitoral. Em resposta às graves acusações que lhe são feitas, Fuji-



Alberto Fujimori

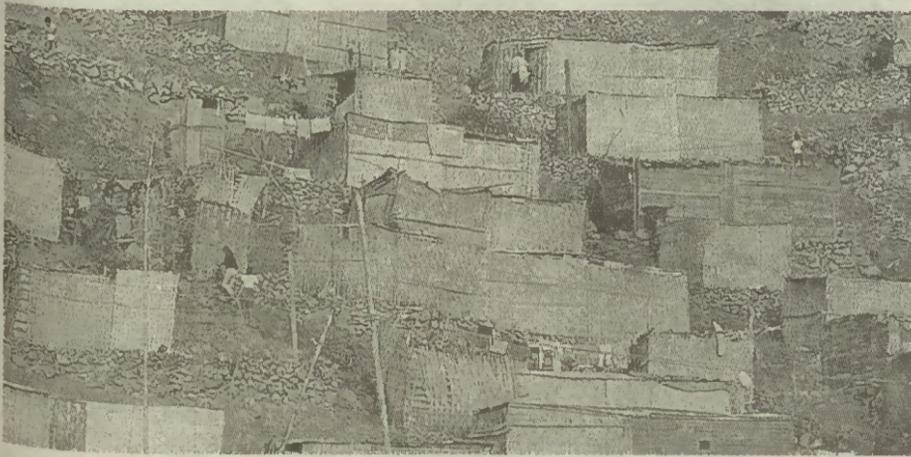
presidente do Peru manifestou-se desde o início deste processo com a interpretação pessoal que Fujimori fez da norma constitucional segundo a qual não é permitido cumprir mais de dois mandatos presidenciais seguidos: para o presidente peruano em exercício esta disposição só se aplica a partir do primeiro mandato, pelo que nada obsta a que se candidate pela terceira consecutiva.

Não satisfeito com o

recandidatura, ao mesmo tempo que o governo desencadeava uma campanha de intimidação e silenciamento da oposição.

Críticas dos EUA

Às preocupações manifestadas pelos observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de outros organismos internacionais, Fujimori responde dizendo que «é impraticável que se declare nulo o processo» eleitoral, e que apenas os peruanos se devem pronunciar sobre a transparência das eleições. Acusando os observadores de não perceberem o que se passa no Peru por terem «um conceito diferente



Nos arredores de Lima, capital do Peru, os bairros de lata continuam a crescer, a par da miséria, da delinquência e da prostituição

mori não encontrou melhor resposta do que afirmar, com toda a sobrançeria e desrespeito, que vai «oferecer um CD a cada um dos observadores para que saibam como se dança ao ritmo do chinês», numa alusão à canção *O baile do chinês*, que serve de tema à campanha da «Frente Independente Peru 2000», que apoia a sua candidatura.

A prepotência do actual pre-

atropelo da Constituição, levada a cabo com a conivência das forças instaladas no aparelho de Estado, Fujimori ignorou as denúncias comprovadas de falsificação massiva de assinaturas que permitiram a inscrição no processo eleitoral da Frente «Peru 2000», não hesitou na ostensiva utilização de recursos públicos e dos meios de comunicação para promover a sua

de democracia», Fujimori garante que se recandidata porque não o fazer seria «deixar ao abandono o povo que quer levar o Peru para o progresso».

Estas «explicações» não convencem ninguém, nem sequer os EUA, normalmente sempre tão compreensivos com os seus aliados. Após uma tomada de posição do Centro Carter sobre a falta de democraticidade do processo eleitoral, o Senado norte-americano deixou em aberto a possibilidade de aprovar ainda esta semana uma resolução declarando ilegais as eleições do próximo domingo. Já a semana passada o senador republicano Paul Coverdell havia apresentado uma resolução nesse sentido, denunciando «o controlo pelo governo peruano dos organismos eleitorais, restrições sistémicas da liberdade de imprensa, manipulação do processo judicial para silenciar os meios independentes e hostilização ou intimidação de opositores políticos». Segundo Coverdell, «isso constitui uma tendência inquietante», embora «não necessariamente surpreendente para um governo que tem um desempenho pouco consistente em matéria de democracia e de respeito pela lei». Uma opinião partilhada pelo candidato de «Peru Possible», Alejandro Toledo - de 54 anos, origem índia e educado nos Estados Unidos (*master* em Economia e doutorado em Educação pela Universidade de Stanford) - que se perfila como o mais sério adversário de Fujimori.

Clima de medo

A Missão de Observação Eleitoral da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) divulgou um relatório onde manifesta a sua preocupação pela existência de um clima de medo, manipulação, ameaça e agressão no processo eleitoral peruano.

Segundo os membros da FIDH, que chegaram a Lima no passado dia 28 de Março, há falta de transparência em todo o processo, e o clima de medo e manipulação põe em causa a liberdade dos eleitores.

As possibilidades de fraude em grande escala foram também confirmadas pelo general na reserva, Jaime Salinas Sedó, que a semana passada afirmou existirem provas de envolvimento de altos responsáveis do Exército no activo na fraude eleitoral.

Idênticas denúncias foram feitas pelo ex-general Daniel Mora, que esteve no poder e sabe como funcionam as coisas nos bastidores do governo de Fujimori (pertenceu ao Estado Maior Conjunto do Exército e chefou a sexta divisão, tendo-se retirado em 1988). Mora afirma que a cúpula militar está sob o controlo de Bladimiro Montesinos, o principal assessor do presidente, e diz-se preocupado com o facto de os seus companheiros de armas comentarem cada vez com mais frequência que o governo está empenhado em usar as forças armadas para «meter a mão» nas urnas.

«Há uma grande possibilidade de manipulação» dos resultados, diz Mora em entrevista ao *El Nuevo Herald*, acrescentando que «há oficiais que devem sentir-se indignados» por Fujimori ter transformado as Forças Armadas num partido político.



África do Sul

na encruzilhada

• Pina Gonçalves

Num clima de contestação dos trabalhadores à política governamental para a administração pública, está lançado o debate político e ideológico no seio da aliança tripartida que suporta o governo - o Congresso Nacional Africano (ANC), o Partido Comunista da África do Sul (SACP) e o Congresso de Sindicatos Sul Africanos (COSATU) - sobre as opções tomadas nesta área.

O Sindicato dos Trabalhadores Municipais da África do Sul (SAMWU), filiado na COSATU, afirma que o país, em resultado de décadas de regime de *apartheid*, apresenta vastas e profundas desigualdades, onde os ricos vivem em boas casas, dispoem de água canalizada, em áreas onde a remoção de resíduos sólidos é feita regularmente e os espaços públicos são bem mantidos e de qualidade, enquanto que para a maioria dos trabalhadores ter uma casa minimamente decente, com água corrente e sistema de esgotos, numa zona com iluminação pública, não passa de um sonho.

Mas também adianta que o governo, enquanto diz aos trabalhadores que os municípios são ineficazes e não dispõem de meios financeiros suficientes para dar resposta às necessidades das populações, encorajado pelos grandes negócios vai defendendo que a forma de fazer face às necessidades básicas de todos os sul-africanos é privatizar serviços públicos, argumentando que só o sector privado dispõe de dinheiro, tecnologia e conhecimentos suficientes para dar resposta aos problemas das comunidades.

Num encontro sindical de âmbito internacional realizado em 1999 na cidade de Durban, promovido pelo SAMWU, debateram-se as imposições e pressões exercidas por organizações capitalistas internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para levar o governo a privatizar importantes sectores da administração pública.

O exemplo europeu foi passado em revista, nomeadamente o do Reino Unido onde, em consequência da política de concessões e privatizações de serviços municipais, se destruíram 167 000 postos de trabalho entre 1989 e 1993, aumentando significativamente o trabalho temporário e a tempo parcial. A qualidade dos serviços diminuiu acentuadamente em consequência da substituição do princípio da satisfação das necessidades do público pelo princípio da satisfação do lucro. Os direitos sindicais foram fortemente diminuídos e os cidadãos deixaram de poder exigir responsabilidades directas aos eleitos locais, passando a ser simples consumidores à mercê das

políticas comerciais das empresas privadas.

Os trabalhadores municipais apontaram os exemplos a não seguir, mas começaram já a sentir a sua aplicação em casa. Nos municípios sul-africanos de Queenstown, Fort Beaufort e Stutterheim, por exemplo, já se entregou os sistemas de administração e tratamento de esgotos e do abastecimento de água às multinacionais francesas Lyonnaise des Eaux (aliás, Suez-Lyonnaise) e Générale des Eaux (aliás, Vivendi).

Contra as privatizações e contra a corrupção

Os exemplos de corrupção em processos de privatização de serviços públicos vindos da Europa e de outros países africanos estiveram presentes no encontro sindical de Durban e o alerta foi dado para que a África do Sul siga um caminho diferente.

Os sindicalistas desconfiam da real capacidade de controlo do poder político sobre o poder económico e perguntam: «Camaradas, tendo em consideração a experiência internacional destas companhias, pensaremos nós que será realmente possível o governo impor uma regulamentação estrita que proteja os interesses dos trabalhadores e da comunidade? (...) Que acontecerá se eles - as multinacionais - não puderem realizar o lucro que pretendem porque não podem reduzir os ganhos dos trabalhadores ou aumentar suficientemente as tarifas?» O South African Municipal Workers Union reivindicou do governo medidas concretas que levem ao banco dos réus as multinacionais suspeitas de praticar subornos e, quando condenadas, as faça banir do país - bem como às suas subsidiárias e associadas - por um período de 5 anos, exigindo também uma moratória às privatizações e uma definição política clara dando prioridade à opção pelo serviço público.

Saídos recentemente do *apartheid* os trabalhadores sul africanos não estão dispostos a parar de lutar por uma sociedade melhor e os seus representantes rejeitam ser considerados por essa razão como gente de «vistas curtas» e não admitem que os trabalhadores municipais sejam encarados mais como um «peso» e não como um recurso fundamental. Uma forma de lembrar que não se faz uma política socialista sem os trabalhadores.

* Citações e elementos recolhidos de comunicados do SAMWU.

• Eugénio Rosa

Precariedade alastra na Europa comunitária

Como consequência da globalização neoliberal que começámos a analisar em artigos anteriores, a precariedade de emprego tem alastrado de uma forma vertiginosa por toda a Europa comunitária, constituindo actualmente o problema social mais grave que esta enfrenta, como provam os dados do quadro um, publicados pela própria Comissão Europeia.

Entre 1991 e 1998, a população total com vínculo precário em relação ao emprego, que inclui os trabalhadores independentes, os empregados a tempo parcial, os contratados a prazo e os desempregados passaram de 72,6 milhões para 84,9 milhões de europeus, ou seja, em apenas 4 anos aumentaram em 16,9 por cento. Em percentagem da população activa total, o valor cresceu de 44 por cento em 1991 para 50,5 por cento em 1998, ou seja, verificou-se um aumento de 13,5 por cento.

Portanto, pode-se dizer que em 1998 em cada 100 europeus activos, mais de metade estavam numa situação precária, isto é, ou eram independentes, ou eram contratados a prazo, ou tinham um emprego a

tempo parcial, ou estavam no desemprego, enquanto, em 1991, esse número era de 44 em cada 100.

A manter-se o mesmo ritmo de precarização, e tudo leva a crer que esteja a suceder isso, embora ainda não existam dados oficiais publicados, é de prever que no fim do ano 2000, cerca de 54 em cada 100 europeus activos estejam numa situação de trabalho precário, ou seja, ou são independentes, ou contratados a prazo, ou têm um emprego a tempo parcial, ou estão no desemprego. Eis o que está a suceder ao modelo social europeu como consequência da globalização neoliberal imposta pelo poder americano, a que os governos da Europa comunitária se têm rendido.

A precariedade está a crescer ainda mais em Portugal

Comece-se por observar o quadro dois que foi construído utilizando dados oficiais publicados pelo INE.

De acordo com os dados daquele quadro, a população activa portuguesa em situação precária (e neste número incluímos, tal como sucedeu anteriormente, os trabalha-



Evolução da população com vínculo precário nos países da União Europeia (15) entre 1991 e 1998

RUBRICAS	UNID.	1991	1994	1996	1997	1998
1 - POPULAÇÃO TOTAL	Em milhões	366	371	373	374	375
2 - POPULAÇÃO ACTIVA	Em milhões	165	165	166	167	168
3 - EMPREGO TOTAL	Em milhões	152	147	148	149	151
(a) Trabalhadores independentes	Em milhões	22	22	22	22	22
(b) Empregados a tempo parcial	Em milhões	21	23	24	25	26
(c) Empregados com contrato a prazo	Em milhões	16	16	17	18	CAPut!
4 - PRECARIIDADE PARCIAL NA UE 15 Em número (a+b+c)	Em milhões	59	61	64	66	68
5 - DESEMPREGO NA UE 15	Em milhões	13,6	18,4	18,2	17,9	16,9
6 - PRECARIIDADE TOTAL NA UR 15 Em por cento da população activa Em número (4+5)	Em milhões	44,0%	48,1%	49,5%	50,2%	50,5%
		72,6	79,4	82,2	83,9	84,9

FONTE: L'emploi en Europe 1999 - Commission Européenne

Evolução da precariedade em Portugal

RUBRICAS	2.º TRIMESTRE DE 1992	3.º TRIMESTRE DE 1999	Aumento 92 a 99
POPULAÇÃO ACTIVA - em milhares	4622,6	5052,6	9,3%
CONTRATOS PERMANENTES - Em milhares	2831,2	2819,4	-0,4%
CONTRATOS PRECÁRIOS			
Contratos a prazo - em milhares	394,1	483,3	22,6%
Contratos atípicos - em milhares	77,1	205,5	166,5%
Subtotal I (em milhares)	471,2	688,8	46,2%
INDEPENDENTES			
Subtotal II (em milhares)	1040,1	1188,7	14,3%
TRABALHO TEMPO PARCIAL			
Até 15 horas - em milhares	109	149,4	37,1%
De 16 a 25 horas - em milhares	250,2	276,5	10,5%
De 26 a 35 horas - em milhares	560,7	616,4	9,9%
Subtotal III (em milhares)	919,9	1024,3	13,3%
DESEMPREGO			
- Oficial (em milhares)	175,8	212,9	21,1%
- Desencorajados (milhares)	120	100	-16,7%
Subtotal IV (em milhares)	295,8	312,9	5,8%
PRECARIIDADE TOTAL			
- Em milhares (I+II+III+IV)	2727	3232,7	18,5%
- Em % da população activa	59%	64%	8,5%

FONTE: Estatísticas de Emprego - INE

dores com contratos a prazo, os com contratos atípicos, os com contratos a tempo parcial, os independentes, e os desempregados, quer os considerados oficialmente quer ainda os desencorajados), somava, no 2.º trimestre de 1992, 2 727 000, e, no 3.º trimestre de 1999, atingia já 3 232 700. Portanto, em pouco mais de 7 anos aumentou em mais de meio milhão (mais 18,5 por cento).

Se calcularmos a percentagem que a população em situação precária representava em relação à população activa portuguesa, concluímos que no 2.º trimestre de 1992 ela correspondia a 59 por cento da população activa total, e no 3.º trimestre de 1999 já atingia 64 por cento. Dito de outra maneira, em 1992, 59 portugueses em cada 100 activos estavam numa situação precária, enquanto em 1999 esse número já tinha subido para 64 em cada 100 activos, o que significava que ou tinham um contrato a prazo, ou pertenciam à categoria de independentes, ou tinham um emprego a tempo parcial, ou estavam desempregados. Portanto, uma situação de precariedade consideravelmente superior à média europeia, que já era extremamente grave.

Por outro lado, os dados anteriores revelam outras tendências também graves. Por exemplo, entre 1992 e 1999, os contratos permanentes diminuíram em 0,4 por cento, enquanto os contratos a prazo aumentaram em cerca de 23 por cento, e os atípicos em mais de 166 por cento.

O documento inócuo da presidência portuguesa

Face à gravidade desta situação, que fez a Presidência Portuguesa da União

Europeia? Elaborou um longo documento com várias dezenas de folhas, cheio de lugares-comuns e de boas intenções, e de grandes declarações, que soam bem ao ouvido, mas onde nem um única vez é referido a gravidade que representa o alastramento vertiginoso do trabalho precário em toda a Europa comunitária, o qual está sempre associado à insegurança no emprego, ao aumento da exploração e das desigualdades, à redução de direitos, à destruição gradual mas real do modelo social europeu.

Efectivamente, o documento elaborado pela presidência portuguesa está recheado com grandes declarações sobre pleno emprego («é preciso reconquistar as condições de pleno emprego»), sobre «coesão social», sobre «uma economia e sociedade baseada na inovação e no conhecimento», sobre «uma política europeia para a sociedade da informação», etc., etc., e sobre a necessidade de «renovar o modelo social europeu», etc., mas quanto a medidas concretas ou não as aponta, ou quando aponta limita-se a enumerar aquelas que têm favorecido ou têm sido inócuas face ao avanço da globalização neoliberal em toda a Europa Comunitária, a qual está a determinar que se caminhe para uma grave crise económica e social, que mesmo um anti-go ideólogo das políticas de Margaret Thatcher, como John Gray no seu livro «Falso Amanhecer», reconhece e denuncia com vigor («o controlo do sistema económico pelo mercado tem um impacto catastrófico em toda a organização da sociedade» - pág. 25), mas que passa ao lado, sendo mesmo ignorado no documento elaborado pela Presidência Portuguesa.

• Sérgio Ribeiro

Nos 500 anos de um «descobrimento»

O «achamento» de uma nova economia?

No semestre português da presidência da UE, o ambiente de «grande final» para a «cimeira do emprego», apoteose guterriana na raia da euforia que se pretendia contagiante, leva a classificar a reunião de embuste. Não só pelo ambiente, também não só pelo que foi a reunião, talvez sobretudo pela preparação e pelos resultados anunciados.

Sobre a reunião, tirando problemas provocados no trânsito lisboeta e a questão da fotografia ser de família ou de grupo («g'anda vitória» da diplomacia portuguesa!), não há muito a dizer.

Fez-se. A reunião. E a fotografia.

Já a preparação, o documento elaborado para a «cimeira», tem que se lhe diga. Apresentado como «papel» de grande densidade teórica, na sua promoção não faltou o episódio extracientífico do contrato com a responsável-mor, a ex-ministra do trabalho Maria João Rodrigues, denunciado como escandaloso, *Diário da República* e verbas em apoio.

O «curriculum» académico e científico da Prof. Doutora MJR justificava expectativas. O mesmo não se dirá do seu CV político algo inconsistente, pois passa do mais radical (e inconsequente) anticapitalismo para a social-democracia mais conforme ao capitalismo.

Não tendo conseguido educar a classe operária nos idos anos 74-75, a vocação da jovem «revolucionária» veio a consagrar-se na brilhante carreira docente e, decerto por não ter perdido a vontade de educar a classe operária, agora procura fazê-lo através de coisas como a «empregabilidade» e a «adaptabilidade», dois dos vectores dos planos «europeus» de emprego que o documento apadrinha e mais ainda porque, pelo menos em relação à «empregabilidade», a paternidade (ou maternidade via MJR) é portuguesamente reivindicada.

Assim se diz — educando a classe operária... —, aos desempregados, que só estão desempregados por responsabilidade sua, a responsabilidade de não terem adquirido a formação bastante para «empregáveis» serem, e se diz, aos precariamente empregados, que podem evitar passar de precários a desempregados ou ainda maior precários se se adaptarem, apenas a sua irresponsabilidade os podendo levar, por inadaptação, a situações sociais mais degradadas, quiçá à exclusão social.

Perspectivas

Define-se, com pompa, o objectivo estratégico de tornar a «economia europeia» a mais competitiva de todas, o que leva à revelação de outra coisa que não cria um neologismo — como o da «empregabilidade» — mas que é servida em idioma mais «universal», o *benchmarking*, que muito ajudou à euforia com que o primeiro-ministro apresentou os resultados da «cimeira», como sendo sua conquista passar a haver formas de comparar os contributos dos «parceiros» para o objectivo estratégico.

Tudo — a estratégia e o que a serve — assentaria no que o documento enfatiza como «conhecimento», neste se baseando a «nova economia», chegando a afirmar-se que a oferta (de trabalho qualificado) criará a procura, no respeito pela clássica «lei dos mercados» de Say, o

que, como é evidente, não será comprovado pelos licenciados portugueses que procuram emprego pois a sua oferta qualificada só consegue encontrar no mercado — quando consegue — a procura de trabalhadores traduzida em oferta de empregos pouco ou nada qualificados.

Esta pedra angular do documento exige observações vindas de uma outra perspectiva.

Primeiro, toda a economia assenta no trabalho, e este, ao concretizar-se em emprego da força de trabalho, evolui como força produtiva que sempre assentou em conhecimento. Muito se fala da inovação mas muito se esquece que ela se deve ao conhecimento e sua aplicação, ao trabalho vivo que incorpora. E mais ainda se esquece que, se há hoje conhecimentos novos a adquirir, não se pode ignorar que também é conhecimento a força de homens e mulheres que, há milénios, transforma o meio de que são parte, cavando a terra, moldando a madeira, temperando o aço, soprando o vidro. Seria injusto (se a palavra é justa...) dizer que, a partir de agora, é preciso promover o conhecimento (da informática e de derivados em rede) como se todo o outro emprego da força de trabalho não fosse aplicação de conhecimento.

Depois, o conhecimento para a «nova economia» não é neutro socialmente. Não é indiferente que, por exemplo, as infra-

estruturas das «auto-estradas da informação» sejam usadas para que capitais se desloquem libertinamente em busca de acumulação, independentemente dos efeitos sociais, ou para fazer com que essa conquista de todos seja aplicada em proveito de todos, a partir da participação na definição e concretização de objectivos sociais.

Por último, a «cimeira» era sobre emprego. E este é meio e fim. Ora o documento fala do emprego como meio para se atingir um objectivo estratégico, e não fala do emprego com fim, materializando um direito, o direito ao trabalho. É verdade que refere o pleno emprego, e disso se fez demagogia. Mas um pleno emprego «adaptado à sociedade emergente» o que, sem se saber muito bem o que queira dizer, quer pelo menos dizer que deve ser o direito a adaptar-se à sociedade que emerge e não a sociedade que emerge a adaptar-se à concretização do direito.

Desemprego e emprego

Há mais de década e meia, e em não sei quantas «cimeiras», o desemprego é tema central. Lembra-se que, no começo dos anos 90, uma «cimeira» adoptou propostas de um «livro branco» que projectavam a criação de 15 milhões de pos-

tos de trabalho e a redução da taxa de desemprego para metade. Hoje, não se avançaram números, para evitar que possam vir a ser posteriormente invocados como aqui e agora se faz provando incumprimento, mas não falta o cor-de-rosa não quantificado.

No entanto, há números *i)* que revelam a inconsistência técnica-científica e *ii)* outros fazem muito falta no diagnóstico que deveria fundamentar as «receitas».

Por um lado, custou ouvir o primeiro-ministro dizer, naquele seu tom convicto para convencer, que se vai fazer crescer o emprego, partindo duma taxa de emprego de 60 por cento em confronto com a de 75 por cento dos EUA e referindo-as à *população activa*, o que é erro inaceitável, pior que o célebre do PIB. As taxas de actividade e de emprego referem-se à *população total* e à *população em idade activa*, o que é bem diferente de *população activa*, conceito estatístico que apenas soma população no «mercado do trabalho», sendo parcelas as populações empregada e desempregada (disponível e à procura de emprego). Pegando na palavra do eng. Guterres — e



de comentadores, como a inclassificável Teresa de Sousa —, a taxa de emprego de 60 por cento, se em proporção da *população activa*, corresponderia a taxa de desemprego de 40 por cento!

Mas deixemo-nos de «preciosismos», e afirmemos a gravidade do silêncio sobre projecções demográficas que prevêm diminuição efectiva da população em idade activa em 5/10 anos, e de não se fazer referência à já escassez de força de trabalho em alguns países e regiões, em função da evolução demográfica. Pode, pois, dizer-se que se escondem auxiliares de diagnóstico para se fazer brilhante com adivinhação do que se sabe que vai acontecer e condicionará o futuro. Positivo em termos de desemprego, diga-se.

Assim não será em termos de emprego e de sua qualidade. Que, na perspectiva adoptada, se quer ainda mais precário, com a força de trabalho cada vez mais mercadoria. Como é nos EUA, vangloriados como modelo de médias que escamoteiam as desigualdades, o trabalho sem direitos, a «miséria com emprego».

«Modelo» recusado pela manifestação que, a contragosto, teve de ser noticiada — a fugir — como impressionante. E foi! Essa é a nossa força.

Livros



Coruche à Mesa e Outros Manjares

Da prosa de José Labaredas, autor deste livro que a Assírio & Alvim em coleção - *coração, cabeça e estômago* -, dirigida por José Quitério, publicou recentemente, já os leitores do «Avante!» provaram, através da sua colaboração com que iniciou a coluna sobre gastronomia. E assim achamos que está o apetite aguçado para a leitura das mais de trezentas e cinquenta páginas, que é toda uma viagem pelos manjares do concelho de Coruche e arredores tão vastos no tempo e no espaço que Labaredas vai ao longínquo Egipto buscar as raízes do pão e a Gil Vicente para mostrar como se organizavam, desde tempos de Descobrimentos, as sagradas refeições que o povo lá ia comendo depois de haver trabalhado para isso.

Viagens, portanto. Mas sobretudo em redor do vale do Sorraia, ele próprio fecundador de terras e fornecedor de vitualhas que só às mãos de gente se transformam em manjares.

O livro de José Labaredas está, como não conhecemos outro que em gastronomia se debruce, povoado de gente. Gente de verdade, com a mão na massa e a alma a puxar-lhe para o gosto de viver e de lutar por isso mesmo - pelo pão e pela liberdade de o partilhar com justiça. E polvilhado - como se de especiarias se tratasse, a avivar o gosto da leitura - de poemas e de fotografias onde se pode «verificar» a verdade, já antiga no saber, de cenas de trabalho, de personagens que deram vida às receitas, que trabalharam para construir essa cultura que é a da cozinha tradicional.

Depois são as próprias receitas, pois não há livro de gastronomia que as não exponha, atravessando os segredos que são de bom gosto nestas coisas. Dos petiscos às sopas, do peixe à carne, aos doces...

Não deixe o leitor que a água lhe fique crescendo na boca. Parta já, se puder, em demanda destes manjares em terras do Sorraia. Ou, se a mão lhe for feliz, experimente construir uma receita destas. Não esquecendo nunca que o principal dos ingredientes é a fraternidade.

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

Os quadrados de «Explorando a Lua» (pág. 55) com a mensagem de Wolf

Censura

No dia 3 de Março de 1983, data da morte do cidadão belga Georges Remi, que todo o mundo conheceria pelo pseudónimo de Hergé, o quotidiano francês *Libération* apresentou uma edição que ficou na história da imprensa como exuberante demonstração da indissolúvel ligação da cultura popular urbana do século XX à vida da Humanidade das últimas décadas. Ao longo das suas páginas desse dia, o *Libé* ilustrou todas as peças, do noticiário internacional ao boletim meteorológico, dos acontecimentos da política quotidiana aos *fait divers* parisienses exclusivamente com desenhos retirados dos vinte e três álbuns de banda desenhada criados por Hergé e tendo Tintim como figura central.

Com acontecimentos assim e muitos outros, a banda desenhada tem vindo a adquirir uma respeitabilidade que lhe faltava, a que se acresce um interessante movimento editorial de estudos, análises e antologias.

Inclui-se neste último caso a edição do volume sobre o «Cavaleiro Andante» da autoria de Leonardo de Sá e António Dias de Deus dado à estampa em Novembro do ano passado⁽¹⁾.

Julgo que o resultado terá ficado aquém do desejado pelos autores e que os mais de 550 números do semanário editado pelo «Diário de Notícias» teriam permitido resultado mais denso e completo, fosse na análise, fosse no levantamento iconográfico. Seja como for, a somar-se aos já editados álbuns sobre o «Mosquito» e a obras de maior fôlego⁽²⁾, este trabalho sistematiza uma série de conhecimentos até agora dispersos e acrescenta outros relevantes.

Mas o que deu pretexto a estas linhas foi o casual cruzamento de leitura do álbum sobre o «Cavaleiro Andante» e de um trabalho mais antigo, datado de 1990, não seguramente o mais exaustivo sobre Hergé, mas dos mais interessantes: *Le Monde de Hergé*, de Benoît Peeters⁽³⁾.

Peeters organiza a sua obra em função dos sucessivos álbuns de Hergé, situando-nos no tempo, nas motivações e condicionantes, esclarecendo aspectos de influência docu-



mental ou iconográfica e nos períodos de vida pessoal do desenhador.

Lendo os textos com os quais Dias de Deus e Leonardo de Sá acompanham a sua antologia, recorda-se a conhecida hostilidade do responsável pelo «Cavaleiro», Adolfo Simões Muller, à produção de BD norte-americana, dicotomia que constituiu aliás um traço distintivo entre os contemporâneos «Mundo de Aventuras» e «Cavaleiro Andante».

Escritor para crianças e adolescentes a que é justo reconhecer alguns méritos, Muller foi contudo uma peça importante da produção «educativa» do Estado Novo, não apenas mediante a sua produção própria em livro e como responsável de publicações, mas noutras bem menos aceitáveis funções como a de membro da comissão censória que em 1950 elaborou umas «Instruções Sobre Literatura Infantil» cujo conteúdo facilmente se prevê.

Este lamentável pendor censório de Simões Muller fez-se sentir doutras formas, além, é claro, do critério de selecção das séries incluídas no «Cavaleiro» (largamente influenciado pela produção italiana ligada ao Vaticano e por encomendas portuguesas na linha do patriotismo salazarista, embora por vezes de real qualidade gráfica e narrativa). Dias de Deus e Leonardo de Sá recordam que a sanha do director do «Cavaleiro» o levou a inqualificavelmente truncar o final da série «Kevin the Bold» («Pela Cruz e pela Espada», em português...) do americano Kreigh Collins (eventualmente pela violência das cenas ou pelo evidente erotismo

da figura que dera início à série, a capotosa «Mitzi McCoy...»), tanto quanto o inconfundível traço de Alex Raymond e as histórias de Dashiell Hammet tinham sofrido no «Diabrete» idênticos tratos de polé de Muller no «Agente Secreto X9».

O recordar destas desventuras trouxe à memória um episódio narrado por Benoît Peeters sobre um dos mais famosos álbuns de Tintim, traduzido em português por «Explorando a Lua». Os que a leram, recordar-se-ão que parte da intriga se passa em torno da tentativa de uma «potência estrangeira» para se apoderar do foguetão inventado por Tournesol, nesse sentido sendo aliado um dos técnicos envolvidos, um engenheiro com um conveniente apelido de «Wolf»... Acossado por dívidas de jogo, Wolf, uma das poucas figuras dramáticas das personagens de Hergé, vê-se forçado a introduzir no foguetão um assaltante, num conflito de consciência que o leva, em pleno espaço, a abandonar a nave no regresso à Terra para tentar poupar oxigénio e salvar os restantes tripulantes.

Wolf deixa uma mensagem e sobre ela Peeters cita as confidências que Hergé fez a Numa Sadoul⁽⁴⁾:

«Na sua mensagem de adeus, [Wolf] escreve nomeadamente: «Quanto a mim, talvez um milagre me permita também escapar... Isto foi fruto da intervenção de personagens bem pensantes, perturbados pelo facto de que se tratava de um «suicídio». De forma alguma, repliquei eu, é um sacrifício! O soldado que faz ir uma ponte pelos ares e vai com ela, a Igreja recusa-lhe a entrada no Paraíso? Mas era preciso sair deste impasse e acabei por ceder e escrever este disparate: Talvez um milagre me permita escapar. (...) Não havia nenhum milagre possível: Wolf estava condenado sem apelo e ele sabia-o melhor do que ninguém.»

E a memória é implacável: até 25 de Abril de 1974, na imprensa portuguesa também ninguém se suicidava. Os coronéis da Censura velavam para que esse alguém «aparecesse morto».

Como não haviam de estar condenados quantos nem no sacrifício reconhecem ao homem a liberdade?



DASHIELL HAMMET



O puritanismo do «Cavaleiro Andante», do «Camarada» da Mocidade Portuguesa e doutras publicações censuradas acusavam habitualmente os comics vindos dos EUA de terem situações e traço particularmente violentas: mas essencialmente

– e como se conclui das «Instruções Sobre Literatura Infantil» – bem mais inquietante era a sensualidade e a interventora presença feminina que transparecia nos quadradinhos americanos de um desenhador com a força de Alex Raymond

⁽¹⁾ Edições Época de Ouro – Editorial Notícias. Lisboa, 1999;

⁽²⁾ FERRO, João Pedro. *História da Banda Desenhada Infantil Portuguesa*. Editorial Presença. Lisboa, 1987; DIAS DE DEUS, António. *Os comics em Portugal*. Cadernos da BEDETECA. Edições Cotovia. Lisboa, 1997;

⁽³⁾ Bibliothèque de Moulinsart. Casterman. Paris, 1990;

⁽⁴⁾ SADOUL, Numa. *Entretiens avec Hergé, édition définitive*. Bibliothèque de Moulinsart. Casterman. Paris, 1989.

Música

• Manuel Jorge Veloso

Muitas páginas memoráveis da história do jazz e acontecimentos de bastidores que estiveram directa ou indirectamente na sua origem – os episódios do percurso da vida de um dado músico, este ou aquele solo em determinada actuação pública, um período particular da sua carreira musical ou a especial relevância de tal ou tal disco gravado – radicam às vezes em acasos fortuitos, em importantes apoios prestados, na atenção casual que podem ter despertado.

É por exemplo muito provável que, se não se tivesse verificado a coincidência da persistente intervenção de um



Frutos amargos

produtor e de um crítico, em particular, uma das mais impressionantes gravações em todo um século de vida que o jazz traz já atrás de si jamais tivesse visto a luz do dia.

Esse crítico foi o britânico **Leonard Feather**, recentemente radicado nos EUA à data destas ocorrências, e esse produtor foi **Milt Gabler**, o proprietário de uma modesta loja de discos da Rua 42, em Nova Iorque, cuja «carolice» estivera na origem da criação da (então) primeira e única editora independente, cem por cento dedicada à música da sua paixão – o jazz – e a que ele chamara **Commodore Records**.

Por essa altura, a grande **Billie Holiday**, uma cantora notável e notória em todo o jazz pela suas naturais e extraordinárias qualidades musicais, mas também pela vida particularmente dramática que conheceu – e cujas incidências podem ser lidas, por exemplo, na crua autobiografia «**Lady Sings The Blues**», traduzida em português e publicada por **A Regra do Jogo**, 1982 – fora impedida pela editora a que estava ligada (a poderosa **Columbia**) de gravar uma canção que pretendia incluir num disco, intimamente ligada a um trágico acontecimento verificado num estado do Sul dos EUA: o linchamento e morte de um jovem afro-americano.

E foi assim que, em 20 de Abril de 39, num estúdio de Nova Iorque, **Billie Holiday** podia finalmente gravar «**Strange Fruit**», que se tornaria uma peça musical de culto e cujo texto algumas fontes atribuem ao poeta comunista **Lewis Allen** e outras fontes indicam como tendo saído da pena da própria **Billie**. Sem dúvida um poema pungente e de fortíssima carga simbólica⁽¹⁾, que nos falava da dramática opressão e exclusão do povo negro norte-americano numa sociedade continuamente marcada pela tragédia do racismo, quinze lustros após a proibição oficial da escrutatura.



BILLIE HOLIDAY
«The Commodore Master Takes»
Commodore / distr. Universal

A circunstância de podermos hoje usufruir de reedições de grandes clássicos num suporte prático e sólido como o disco compacto – além do mais em condições de recuperação sonora que nos permitem audição de muito maior qualidade – leva-me hoje a recordar esta canção tão especial, uma vez que ela se encontra entre as obras gravadas por **Billie Holiday** para a **Commodore** e cujos *master takes* foram agora reeditados num CD pela **Universal**, a multinacional gigante nascida da megafusão de várias editoras detentoras de preciosos catálogos discográficos.

Para além da referida obra-prima, podem ainda ser admiradas outras peças-chave cantadas por **Billie**, num verdadeiro pico de forma durante as quatro sessões para que foi contratada por **Milt Gabler**: 20 de Abril de 39 e 25 de Março e 1 e 8 de Abril de 44.

Exemplos: a impressionante interpretação de uma célebre canção, «**I'll Be Seeing You**», expressão da profunda apreensão nascida com a II Guerra Mundial na Europa, após os tempos de esperança, optimismo e ilusões do **New Deal** de **Roosevelt**; belas versões de clássicos como «**My Old Flame**», «**Fine and Mellow**» ou «**How Am I to Know?**», sem esquecer outro *standard* como «**She's Funny That Way**», aqui transformado para «**He's Funny That Way**».

Uma voz sublime, num disco indispensável.

⁽¹⁾ «*Southern trees bear strange fruit / Blood on the leaves and blood at the root / Black bodies swinging in the southern breeze / Strange fruit hanging from the poplar trees / Pastoral scene of the gallant south / The bulging eyes and the twisted mouth / Scent of magnolias, sweet and fresh / Then the sudden smell of burning flesh / Here is fruit for the crows to pluck / For the rain to gather, for the wind to suck / For the sun to rot, for the trees to drop / Here is a strange and bitter cry.*»

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Zoo Diako

Carneiro

Realiza o teu sonho.
Mercúrio influencia.
Aproveita para pôr
o teu destino em dia.

Touro

Num relacionamento
sentimental
este é o signo de ouro.
Porém cuidado
quando se é touro.

Gémeos

Vénus, aqui está neutral.
Cuidado com a SIDA, meu amigo.
É só o que eu te digo.

Caranguejo

Próximo anda a Lua.
Sê prudente, então.
O luar não protege os negócios
do coração.

Leão

O Sol rge o teu destino.
Arrisca.
Arrisca e terás tudo
se aprenderes a afiar
as tuas garras em veludo.

Virgem

Come chocolate
menina, come.
Inda não está para hoje
o homem da tua fome.

Balança

Grita de amor, grita de amor
ardem os astros de paixão.
O Sol continuará a nascer.
Tu, não.

Escorpião

Júpiter e Marte, afinal
já se inscreveram na Intersindical.
Escuta
a hora é boa para a luta.

Sagitário

Desilude a tua alma
com a notícia
que Sagitário tem
para oferecer:
o prego da alface
não vai descer.

Capricórnio

Terás um problema
familiar.
Encosta a cabeça ao ombro
do cometa que for a passar.
Há sempre um cometa
para um problema familiar.

Aquário

Fala
não tenhas medo.
É mesmo assim.
O tempo avança.
Tem esperança.
Trrim...

Peixes

Neptuno é favorável.
O azul do mar vai para o céu.
Aproveita. Acorda o poema
que em ti há muito adormeceu.

Cartoon

• Monjinho



Religião

• Jorge Messias

Uma confissão avulsa de «pecados»!

Que será «pecar», numa sociedade onde se confundem valores e protagonismos que se afirmam contrários? Quem poderá «perdoar» delitos próprios e alheios: os crimes de sangue, a alienação do homem, o peculato, a intriga política, a guerra, as anónimas alianças?

João Paulo II e a sua corte julgam-se com capacidade para responder de cátedra a estas questões. O Papa surge a sopesar os pecados dos crentes e gradua-os segundo uma ordem que só ele conhece. Uns, serão para confessar, outros para esquecer. Alguns para assinalar, no passado; outros para omitir, no presente. João Paulo II «confessa-se a Deus» mas não perde tempo com futilida-



des: perdido entre a multidão de cardeais, absolve os príncipes da igreja e absolve-se a si próprio. Dirige-se à divindade e põe os homens à margem.

Nada disto parece passar-se nos tempos de hoje. Mas o facto é que acontece. Tal como com os albigenses, os templários, os tribunais eclesiásticos, com Galileu ou com Damião de Góis. Tal como com os padres guilhotinados durante o «Terror Branco» da Revolução Francesa, com os sacerdotes fuzilados na Comuna de Paris ou abandonados à exterminação pela fome, pela sede ou pela asfixia às portas de Auschwitz. Tal como com os apoios garantidos pelo Vaticano à ascensão do nazifascismo brutal ou com as redes monásticas que garantiram a fuga dos chefes e criminosos nazis. Tal como com a cortina de silêncio com que a Igreja protegeu a prática de assassínios em massa, nos fornos crematórios, nos «muros pretos», nas células de «estar em pé» ou nas barracas calafetadas onde dezenas de milhar de soldados soviéticos pereceram, lentamente, devorados pela fome, pela sede, pela peste e pelos parasitas. Depois de tudo isto um papa,

herdeiro dos Bórgias, reclama agora poderes morais para perdoar e para absolver.

O Vaticano «perdoa» mas não muda. Põe de lado, como se nada acontecesse, os crimes que continua a cometer no século XXI. As conspirações políticas, as intrigas financeiras, os silêncios de conveniência, como no Burundi, a colocação ao serviço das tiranias e do grande capital dos seus cantados esforços de mediação e de paz, as alianças ocultas com o grande capital que cava os caboucos da miséria total.

Roma celebra o Jubileu do Ano 2000. Um superespectáculo como os dos tempos distantes. O Vaticano continua a vender bulas e perdões, como já o fazia na dourada Renascença. Instala fabulosos cenários litúrgicos, a exemplo das eras em que para Roma convergia o saque dos povos e dos impérios. Faz negócio com as multidões de peregrinos, com o artesanato religioso, com os transportes, com a assistência, com tudo quanto possa dar lucro, como outrora também em Santiago de Compostela, em Lurdes ou em Assis.

Certo é, porém, que a Roma do Jubileu 2000 tem outras dimensões e que os cónios vão dando lugar aos telemóveis e aos «T-shirts». São diferentes os peregrinos de agora e aparentemente outros os poderes que os governam. A Cúria não se atreve a essa afirmação. Mas sabe que é preciso guardar recato, fazê-la pela calada, resguardar a própria imagem. O Vaticano compreende toda a importância que os cuidados mediáticos actualmente devem ter. Tudo isto, embora nos corredores da Santa Sé se exulte: «Roma não está só em Roma», dizem os cardeais. «Roma está em toda a parte!» Evidentemente, conversa só para familiares.

É nestes quadros que João Paulo II sobe ao púlpito para fazer um «mea culpa» que apenas os iniciados entendem. Reconhecimento dos crimes cometidos no passado ou auto-absolvição? «Metanóia» ou um necessário toque de cosmética? Prosápia irreprimível de conter ou simples manobra estratégica?

Certo é que João Paulo II atribui aos papas um poder quase divino. E o «mea culpa» com que acena ao mundo nada tem de humildade ou de arrependimento. É, antes, uma afirmação de arrogante impunidade. A Igreja cometeu crimes, «pecou», mas continua a ser a Igreja una, santa e católica. A Cátedra de S. Pedro é a tal ponto onipotente que se atribui poderes, num mundo que lhe vira as costas, para decretar, unilateralmente, que os crimes cometidos pelos bispos, pelos cardeais e esbirros católicos em todo o mundo sejam perdoados.

A igreja de João Paulo II ascendeu aos cumes do Olimpo. Sem sombra de dúvida que assim é. As estradas do Jubileu estão calcetadas a ouro. Quem poderá ostentar maiores riquezas? Quem poderá invocar mais decisivos aliados? Certo, porém, é que todo este poderio acumulado esconde uma grande fragilidade. Na vertente oposta do monte sagrado abre-se um precipício onde vagueiam lobos vorazes. A religiosidade e a fé não fazem estremecer as mãos implacáveis dos banqueiros. Aproxima-se a altura em que o Vaticano deixará de ser necessário. E o Vaticano bem sabe que o apetite do capitalismo é insaciável. O repasto final pertencerá a um só vencedor.

Pontos Cardeais

Judas

Acochado, há dias, pela denúncia nos jornais de que mantinha ao seu serviço uma incompreensivelmente vasta «corte» de dezenas de assessores pejada de amigos – e, em muitos casos, em funções ainda mais incompreensíveis, como «consultor de imagem» ou «fotógrafo pessoal», o presidente da Câmara Municipal de Cascais não encontrou melhor escapatória que afirmar o seguinte: «Os membros do Comité Central do PCP são quase todos empregados da Câmara Municipal de Lisboa e ninguém se importa com isso».

Ao contrário de Judas, há quem se importe «com isso», pelo que os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, na reunião pública da CML realizada no passado dia 29 de Março, declararam perante os seus pares, eleitos de todos os partidos, o público e os jornalistas presentes, aquilo que toda a gente sabe: «Na Câmara Municipal de Lisboa só tem função remunerada um membro do Comité Central e que é vereador eleito» (o vereador António Abreu).

Seria de elementar decoro José Luís Judas confrontar agora, no mesmo local e com igual projecção, as suas difamações com este desmentido categórico, testemunhado por todos os partidos, incluindo o seu.

Mas para isso, evidentemente, José Luís Judas tinha de possuir decoro, ainda que elementar...

Esperemos...

Luís Filipe Meneses, presidente PSD da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, oficializou a sua candidatura à «corrida» para a liderança do PSD/Porto mas fez mais: numas caves de Gaia, com o Porto e o Douro por trás,

garantiu igualmente que será candidato cabeça de lista «a uma câmara» nas próximas autárquicas, escusando-se a dizer qual, apesar de os jornalistas insistirem em querer saber a que autarquia se referia com a expressão dúbia de «a uma câmara».

É que, ainda recentemente, o mesmo Filipe Meneses afirmou que seria «uma substituição política» recandidatar-se a uma câmara que não a de Vila Nova de Gaia, cuja população lhe dera o seu apoio. Esperemos para ver...

Globos

A 5.ª edição dos «Globos de Ouro» promovida pela SIC para premiar o que de melhor se fez no ano passado em matéria de televisão, cinema, artistas e espectáculos teve um final esperado: a própria SIC e seus profissionais arrebataram a quase generalidade dos prémios das rubricas que lhes diziam respeito. Pelos vistos, talento e arte só existe lá para os lados de Carnaxide.

Pelo que se confirma o que já se suspeitava: os «Globos de Ouro» são, simplesmente, «os Globos da SIC»...

Socialistas

Vai-se a ver, o papa João Paulo II é «o socialista mais importante do mundo»! Quem o diz é outro grandíssimo socialista, o senhor Gorbatchov, que, após ter afundado a União Soviética, ganha agora a vida a explicar como é que o fez. Quanto ao socialismo do papa segundo Gorbatchov, é simples: ele, o papa, «fala sempre dos pobres e da solidariedade».

Isto vindo de um homem que fez carreira a proclamar que o socialismo não «fala», mas luta, tal como não divide o mundo em «pobres» e «ricos», mas em explorados e exploradores...

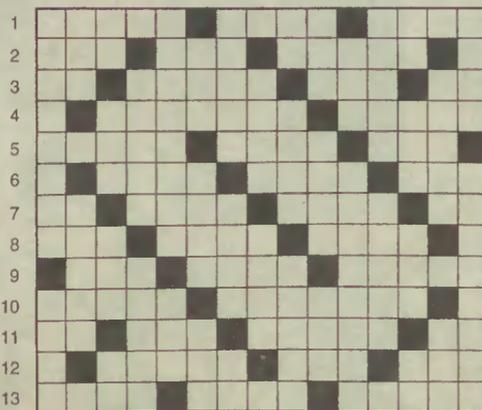
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Caldo de galinha; fiel; planta leguminosa hortense de semente comestível. 2 – Fileira; batráquio comestível, semelhante à rã; falar por gestos. 3 – Troça; espécie de cinzel para gravar trabalhos finos (metal); pequeno poema medieval em versos de oito sílabas, cantado pelos jograis com acompanhamento de harpa; existe. 4 – Balbúrdia; arrancar. 5 – Ardil; camareiras; lírio. 6 – Transporta; ave palmípede, espécie de pato; base aérea portuguesa. 7 – Prep.; dilatado; registo de órgão ou de harmónio; antes do meio dia. 8 – Criada de quarto; metade; esfera. 9 – Linguagem; fêmea do urso; tapeçaria antiga que adornava as paredes, portas, galerias, etc. 10 – Habitações; falta de crânio (total ou parcial). 11 – Andar; benefício; oráculo; contr. da prep. de com o art. def. o. 12 – Planta gramínea; fileira; solitários. 13 – Acidez do estômago; pl. de real (moeda); variedade de peixe-espada.

VERTICAIS: 1 – Cada uma das duas grandes artérias que levam o sangue do coração à cabeça; untura, para os navios, feita de gordura ou óleo de peixe. 2 – Naquele lugar; contaminar. 3 – Contr. da prep. em com o art. def. a; belo; contr. da prep. a com o art. def. o; grito de dor. 4 – Pequeno barco; pequena embarcação, espécie de bote, da África Oriental. 5 – Protegiam; ente. 6 – Cólera; ímpio; maior. 7 – Azáfama; tontura; pacóvio. 8 – Jaz; nojo. 9 – Marco alemão (abrev.); ilharga; penhor. 10 – Dialecto românico falado no Norte de França; substância gorda e consistente; nome de uma árvore terebintácea cuja casca serve para aromatizar o vinho. 11 – Senão; terreno onde crescem morangueiros. 12 – Mata de faias; embriagado. 13 – Atmosfera; apetite sexual dos animais; data; senhor (abrev.). 14 – Leilão; axe. 15 – Acaso; amigável.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 – Caldo; fido; lava. 2 – Galin; fat; minhar. 3 – Ri; burrl; hat; ha. 4 – Bate; zabra. 5 – Car; lida; rifa. 6 – Alit; civar. 7 – Na; Nat; bel; aoi; aoi. 8 – Bate; zabra. 9 – Voz; urso; arca; arca. 10 – Casca; acornia. 11 – Arzo; arzo; arzo. 12 – Arzo; arzo; arzo. 13 – Arzo; arzo; arzo. 14 – Arzo; arzo; arzo. 15 – Arzo; arzo; arzo.
VERTICAIS: 1 – Arzo; arzo; arzo. 2 – Arzo; arzo; arzo. 3 – Arzo; arzo; arzo. 4 – Arzo; arzo; arzo. 5 – Arzo; arzo; arzo. 6 – Arzo; arzo; arzo. 7 – Arzo; arzo; arzo. 8 – Arzo; arzo; arzo. 9 – Arzo; arzo; arzo. 10 – Arzo; arzo; arzo. 11 – Arzo; arzo; arzo. 12 – Arzo; arzo; arzo. 13 – Arzo; arzo; arzo. 14 – Arzo; arzo; arzo. 15 – Arzo; arzo; arzo.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Xadrez

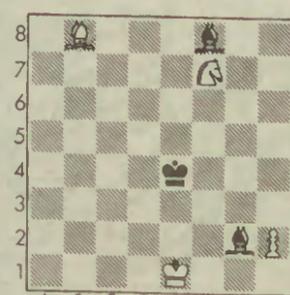
DCCXLVII - 6 DE ABRIL DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X13

Por: Henri Rinek

1.º Prémio: «Le Temps», 1920

Pr.: [3]: Bs, B3 - g2 - R64

Br.: [4]: Ph2 - Cf7 - Bb8 - R61



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X13 [H.R.]

1. Rf2, Bh1; 2. Rg1, Bc3; 3. Cg5+, R63; 4. Ba7+, R62; 5. C66, Bh6 R67/R66/R65/R64/R63; 6. Cd4+, R63; 7. Cf5[R64]+ e.g.

A. de M. M.

Damas

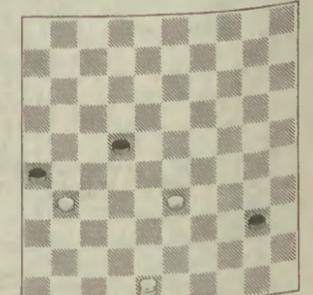
DCCXLVII - 6 DE ABRIL DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D13

Por: R. Bergsma

«Damminiaturen» [N.º 358] - 1977

Pr.: [3]: 22-26-40

Br.: [3]: 31-33-(48)



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D13 [R.B.]

1. 33-28!, (22x33*); 2. 48-37 +. 1. ..., (26x37); 2. 48-45 +.

A. de M. M.

Melhores salários Emprego com direitos Mais valor ao trabalho

Carlos Carvalhas
em acções da Campanha

Hoje - Junto dos trabalhadores da AUTOEUROPA / Palmela - às 14h30

Amanhã, dia 7 - Em GUIMARÃES, encontro sobre «A questão dos baixos salários, um problema central da região»: às 21h30, no salão da Junta de Freguesia de Pevidém, com a participação de Carlos Carvalhas e Agostinho Lopes
Terça-feira, dia 11 - Em SANTA MARIA DA FEIRA, acção de contacto com os trabalhadores da Zona Industrial do Cavaco, às 12h30.

Distrito de BEJA:

Distribuições nas empresas e zonas urbanas:

Quinta-feira, 6 - Pírites Alentejanas e Câmara Municipal de Aljustrel; CM e outras empresas de Moura

Segunda-feira, 10 - Trabalhadores da Segurança Social de Beja

Distrito de BRAGA:

Guimarães - Encontro sobre «A questão dos baixos salários, questão central da região», com Carlos Carvalhas e Agostinho Lopes: sexta-feira, 21h30, JF de Pevidém

Distrito de CASTELO BRANCO:

Distribuições e outras acções nas empresas e localidades:

Quinta-feira, 6 - Brancal - Laneira, na Covilhã; Brazil - Montebela, Belmonte;

Sexta-feira, 7 - Convívio em V.V. Ródão com os trabalhadores da Portucel, às 15h; Sessão pública em V.V. Ródão (21h)

Segunda-feira, 10 - Parque Industrial do Fundão (distribuição de documentos)

Terça-feira, 11 - Alçada e Pereira, Paulo Rato.

Quarta-feira, 12 - Texreb, Paul

Quinta-feira, 13 - Distribuições de documentos em Castelo Branco e Alcains

Sexta-feira, 14 - Distribuições em Covilhã, Belmonte, Fundão, Tortosendo

Distrito de COIMBRA:

Distribuições nas empresas:

Terça-feira, 11 - SMTUC (Motoristas e Oficinas)

Quarta-feira, 12 - Reidinizes

Quinta-feira, 13 - HUC

Distrito de ÉVORA:

Quinta-feira, 6 - Jornada de esclarecimento com a participação de Jerónimo de Sousa, que será recebido na CM de Évora e terá encontros com a Dir. do STAL Regional, Com. Sindical da CM de Évora, Direcção da União dos Sindicatos de Évora e com a Comunicação Social regional. Junto da entrada principal da Siemens, J. Sousa participa às 16h numa acção de distribuição de documentos. Às 21h, no Centro de Trabalho, estará presente numa reunião de quadros das principais empresas e sectores de actividade sobre o reforço da ligação do Partido aos trabalhadores

Distrito da GUARDA:

Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 6 - Dura (ex-Schado) e Mey-Têxtil.

Sexta-feira, 7 - Beiralã

Distrito de LISBOA:

Distribuições nas empresas e zonas urbanas e outras acções:

Quinta-feira, 6 - Lisboa - Praça de Alvalade (das 8 às 9h30). Amadora - Zona Industrial da Venda Nova, Adtranz Sorefame, Diniz e Cruz, Empresas de Alfragide (Land Rover, Lancer, Copicanola, Dalmata), com Arménio Carlos.

Dia 14, na Baixa do Porto

Desfile do PCP



Dia 15, no Forum Picoas, em Lisboa

no encerramento da campanha:

Encontro Nacional de Quadros com a participação de Carlos Carvalhas



PCP

Cascais - Euronadel. Loures - Cavan (reunião com a Com. de Trabalhadores). Odivelas - Unor (Póvoa de Sto. Adrião), Contel, pequenas empresas de Vale do Forno.

Sexta-feira, 7 - Lisboa - Abastecedoras de Aeronaves/Catering, no Aeroporto; no Entrepasto, Olivais; na GAER; MIE, DGTT e DGAP; nos Refeitórios da Função Pública da Duque d'Ávila e Filipe Folque; na Rua Augusta e Rossio (às 8 e às 18h). Cascais - Casino Estoril. Loures - MEC, Sensimor/Vale Figueira, Fima, Iglo, Triunfo - todas com venda especial do «Avante!». Torres Vedras - Zona Industrial de Mafra.

Sábado, 8 - Odivelas - Almoço-convívio promovido pelo Sector de Empresas de Odivelas, com a participação de Arménio Carlos e Francisco Pereira: às 13h, no CT do PCP (Insc., até dia 7: 219314153- 918369217)

Segunda-feira, 10 - Odivelas - Feira do Silvano; Zona Industrial da Póvoa de St. Adrião; Tadeu e Francelina e peq. Empresas da Zona Industrial da Pontinha.

Terça-feira, 11 - Lisboa - JAE, Dir. Geral Florestas, IEPF. Loures - Lever (reunião com a Com. Trabalhadores). Odivelas - Seber (Póvoa de Sto. Adrião)

Quarta-feira, 12 - Lisboa - Ministérios do Exército e Marinha e Inst. Hidrográfico. Cascais - Altamira; Soplacas, na Abóbada. Odivelas - Trabalhadores dos Centros de Saúde.

Quinta-feira, 13 - Lisboa - Min. Justiça (Palácio da Justiça), IPIMAR. Loures - Cepra (reunião com a Com. Trabalhadores). Odivelas - Oficinas da JF; Guide, Micau, DIMÓVI

Sexta-feira, 14 - Odivelas - SOFOMIL, Vecofabril

Distrito de PORTALEGRE

Distribuições nas empresas:

Quarta-feira, 12 - Principais empresas de Ponte de Sor e Portalegre

Distrito de SETÚBAL

Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 6 - Palmela - Autoeuropa, com Carlos Carvalhas; ITT, Armazéns da CM, Edifício da CM, Melka. Moita - Esc. Sec. Baixa da Banheira, Centro de Saúde, Mercado de Rua (B. Banheira)

Sexta-feira, 7 - Setúbal - SAPEC, Gestenave. Moita - Esc. C+S da Moita, Jardim de Infância Varino

Sábado, 8 - Seixal - Continente.

Domingo, 9 - Setúbal - Freguesia de S. Sebastião (visita, com a participação de eleitos autárquicos)

Segunda-feira, 10 - Alcochete - Ormis, Orvalho, Pq. Industrial. Barreiro - EMEF. Moita - Esc. C+S Baixa da Banheira, Lar Alhos Vedros.

Setúbal - SLE, Evicar.

Terça-feira, 11 - Moita - Lar da Moita, Creche de Alhos Vedros. Setúbal - Inapa.

Quinta-feira, 13 - Setúbal - Hospital S. Bernardo, CM (Edifício Sado), Centro Reg. Seg. Social, Merloni/EDP; Comércio da Baixa.

3.ª Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa

Sábado, 8, a partir das 10h30, no Forum Picoas,

com a participação de Carlos Carvalhas,
que intervirá na sessão de encerramento, cerca das 17h30.



MARINHA GRANDE

8.ª Assembleia da Organização concelhia

CT do PCP, sábado, 8, às 15h,

com a participação de Jerónimo de Sousa



Encontro Nacional do PCP SOBRE EDUCAÇÃO

Lisboa - Sábado, 8 - Aud. Fac. Belas Artes de Lisboa
Das 10h30 às 13h e das 14h30 às 17h30

Com a participação de Edgar Correia,
e de Carlos Carvalhas na sessão de abertura



PORTO

Encontro de Quadros sobre «O Partido»

preparatório da 5ª Assembleia da ORP

Sábado, 8, às 15h - CT da Boavista



BARREIRO

«Serviço Nacional de Saúde de qualidade melhor Saúde para a península de Setúbal»

- Encontro promovido pela DORS

sábado, 8, às 14h30,

no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro



MEGA-ALMOÇO EM AZEITÃO

Pavilhão da AERSET, domingo às 13h

com a participação
de Carlos Carvalhas

Actuação da Orquestra Ligeira
da Banda Municipal do Barreiro

Arganil - Almoço-convívio comemorativo, com a participação de Francisco Lopes: domingo, 9, no Restaurante Charles

Aveiro - Jantar-convívio, com a presença de Agostinho Lopes: sábado às 20h, no Restaurante Mercantel (Inscrições no Centro de Trabalho - Tel. 234381506)

Cacém - Almoço-convívio no Refeitório da Escola Secundária Ferreira Dias (junto à Estação), com a participação de Domingos Abrantes, que fará uma intervenção sobre a «Nota de Trabalho» para o XVI Congresso e a intervenção do Partido junto dos trabalhadores: domingo, 9, às 13h (Inscrições até dia 6: Tel. 219142336).

Cuba - Almoço em Faro do Alentejo com a participação do camarada Álvaro Cunhal: sábado, 8, na Casa do Trabalhador. Actuação dos grupos corais da localidade, o Grupo Coral Feminino As Amigas do Campo e Grupo Coral masculino de S. Luís.

- Sessão comemorativa no Centro de Trabalho de Cuba: dia 15 às 15h, com Odete Santos

Garvão - Almoço-convívio com a participação de José Casanova: no Café Beira Linha, sábado, 8, às 13h. À tarde (a partir das 15h) animação musical com Rita Santos.

Miranda do Corvo - Jantar comemorativo com a participação de Francisco Lopes: sábado, 8, no Restaurante Paris.

Passeio a Barcelona-Montserrat-Madrid

4 a 8 de Outubro de 2000

promovida pela Célula dos Trabalhadores da Autarquia de Almada

(Insc.: José António - Tel. 965225870 e 212724010)

Domingo, 9, na Quinta da Atalaia

Encontro-convívio do Sector da Emigração

Para preparar a intervenção e o pavilhão do Sector na Festa - Reunião às 11h - Almoço às 13h

(Inscrições até dia 6: Tel.: 217813883 - E-mail: emigracao-ppc@clix.pt)

FESTADO Avante! 2000

1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

BARREIRO - Plenário de militantes da freguesia, integrado na preparação do XVI Congresso: sábado, 8, às 15h, no CT local, com a presença de Nuno Costa.

LISBOA - Sector Público - Plenário para discussão da «Nota de Trabalho» para o XVI Congresso, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglez: hoje, quinta-feira, 18h30, no CT Vitória.

- Construção Civil - Plenário de militantes do Sector: segunda-feira, dia 10, às 18h30, no CT Vitória.

- Limpeza e Vigilância - Plenário de militantes deste Sector, igualmente no CT Vitória, dia 10 às 18h30.

OEIRAS - Plenário de militantes da freguesia de Oeiras/S. Julião da Barra sobre o XVI Congresso, com a participação de Arménio Carlos: quinta-feira, 13, 21h30, CT de Algés.

PALMELA - Reuniões para discussão do XVI Congresso: hoje, quinta-feira, em Cajados (21h, casa do cam. Manuel Correia), com José Caetano, e amanhã, sexta-feira, em Águas de Moura (21h, casa do irmão de P. Paciência), com Valdemar Santos.

SESIMBRA - CDU - Reunião de eleitos e activistas do concelho de Sesimbra: sábado, 8, às 21h, no Hotel do Mar

SINES - CDU - Encontro concelhio «Dois anos de mandato, projectos para o futuro»: sábado, 8, a partir das 15h, na Capela da Misericórdia.

TORRES VEDRAS - «Democracia, Portugal de Abril, os comunistas...» - debate com a participação de Aurélio Santos, integrado no ciclo Conversas em Torres: sexta-feira, dia 7, às 21h30, no CT local.

VILA FRANCA DE XIRA - Reunião do Sector de Empresas do concelho: em Alverca (no CT), hoje, quinta-feira, às 18h.

ATVer

Maureen O' Sullivan e Johnny Weissmuller, o par inesquecível do primeiro «Tarzan»

Madadayo, Ainda Não!

(Sábado, 01.45, RTP 2)

Impressionante reflexão sobre o sentido da vida, este último filme realizado por Akira Kurosawa, o grande cineasta japonês, debruça-se sobre as relações de um velho professor com os seus alunos, após a sua aposentação (em plena II Guerra Mundial) e a sua dedicação à escrita e, ainda, ao regular convívio mantido com aqueles nas calorosas reuniões anuais comemorativas dos seus aniversários. Verdadeiro hino à alegria de viver, o filme é referido como uma espécie de autobiografia do mestre. A não perder.



«Vestida Para Matar», e Brian De Palma



Fotograma de «A Ameaça», de Christian Nyby

Tarzan, O Homem Macaco

(Segunda, 22.50, RTP 2)

Foi assim que tudo começou, com o olímpico-Weissmuller a bater no peito e a saltar agilmente de liana em liana, em companhia da macaca Cheetah, sem deixar de reparar (pudera!) em Maureen O' Sullivan na pele da belíssima Jane. Nenhuma das milhentas versões posteriores se aproxima, sequer, da ingénua beleza e invenção desta. Não há que hesitar.



A Morte Cansada

(Segunda, 03.05, SIC)

Depois do ciclo *Filmes do Século*, que apresentou durante todo o ano de 99, a SIC dedica agora, todas as (segundas) segundas-feiras do mês a um ciclo sobre o *Cinema Europeu*. Reincidindo no crime de apresentar grandes obras-primas madrugadas adentro (o que torna o ciclo um álibi para efeitos estatísticos), tudo começa hoje com *Der müde Tod*, obra maior do expressionismo alemão, na qual Fritz Lang nos conta a história fantástica de uma jovem que procura arrancar à Morte aquele que ama. Imagens fabulosas, como as da sequência em que a Morte faz parar a carruagem, ficaram a marcar a história do Cinema.

Orfeu

(Terça, 04.30, SIC)

«É um filme que encena cinematograficamente aquilo que é mais verdadeiro do que o verdadeiro, esse realismo superior, essa verdade que Goethe opõe à realidade e que é a grande conquista dos poetas da nossa época». Assim reflecte Cocteau, esse outro grande poeta, sobre o filme cujo argumento ele próprio modernamente transpôs (em primeiro lugar para o teatro) do famoso mito grego do Orfeu, criando um arrematador poema cinematográfico servido por um magnífico elenco, no qual se destacam Jean Marais, François Perier e, sobretudo, essa grande actriz que foi Maria Casarès. Altamente enriquecedora é, ainda, a partitura do compositor francês George Auric.

Vestida Para Matar

(Quarta, 24.00, RTP 1)

Um filme apoiado na desenvoltura técnica de uma indústria altamente apetrechada e que não deixa de ser curioso pelas suas próprias contradições - alternando entre o reverente pastiche de Hitchcock a cargo de um seu notório admirador (Brian De Palma) e a cópia descarada, como é o caso da cena da tentativa de assassínio no duche (sacada a *Psico*) com banda sonora e tudo! Fica-nos a perturbação que, por motivos não necessariamente coincidentes, nos transmitem Michael Caine e... Angie Dickenson.

... e ainda...

A Ameaça, de Christian Nyby (Sexta, 23.00, RTP 2)

A Hora dos Heróis, de Peter Hyams (Sábado, 16.15, TVI)

O Pirata Vermelho, de Robert Siodmack (Terça, 22.50, RTP 2)

O Facho e a Flecha, de Jacques Tourneur (Quarta, 22.45, RTP 2)

Cabo e Satélite



História da Europa

Tem doze episódios de 30 minutos - e talvez por isso se chame «Breve História da Europa» - a série da BBC que o canal História ontem estreou e todas as quartas-feiras transmite às 19 horas. Espera-se a habitual qualidade do serviço público britânico. Quanto à interpretação da História... isso é outra estória! (História, quartas, das 19.00 às 19.30)

Segredos do «ouro negro»

Se perdeu ontem à noite o primeiro episódio de um documentário em duas partes sobre a empresa petrolífera francesa Elf, não pode desperdiçar a segunda parte na próxima quarta-feira. É a história, contada ao pormenor (e com provas documentais impressionantes) do percurso de um grupo que já conheceu transformações sucessivas até 2000, ano da sua enésima fusão (agora com a Total). Pelo caminho, um rol de episódios pouco edificantes de corrupção, manipulação política, lutas por baixo da mesa, comissões ocultas, segredos de Estado - tudo ilustrado por uma galeria de personagens, homens sombra, intermediários, ministros, directores-gerais. Ou seja: apesar das sucessivas transformações do seu «rosto», um retrato da imutável e verdadeira «alma» do grande Capital. (Arte, Quarta, das 19.45 às 20.45)



Quinta, 6

▶ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»

Sexta, 7

▶ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»

Sábado, 8

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
11.55 Automobilismo: G.P.S. Marinal
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.20 Aventuras Espaciais
15.55 «Max e Companhia - Parte II» (de Philippe Béranger, França)
17.50 Aqui, Europa
18.05 Jet 7
18.55 Futebol: Campomaiorense-Benfica
21.00 Telejornal
22.10 Santa Casa
24.00 Loja do Cidadão
01.00 Conc(s)ertos na Cave
01.30 Máquinas
02.20 24 Horas
02.40 «Killer, O Profissional» (de Mark Malone, EUA/1994, com Anthony LaPaglia, Mimi Rogers. «Thriller»)

▶ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 O Prazer de Criar
12.40 A Terra
13.30 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001
20.00 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.45 Dinheiro Vivo
23.15 O Lugar da História
00.15 Allô, Allô
00.45 Liga de Cavalheiros
01.15 French and Saunders
01.45 «Madadayo - Ainda Não!» (de Akira Kurosawa, Jap./1993, com Tatum O'Neal, Kyoko Kagawa, Kisachi Igawa. Ver Destaque)

▶ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Flash Gordon» (de Mike Hodges, EUA/1980, com Sam J. Jones, Melody Anderson. Ficção Científica)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 «Sinhos Ilícitos» (de Andrew Stevens, EUA/1993, com Andrew Stevens, Shannon Tweed. «Érotico»)
01.50 Último Jornal
02.25 «Uma Família Dividida» (de Donald Wrye, EUA/1997, com Faye Dunaway, Stephen Collins. Drama)

▶ TVI

09.00 Animação
12.00 Top Rock
13.15 Desporto: Contra-Ataque
14.45 Caras Lindas
16.15 «A Hora dos Heróis» (de Peter Hyams, EUA/1989, com



«Departamento de Homicídios», é uma razoável série policial na RTP 2 (sextas)

21.55 Bacalhan com Todos
22.40 Grande Entrevista
00.10 A Lenda da Garça
00.40 24 Horas
01.10 1ª. Página
01.45 «Homem Digital» (de Phillip Roth, EUA/1994, com Ken Olandt, Kristen Dalton. Ficção Científica)

21.55 A Raia dos Medos
23.00 A Lenda da Garça
23.35 «Gritos» (de Wes Craven, EUA/1996, com Neve Campbell, David Arquette, Courtney. Terror)
01.30 24 Horas
01.55 1ª. Página
02.25 NBA: Orlando vs. New York

▶ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Caminho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «O Gigante Africano» (de Ernest B. Schoedsack, EUA/1949, com Terry Moore, Ben Johnson. Aventuras)
00.25 «Eternidade» (de Quirino Simões, Port./1989, com Denis Derkian, Ana Maria Nascimento. Drama)
02.00 Mistérios de Ruth Rendell

▶ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Caminho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 Aqui, Europa
23.00 «A Ameaça» (de Christian Nyby e Howard Hawks, EUA/1951, com Kenneth Tobey, James Arness, Margaret Sheridan. Ficção Científica)
00.30 Andamentos
01.00 Departamento de Homicídios

▶ SIC

08.00 Buééré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 «O Homem que Brilha» (de John Gray, EUA/1996, com Steven Seagall, Keenan Ivory Wayans. Policial)
01.45 Último Jornal

▶ SIC

08.00 Buééré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro

▶ TVI

09.00 Animação
12.00 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Os Animais Também São Gente
21.45 Olhó Vídeo
22.15 Especial TVI
23.55 A Bola é Nossa
02.00 «Poderes Ocultos: A Passagem do Mal» (de Kevin Tenney, EUA/1993, com Amy Dolenz, Timothy Gibbs. Fantástico)



«Labirinto» é a nova telenovela brasileira na SIC, antes de almoço

16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.00 Chuva de Estrelas
23.35 Jogo Limpo
02.10 Último Jornal

▶ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Impacto TV
21.45 Ri-te, Ri-te
23.15 Reis da Música Nacional
01.20 «Paixão Desconhecida» (de David Drury, Gr.Br./1998, com Paul Brooke, Olivia Caffrey. Drama)

Sean Connery, Mark Harmon, Meg Ryan. «Thriller»)
18.15 Directo XXI
18.50 Olhó Vídeo
19.50 «Conspiração de Morte» (de D.J. Caruso, EUA/1998, com Eriq La Salle, Titus Welliver. Drama)
21.50 Jardins Proibidos (Estreia)
23.00 «Assassinio Perverso» (de Chris Thompson, EUA/1996, com John Corbett, Jonathan Scarfe. Policial)
01.00 «Cyborg II» (de Michael Serouder, EUA/1994, com Elias Koteas, Jack Palance. Ficção Científica)

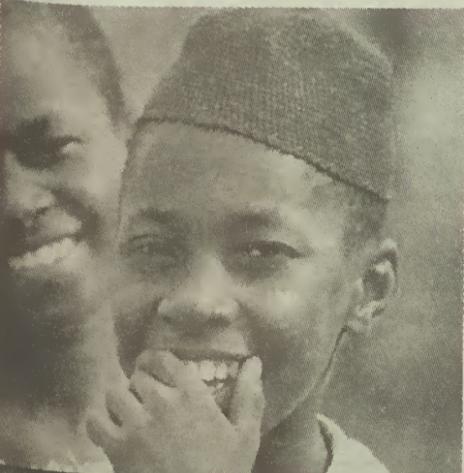
Domingo, 9

▼ RTP1

07.00 Infantil / Juvenil
12.20 Jornal da Tarde
12.55 Automobilismo:
G.P.S. Marino
14.50 Made in Portugal
16.15 Aventuras Espaciais
16.45 «História Interminável» (de Wolfgang Petersen, RFA/1984, com Barret Oliver, Noah Hathaway. *Fantasia*)
19.00 Major Alvega
19.40 Golos da Jornala
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são Elas
22.40 Domingo Desportivo
24.00 Automobilismo:
G.P.S. Marino
00.15 Nada é Sagrado
01.15 Prazeres
02.15 24 Horas
02.35 Liga de Campeões
03.35 «Noite de Fogo» (de Mike Sedan, EUA/1994, com Shannon Tweed, John Laughlin. *Erótico*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Iniciativa
14.30 Onda Curta: Curtas Metragens
15.00 Desporto 2
18.50 Rotações
19.20 Jornal de África
20.00 Bombordo
20.30 Artes e Letras: «Raúl Lino»
21.30 Horizontes da Memória
22.00 Jornal 2
22.45 Mar das Índias
23.45 A Grande Obra
00.45 Travessa do Cotovelo
01.50 Teatro: «A Maluquinha de Arroios»



Segunda, 10

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 A Senhora Ministra
22.35 A Lenda da Garça
23.10 Jogo Falado
01.00 24 Horas
01.30 1.ª Página
01.50 «Alta Demolição» (de Jim Wynorski, EUA/1996, com Corey Haim, Alan Thicke. *«Thriller»*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Caminho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «Tarzan, O Homem Macaco» (de W. S. Van Dyke, EUA/1932, com Johnny Weissmuller, Maureen O' Sullivan, Neil Hamilton. *Ver Destaque*)
00.40 Grandes Mulheres

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes

Estreou na RTP 2
«Mar das Índias», série documental portuguesa (domingos)

«Allô, Allô», continua a fazer rir em «Britcom» (sábados)

18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.10 Roda dos Milhões
00.30 «Lun Chcia» (de John Bailey, EUA/1994, com Ed Harris, Madeleine Stowe. *Policia*)
02.30 Último Jornal
03.05 Cinema Europeu: «A Morte Casada» (de Fritz Lang, Alem./1921, com Lil Dagover, Bernhard Goetzke, Walter Fausen. *Ver Destaque*)
04.45 Cinema Europeu: «Orfeu» (de Jean Cocteau, Fr./1949, com Jean Marais, Maria Casarès, Marie Déa. *Ver Destaque*)

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal (Estreia)
21.00 Olhó Vídeo
22.00 Quero Justiça
23.40 «Principal Suspeito» (de Terence M. O' Keefe, EUA/1998, com Michael Sutton, Tracey Gold. *Drama*)
01.45 «A Raiz do Mal» (de Arthur Allan Seidelman, EUA/1997, com Richard Crenna, Angie Dickenson. *Drama*)

Terça, 11

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 Não é Homem não é Nada
22.25 A Lenda da Garça
23.05 Maria Elisa
00.30 24 Horas
01.00 1.ª Página
01.20 Os Hughleys
02.15 «Assassina Virtual» (de Cindy Sherman, EUA/1997, com Carol Kane, Molly Ringwald. *Comédia Negra*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil



«Bora Lá Marina!», em estreia na TVI (quartas)

19.55 Hóquei em Patins: Infante de Sagres-F.C. Porto
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «O Pirata Vermelho» (de Robert Siodmak, EUA/1952, com Burt Lancaster, Nick Cravat, Eva Bartok. *Aventuras*)
00.40 Ponto de Mutação: China de Hoje

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.30 «Enganada» (de Damian Harris, EUA/1991, com Goldie Hawn, John Heard. *«Thriller»*)
01.30 Último Jornal
02.05 Toda a Verdade: Cuidado com os Ladrões

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 «Mundos de Fantasia» (de David Carson e Herbie Wise, EUA/1999, com Scott Cohen, Rutger Hauer. *Fantasia*)
01.05 «Jack, O Guarda Costas» (de Bob Misiorowski, EUA/1993, com Michael Paré, Michael Ironside. *Ação*)

Quarta, 12

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 Não é Homem não é Nada
22.25 A Lenda da Garça
23.05 Maria Elisa
00.30 24 Horas
01.00 1.ª Página
01.20 Os Hughleys
02.15 «Assassina Virtual» (de Cindy Sherman, EUA/1997, com Carol Kane, Molly Ringwald. *Comédia Negra*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual



18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Caninho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «O Facho e a Flecha» (de Jacques Tourneur, EUA/1950, com Burt Lancaster, Virginia Mayo, Robert Douglas. *Aventuras*)
00.30 Sinais do Tempo / Zoom

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.00 Jornalistas
23.40 «Quero o meu Corpo de Volta» (de Carl Reiner, EUA/1984, com Steve Martin, Lily Tomlin. *Comédia*)
01.40 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 «Mundos de Fantasia» (de David Carson e Herbie Wise, EUA/1999, com Scott Cohen, Rutger Hauer. *Fantasia*)
01.05 «Amor Obsessivo» - nenhuma actualização por parte da TVI

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

Dados na madrugada

Há poucas semanas ainda, no decurso de um debate havido na rubrica «Senadores», assistimos a que Maria Carrilho, eurodeputada pelo Partido Socialista e especialista em assuntos militares, informasse que a intervenção NATO/EUA na Jugoslávia, fez agora um ano, foi uma «guerra de coração», isto é, uma guerra não apenas justa mas desencadeada por superiores e imperativas motivações de generosidade. Para falar com franqueza, o calor posto na afirmação até me surpreendeu por recordar-me que a intervenção, embora desencadeada com o proclamado propósito de restaurar a paz e a harmonia na província sérvia, e portanto jugoslava, do Kosovo, foi largamente contestada por vozes dos mais diversos sectores políticos e ideológicos, incluindo as de personalidades acima de toda a suspeita como a do prof. Freitas do Amaral e mesmo a do dr. Mário Soares que, como toda a gente sabe, é uma enormíssima «referência da democracia». Ora, aconteceu que na passada semana um desses «Zoom» que a TV2 transmite em plena madrugada, não para evitar que sejam vistos por muita gente mas sim, decerto, em intenção dos nossos emigrantes na Austrália, pode ter despedaçado o coração da eurodeputada. Nele ocorreu uma conversa que, sob convite do jornalista Carlos Santos Pereira, juntou no estúdio o tenente-coronel Antunes Calçada, que durante seis meses comandou o contingente português integrado na Kfor, o embaixador jugoslavo Danilo Vutecic e o general Pesarat Correia. E pelo que ali se ouviu pôde saber-se, ou pôde lembrar quem já porventura o sabia, um conjunto de dados concretos capazes de abalarem aquela romântica estória da suposta «guerra do coração» e seus resultados.

O estômago insaciável

Soube-se, designadamente, que já depois de «restabelecida a paz» reina na generalidade do Kosovo, embora porventura com a excepção da minúscula área controlada pelo destacamento português, um clima de terror onde sérvios, montenegrinos, minorias ciganas e outros-não albaneses, são mortos ou têm de fugir. Que, desde o fim dos bombardeamentos que duraram 78 dias consecutivos e fizeram muitas centenas de vítimas, a

população sérvia no Kosovo dominou, por fuga para a Sérvia ou por razões ainda mais trágicas, em mais de 350 000 pessoas, ao passo que a albanesa, que era de 35 000, passou para 70 000. Que tem sido mais que duvidoso e foi sem dúvida tardio o desarmamento do UCK, o chamado exército de libertação do Kosovo, contido previsto expressamente no acordo que antecedeu a suspensão do ataque «atlântico». Que o UCK e seus adeptos continuam a repetir que irão proclamar a independência do Kosovo, em mutilação da Federação Jugoslava e a despeito de a independência estar afastada naquele mesmo acordo. Que o UCK prossegue demonstrações públicas de poder militar mesmo nas barbas da Kfor, que contudo acha que não faz mal «dentro de certos limites» que supõe, apenas supõe, que o UCK respeitará. Que a NATO não se coíbe de proceder a manobras militares intimidatórias mesmo em território da Bósnia-Herzegovina, explicando depois que são coisa normal. Que o assassinio e a terrorização dos sérvios do Kosovo que ainda ali restam prossegue, embora o tenente-coronel Antunes Calçada informe, decerto com razão, que isso não acontece na zona policiada pelos portugueses. Soube-se tudo isto. Quem vê televisão com frequência pode acrescentar que nas manifestações independentistas dos albaneses do Kosovo abundam as bandeiras norte-americanas, o que é curioso (mas não mais que a campanha para que a secretária de Estado dos EUA se torne a presidente da república checa). Tudo isto é significativo mas, ao sabê-lo, é muito capaz de provocar náuseas. Há-de ser por isso, para poupar a saúde dos telespectadores, que a RTP, com desvelos de mãe, reserva a transmissão destes dados para horas em que está tudo a dormir, sabido como é que o sono é o melhor e o mais doce dos anestésicos. Soube-se tudo isto, e tudo isto vem pôr em dúvida a justeza da classificação da guerra da Jugoslávia como «guerra do coração». Emerge a suspeita de que tenha sido antes a guerra da gula ianque, do seu estômago insaciável, e é triste que também o nosso País tenha ajudado a compor-lhe os talheres. Mas bem se sabe que é esse papel de subalterníssimo pajem que os States nos distribuem e a que o nosso governo chama, pomposamente, «política externa».



A talhe de foice

• Anabela Fino

Enigma

O Papa «é o socialista mais importante do mundo» porque, «por onde quer que passa, fala sempre dos pobres e da solidariedade». A asserção, proferida há dias por Gorbachov num encontro com estudantes em Roma, trouxe-me à memória uma história sobre como era contada a vida de Cristo às crianças nos Açores. O episódio versava a morte de Lázaro, o desespero das irmãs de Lázaro e as tentativas para encontrar Cristo em tempo útil de acudir à desgraça, o que, revelando-se impossível, as forçou a enterrar o corpo que já fedia. Cristo chegou dias depois, com a canalha toda atrás, e foi levado ao local onde Lázaro jazia; num gesto largo fez afastar as pedras que protegiam o corpo, e com voz sonante ordenou: «Lázaro, come back daí para fora».

O que é que tudo isto tem a ver com as deambulações ecuménicas do homem que há dez anos enterrou o PCUS e acaba agora de criar um partido social-democrata? Ora aí está um desafio aos leitores, tipo «descubra as diferenças», passatempo mais ameno do que acompanhar a saga indescritível da corrida de lebres entre Basílio Horta e Ferreira do Amaral. A título de ajuda, aí ficam umas achegas.

Gorbachov - que anteontem perorou em Lisboa acolitado por Cavaco Silva, António Barreto, Pacheco Pereira e Miguel Sousa Tavares numa iniciativa promovida pelo «Público», e ontem abrilhantou com o antigo conselheiro norte-americano de Defesa Zbigniew Brzezinski uma seminário sobre «Identidade Europeia de Segurança e Defesa» - é um homem fascinado pelo poder da palavra, um optimista confesso e um crente na virtualidades da mundialização. Qual camaleão, adapta-se facilmente ao meio em que se encontra, nas palavras e nos actos; em Roma, dada a proximidade do Vaticano, identificou-se com o Papa e com a necessidade de «encorajar os aspectos positivos» da mundialização; na Rússia, é Putin que o encanta porque ganhou à primeira volta e porque vai «acabar com o capitalismo selvagem» e levar a cabo uma política baseada na «fidelidade à liberdade, à economia de mercado e à Europa»; em Portugal, encontrou-se com governantes, empresários e comentadores políticos, ouviu sem corar Cavaco Silva dizer dele que tinha sido «o instrumento de Deus» nas grandes transformações do século, considerou que «ainda é cedo para avaliar os nossos erros e falhas», e lembrou que «a Rússia não é Portugal, em que atravessámos a fronteira e já estávamos a aterrar». A versatilidade do verbo e das ideias deste homem só é comparável à da sua própria acção, que o leva de orador em fóruns políticos a apresentador de festivais da canção e promotor de pizzas ao serviço de multinacionais.

Com quem se identificará Gorbachov quando corre o mundo cobrando cachets milionários pelas suas «lições»? Com o Cristo ou com o Lázaro da história açoriana? Um jazia morto e já fedia, outro ressuscitou-o com uma palavra mágica. Os milagres, como as lições, têm consequências imprevisíveis. «Come back daí para fora» é a chave deste enigma, algo fedorento, convenhamos, mas muito adequado ao admirável mundo novo que está a ser construído sob a batuta dos states.

Em protesto contra a lei de financiamento Estudantes do superior saem à rua

Os estudantes do ensino superior manifestaram-se ontem contra a política de Oliveira Martins. Na segunda-feira, foi a vez dos alunos do secundário.

a criação nas escolas de gabinetes de apoio à sexualidade juvenil e a instalação de máquinas de preservativos.

Os alunos do ensino superior de Lisboa manifestaram-se ontem à tarde em frente ao Ministério da Educação (ME), numa acção promovida por 20 associações de estudantes das universidades Clássica, Nova e Técnica. Em causa está a política educativa do Governo, nomeadamente a lei de financiamento e as deficiências da acção social escolar.

O ME é também contestado pela Federação Académica do Porto (FAP), que organizou uma semana de debates nas faculdades portuenses. Nas palavras do seu presidente, Hugo Neto, esta iniciativa funciona como um «cartão amarelo, quase vermelho, à política do ensino superior do Governo».

Esta acção inclui assembleias de alunos e a elaboração de abaixo-assinados sobre os problemas específicos de cada estabelecimento.

Dois meses e meio depois de se ter reunido com o ministro da Educação, Guilherme de Oliveira Martins, a FAP critica a falta de decisões. «Até agora não há, da parte do Governo, sinais de interrupção ou do fim da irresponsabilização que se verifica no sector», afirmou Hugo Neto, citado pela agência Lusa. O presidente da FAP acusa o Ministério de não cumprir a sua parte no que é estipulado na lei de financiamento, apesar dos alunos serem obrigados a pagar propinas.

Outra crítica dos estudantes assenta na acção social. Como forma de protesto, está prevista para hoje a presença maciça dos alunos na cantina da Reitoria da Universidade à hora de almoço, para provar que as instalações são insuficientes e que «não há espaço para todos».

Por outro lado, a FAP exige que se faça frente às rendas de casa especulativas a que os estudantes estão sujeitos e propõem a instalação de residências universitárias em edifícios desocupados da baixa do Porto.



3500 estudantes do secundário em protesto contra a revisão curricular e o regime de acesso ao superior

Secundário protesta

Cerca de 3500 alunos do ensino secundário de 11 escolas de Lisboa saíram à rua, na segunda-feira, num desfile que partiu do Marquês do Pombal e teve como destino a sede do Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro.

Esta acção, organizada pelo Movimento de Associações de Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (MAEESI), teve como objectivo protestar contra o regime de acesso ao ensino superior

(contestando as provas globais, os exames nacionais, os *numerus clausus* e o sistema avaliativo) e a proposta de revisão curricular.

Os estudantes criticam a existência de aulas de 90 minutos e do 13.º ano, a falta de condições para a implementação da «área projecto», a possível redução do tempo de férias e a manutenção de uma carga horária excessiva.

Os estudantes exigem ainda a regulamentação da lei da Educação Sexual, que prevê a introdução da matéria de forma interdisciplinar nos currículos,

Três representantes dos estudantes foram recebidos por uma delegação do ME, numa reunião que, segundo os alunos, foi marcada por um discurso demagógico e pela constante fuga às questões colocadas.

A JCP está solidária com as reivindicações e considera que esta manifestação demonstra que a política do Governo não serve aos estudantes.

A Federação Académica do Porto passa um «cartão quase vermelho» ao Governo

Frente Anti-Racista denuncia situação dos imigrantes

A grave situação dos imigrantes que se encontram em Portugal em situação irregular foi a questão abordada pela Frente Anti-Racista, no encontro com a Ministra para a Igualdade, realizado, a seu pedido, sexta-feira passada.

A Frente manifestou igualmente a sua preocupação relativamente a um conjunto

de informações contraditórias vindas a público, relacionadas com um possível processo de regularização de imigrantes em situação irregular.

A organização anti-racista sublinha, em particular, o facto de os cidadãos em situação irregular serem de tal forma explorados no mercado de trabalho «que faz lembrar o tempo de escravatura», não

lhés sendo assegurado «o cumprimento de um dos direitos fundamentais de qualquer ser humano, que é o direito à saúde».

A ministra comprometeu-se a encontrar, em articulação com outros ministérios, formas de garantir o direito de todos os cidadãos à saúde e escolarização obrigatória para os seus filhos.

Inauguração virtual

A associação de estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa organiza hoje a «inauguração virtual» da cantina daquela instituição. Os alunos irão levar o almoço de casa e reunir-se nas instalações da cantina em construção. A sua abertura estava prevista para o ano lectivo 1999/2000, mas a inauguração foi adiada para depois das férias da Páscoa. Se for inaugurada...

Carvalhas hoje na AutoEuropa

O secretário-geral do PCP está hoje na AutoEuropa, a partir das 14.30 horas, participando em mais uma iniciativa da campanha de contacto com os trabalhadores, em curso desde 14 de Março (ver **Agenda**, na página 29).

Também no quadro da campanha «Melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho», Carlos Carvalhas participa amanhã à noite, em Pevidém, num debate sobre «A questão dos baixos salários, um problema central da região». Neste debate participa tam-

bém Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do Partido e deputado à AR eleito pelo círculo de Braga.

No dia 11, **terça-feira**, Carlos Carvalhas estará na **Feira**, junto à Rhodes e outras empresas de calçado.

No dia 14, **sexta-feira**, o dirigente comunista integrou-se no **desfile** que a organização regional do **Porto** do PCP leva a cabo, durante a tarde, na **baixa** portuense.

Um **encontro nacional de quadros**, no dia 15 de Abril, encerra a campanha, levada a cabo pelo PCP numa altura em que o Grupo Parlamentar comunista apresentou na AR importantes projectos legislativos, e também no momento em que os trabalhadores desenvolvem fortes acções e lutas, preparando as comemorações do 1.º de Maio. O encontro decorrerá a partir das 10.30 horas, no Forum Picoas, em Lisboa.

